

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS – CCT
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – DAU
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GABRIELA RAMOS FERREIRA

**PROPOSTA DE MASTERPLAN PARA A PRAÇA DO VIVA DO BAIRRO
HABITACIONAL TURU A PARTIR DE AVALIAÇÃO DO AMBIENTE
CONSTRUÍDO**

São Luís

2018

GABRIELA RAMOS FERREIRA

**PROPOSTA DE MASTERPLAN PARA A PRAÇA DO VIVA DO BAIRRO
HABITACIONAL TURU A PARTIR DE AVALIAÇÃO DO AMBIENTE
CONSTRUÍDO**

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção de título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. MSc. Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe

São Luís

2018

Ferreira, Gabriela Ramos.

Proposta de masterplan para a praça do viva do bairro habitacional Turu a partir de avaliação do ambiente construído. / Gabriela Ramos Ferreira. - São Luís, 2018.

107 f.

Orientador (a): Prof. MSc. Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

1. Revitalização. 2. Paisagismo. 3. Praça. I. Título.

CDU: 712(812.1)

GABRIELA RAMOS FERREIRA

**PROPOSTA DE MASTERPLAN PARA A PRAÇA DO VIVA DO BAIRRO
HABITACIONAL TURU A PARTIR DE AVALIAÇÃO DO AMBIENTE
CONSTRUÍDO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Andrea Cristina S. C. Duailibe (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Igor Mendes Monteiro - 1º avaliador

Bruna Andrade Ferreira - 2º avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela graça e infinito amor que me permitiram chegar até aqui. Sem Ele, nada disso faria sentido e/ou teria sido possível.

À minha família, em especial à minha mãe, pai e irmã, por todo o amor empenhado, apoio, suporte e orações em todos os momentos.

Aos meus amigos, que sempre me deram força e ajudaram, muitas vezes sem nem perceber, a enfrentar tempos difíceis os quais me impulsionaram a chegar até aqui. Não correria o risco de nomeá-los pois muitas foram as pessoas que fizeram parte desta trajetória, mas carrego todos com enorme gratidão no coração.

À minha orientadora, uma pessoa excepcional, professora Msc Andreia Duailibe, pela paciência, disponibilidade, apoio, conhecimento repassado e bom humor que tornaram a jornada mais leve e inspiradora.

Aos demais professores, colegas de curso e pessoas que de alguma forma contribuíram ao longo do percurso. Em especial à Emilly, companheira de curso, amiga e irmã que ganhei na faculdade e que levarei para a vida.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta um estudo urbano-paisagístico da praça do Viva do bairro Habitacional Turu. A partir de avaliação do ambiente construído com base em critérios de ordem técnica, funcional, comportamental e cultural e do estudo das dinâmicas urbanas que envolvem a área em questão. Com os dados obtidos, pode-se chegar ao diagnóstico da atual situação da praça e assim propor diretrizes e melhorias que visem a sua vitalidade urbana. Por fim, como objetivo final, tem-se a elaboração de uma proposta de revitalização da praça com vistas a promover a sua vitalidade.

Palavras-chave: Vitalidade; Revitalização; Praça.

ABSTRACT

This undergraduate thesis presents an urban-landscape study of Viva's Plaza in Habitacional Turu neighborhood. This work developed from an evaluation of the environment built there, based on technical, functional, behavioral and cultural criteria and the study of the urban dynamics that surround the area in question. With the data obtained, it was possible to make a diagnosis of the plaza's current situation and thus propose guidelines and improvements. At last, as a final objective, it's shown the elaboration of a proposal to revitalize the plaza in order to promote its urban vitality.

Keywords: Vitality; Revitalization; Plaza.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 1 | - Esquema da esfera pública..... | 17 |
| Figura 2 | - 12 critérios de qualidade com respeito à paisagem do pedestre..... | 21 |
| Figura 3 | - Praça Paris (Rio de Janeiro) e praça da República Belém)..... | 25 |
| Figura 4 | - Praça Paris (Rio de Janeiro) e praça da República (Belém)..... | 25 |
| Figura 5 | - Praça Vinícius de Moraes, São Paulo..... | 27 |
| Figura 6 | - Praça Vinícius de Moraes, Porto Alegre..... | 27 |
| Figura 7 | - Rua Stiklal Street, Istambul..... | 30 |
| Figura 8 | - Rua XV de novembro, Curitiba..... | 30 |
| Figura 9 | - Avenida Paulista, São Paulo..... | 31 |
| Figura 10 | - Falta de acessibilidade em calçada na Rua Ibiapina, em Olaria..... | 32 |
| Figura 11 | - Modelo de calçada ideal..... | 33 |
| Figura 12 | - Academia da Terceira Idade no Parque do Ingá, Maringá/Paraná..... | 35 |
| Figura 13 | - Abrigo para passageiros de ônibus na cidade de Imperatriz, MA..... | 36 |
| Figura 14 | - Iluminação pública no projeto de requalificação da nova orla de Thessaloniki..... | 37 |
| Figura 15 | - Iluminação pública no bairro da Liberdade, São Paulo..... | 38 |
| Figura 16 | - Pavimentação na Praça Osório, de mosaico português com desenhos de rosácea paranista e desenho modernista com motivos geométricos na esquina da Marechal Floriano com a Praça Tiradentes, respectivamente..... | 40 |
| Figura 17 | - Pavimentação na Praça Osório, de mosaico português com desenhos de rosácea paranista e desenho modernista com motivos geométricos na esquina da Marechal Floriano com a Praça Tiradentes, respectivamente..... | 40 |
| Figura 18 | - Praça da Lagoa da Jansen com pavimentação que delimita caminhos..... | 40 |
| Figura 19 | - Parque Ibirapuera (São Paulo) e Jardim Botânico (Rio de Janeiro)..... | 44 |
| Figura 20 | - Parque da Independência – São Paulo, Brasil..... | 44 |
| Figura 21 | - Vegetação e a escala humana..... | 45 |
| Figura 22 | - Rosa dos Ventos e a predominância de ventilação no nordeste..... | 46 |
| Figura 23 | - Predominância de palmeiras na praça..... | 52 |
| Figura 24 | - Predominância de palmeiras na praça..... | 52 |
| Figura 25 | - Espécies encontradas em canteiros na praça..... | 52 |
| Figura 26 | - Espécies encontradas em canteiros na praça..... | 52 |

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 27 | - Calçadas da Rua São José, do lado direito e esquerdo, respectivamente..... | 55 |
| Figura 28 | - Calçadas da Rua São José, do lado direito e esquerdo, respectivamente..... | 55 |
| Figura 29 | - Inexistência de calçadas e a vegetação..... | 56 |
| Figura 30 | - Inexistência de calçadas e a vegetação..... | 56 |
| Figura 31 | - Calçadas com obstáculos para a passagem de pedestres..... | 56 |
| Figura 32 | - Calçadas com obstáculos para a passagem de pedestres..... | 56 |
| Figura 33 | - Sombreamento na Avenida Alameda Santos..... | 58 |
| Figura 34 | - Vegetação que serve de abrigo ao sol..... | 58 |
| Figura 35 | - Incidência de raios solares na Avenida Alameda Santos..... | 59 |
| Figura 36 | - Lixeira na praça e o descarte irregular de resíduos sólidos..... | 60 |
| Figura 37 | - Lixeira na praça e o descarte irregular de resíduos sólidos..... | 60 |
| Figura 38 | - Inexistência de calçadas e a vegetação tomando conta..... | 60 |
| Figura 39 | - Inexistência de calçadas e a vegetação tomando conta..... | 60 |
| Figura 40 | - Buracos e alagamentos na época de chuvas..... | 61 |
| Figura 41 | - Mesas e bancos que compõe a praça..... | 65 |
| Figura 42 | - Mesas e bancos que compõe a praça..... | 65 |
| Figura 43 | - Alguns bancos e equipamentos de esporte em estado de deterioração..... | 65 |
| Figura 44 | - Alguns bancos e equipamentos de esporte em estado de deterioração..... | 65 |
| Figura 45 | - Equipamentos de academia ao ar livre..... | 65 |
| Figura 46 | - Equipamentos de academia ao ar livre..... | 65 |
| Figura 47 | - Grupo de mulheres utilizando o mobiliário de academia..... | 66 |
| Figura 48 | - Anfiteatro e área destinada a práticas esportivas, apresentações e eventos.. | 66 |
| Figura 49 | - Anfiteatro e área destinada a práticas esportivas, apresentações e eventos.. | 66 |
| Figura 50 | - Espaço apropriado para a prática de esportiva no período noturno..... | 67 |
| Figura 51 | - Modelos de luminárias pública presente na praça..... | 67 |
| Figura 52 | - Modelos de luminárias pública presente na praça..... | 67 |
| Figura 53 | - Ponto final do ônibus Habitacional Turu..... | 68 |
| Figura 54 | - Falta de acessibilidade na praça..... | 69 |
| Figura 55 | - Falta de acessibilidade na praça..... | 69 |
| Figura 56 | - Faixa de pedestres e sinalização de trânsito localizada em frente à escola... | 70 |
| Figura 57 | - Faixa de pedestres e sinalização de trânsito localizada em frente à escola... | 70 |
| Figura 58 | - Lanchonete e banheiro desativados e em estado de depredação..... | 72 |
| Figura 59 | - Lanchonete e banheiro desativados e em estado de depredação..... | 72 |

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 60 | - Diferentes estados de conservação das fachadas..... | 78 |
| Figura 61 | - Diferentes estados de conservação das fachadas..... | 78 |
| Figura 62 | - Fachadas inativas no entorno da praça..... | 80 |
| Figura 63 | - Fachadas inativas no entorno da praça..... | 80 |
| Figura 64 | - Programa “Viva Bem Mais” na praça do Viva..... | 83 |
| Figura 65 | - Eventos culturais na praça do Viva..... | 84 |
| Figura 66 | - Eventos culturais na praça do Viva..... | 84 |
| Figura 67 | - Entrevista com o presidente da associação dos moradores do Turu..... | 85 |
| Figura 68 | - Implantação da Praça Victor Civita..... | 91 |
| Figura 69 | - Deck de madeira na praça Victor Civita..... | 91 |
| Figura 70 | - Vegetação na praça Victor Civita..... | 91 |
| Figura 71 | - Vegetação na praça Victor Civita..... | 91 |
| Figura 72 | - Masterplan da praça Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland..... | 92 |
| Figura 73 | - Praça Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland..... | 92 |
| Figura 74 | - Praça Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland..... | 92 |
| Figura 75 | - Praça Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland..... | 93 |
| Figura 76 | - Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro..... | 93 |
| Figura 77 | - Áreas de contemplação e playground da praça..... | 94 |
| Figura 78 | - Áreas de contemplação e playground da praça..... | 94 |
| Figura 79 | - Vegetação como barreira antirruído..... | 96 |
| Figura 80 | - Sinalização tátil de alerta e direcional – modulação do piso..... | 97 |
| Figura 81 | - Sinalização tátil de alerta e direcional – modulação do piso..... | 97 |
| Figura 82 | - Tipos de rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres..... | 97 |
| Figura 83 | - Tipos de rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres..... | 97 |
| Figura 84 | - Tipos de rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres..... | 97 |
| Figura 85 | - Tipos de rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres..... | 97 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|----------|--|----|
| Quadro 1 | - Frequência de ocorrência dos ventos predominantes (%)..... | 46 |
| Tabela 1 | - Programa de necessidades da praça do Viva do bairro Habitacional Turu... | 98 |
| Tabela 2 | - Setorização da praça do Viva do bairro Habitacional Turu..... | 99 |

LISTA DE MATRIZES

| | | |
|--------------------|---|----|
| Matriz temática 1 | - Localização e bairros..... | 48 |
| Matriz temática 2 | - Delimitação da área de estudo..... | 49 |
| Matriz temática 3 | - Percurso à praça..... | 51 |
| Matriz temática 4 | - Delimitação da área de estudo..... | 53 |
| Matriz temática 5 | - Skyline..... | 54 |
| Matriz temática 6 | - Insolação..... | 57 |
| Matriz temática 7 | - Sombreamento..... | 59 |
| Matriz temática 8 | - Salubridade..... | 61 |
| Matriz temática 9 | - Topografia..... | 62 |
| Matriz temática 10 | - Uso e Ocupação do solo..... | 64 |
| Matriz temática 11 | - Mobiliário Urbano..... | 68 |
| Matriz temática 12 | - Acessibilidade..... | 70 |
| Matriz temática 13 | - Rota do ônibus..... | 71 |
| Matriz temática 14 | - Sensibilidade a odores..... | 72 |
| Matriz temática 15 | - Sensibilidade a ruídos..... | 73 |
| Matriz temática 16 | - Fluxo e concentração de pessoas..... | 74 |
| Matriz temática 17 | - Cheios e vazios..... | 75 |
| Matriz temática 18 | - Mapa Comportamental..... | 77 |
| Matriz temática 19 | - Estado de conservação das fachadas..... | 79 |
| Matriz temática 20 | - Fachadas Ativas..... | 81 |
| Matriz temática 21 | - Conforto Ambiental..... | 86 |
| Matriz temática 22 | - Sensação de segurança..... | 87 |
| Matriz temática 23 | - Condições de acessibilidade..... | 88 |
| Matriz temática 24 | - Mobilidade..... | 89 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------|---|
| AAC | Avaliação do Ambiente Construído |
| CP | Corredor Primário |
| CS | Corredor Secundário |
| CUD | Center of Universal Design |
| EC | Estatuto da Cidade |
| EL | Espaços Livres |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 | ESPAÇOS LIVRES..... | 16 |
| 2.1 | Função social dos espaços urbanos públicos..... | 21 |
| 2.2 | Praças..... | 24 |
| 2.3 | O ambiente da rua e da calçada..... | 28 |
| 2.4 | Elementos de composição do espaço livre urbano..... | 34 |
| 2.4.1 | <i>Mobiliário urbano.....</i> | 34 |
| 2.4.2 | <i>Iluminação pública.....</i> | 37 |
| 2.4.3 | <i>Pavimentação.....</i> | 39 |
| 2.4.4 | <i>Acessibilidade.....</i> | 41 |
| 2.4.5 | <i>Vegetação.....</i> | 43 |
| 2.4.6 | <i>Sensação térmica.....</i> | 45 |
| 2.4.7 | <i>Fluxos.....</i> | 46 |
| 2.4.8 | <i>Sensação de segurança.....</i> | 47 |
| 3 | A PRAÇA DO VIVA..... | 48 |
| 3.1 | Delimitação e análise preliminar da área em estudo..... | 48 |
| 3.1.1 | <i>Localização.....</i> | 48 |
| 3.2 | Análise da área..... | 49 |
| 3.2.1 | <i>Atributos físicos.....</i> | 51 |
| 3.2.2 | <i>Apropriação do espaço.....</i> | 63 |
| 4 | AVALIAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO..... | 82 |
| 4.1 | Entrevistas qualitativas..... | 82 |
| 4.2 | Diagnóstico da área..... | 85 |
| 5 | REFERÊNCIAS PROJETUAIS..... | 90 |
| 5.1 | Praça Victor Civita..... | 90 |
| 5.2 | Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland..... | 92 |
| 5.3 | Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro..... | 93 |
| 6 | PROPOSIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES PROJETUAIS.... | 95 |
| 6.1 | Programa de necessidades..... | 98 |
| 6.2 | Setorização..... | 98 |
| 6.3 | Masterplan da Praça do Viva..... | 99 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 100 |

| | |
|---|------------|
| REFERÊNCIAS..... | 102 |
| APÊNDICE..... | 105 |
| APÊNDICE A – ENTREVISTA DO TCC DE GABRIELA RAMOS 2018.1... | 106 |

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades trouxe consigo a necessidade e uma maior preocupação em planejar os espaços livres, pois estes exercem grande importância para a vitalidade urbana, quando atuando em conjunto com fatores que promovam o uso e a apropriação da cidade pela população.

Segundo Lefebvre (1999), o espaço urbano público tem uma qualidade essencial que é, a possibilidade de encontro das pessoas e das coisas, e sem esses espaços “não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados” (LEFEBVRE, 1999, p. 29 apud DUARTE, 2014).

Dessa forma, esse estudo busca compreender as relações que se estabelecem entre o espaço público e as pessoas que dele se utilizam. Entender a forma como esses espaços são vivenciados, conforme as mudanças decorrentes do tempo e das demandas da vida em sociedade.

Os espaços livres públicos proporcionam qualidade de vida, na medida em que estimulam o lazer, o convívio e a apropriação da cidade pela população. Mas, para que isso aconteça, é necessário que estes sejam atrativos, atendam às necessidades de quem os utiliza e proporcionem a sensação de segurança mínima necessária. Logo, o planejamento e o projeto arquitetônico-paisagístico para esses espaços são etapa fundamental no processo de concretização desses espaços livres no meio urbano.

Os espaços públicos se tornam assim lugares de especial importância no cenário da recuperação urbana como elementos articuladores, pois conforme são renovados permitem o estabelecimento de pessoas e recursos. A reabilitação e, eventual requalificação desses ausentes supõe enfrentar uma vasta gama de conflitos, cuja solução constitui um dos principais desafios para o desenvolvimento.

Dessa forma, a avaliação do ambiente construído (AAC) busca avaliar, após construídos, espaços abertos ou fechados, através da apuração da relação de satisfação do usuário com o ambiente construído com base em critérios de ordem comportamental e cultural e também analisar critérios de ordem técnica e funcional.

Esta avaliação se faz importante, pois atua como uma forma de compreender os impactos resultantes das construções e deteriorações causadas pelo tempo, além de servir como ferramenta para o diagnóstico e a proposição de melhorias para tais espaços, pois considera as relações homem-ambiente e as diferentes formas de perceber o espaço.

Nesse sentido, a praça do Viva situada no bairro Habitacional Turu foi o espaço público escolhido como objeto de estudo desta pesquisa a partir de um recorte espaço-tempo

no qual serão analisadas as atuais condições da praça e sua relação com a comunidade, assim como o diagnóstico e a proposição de melhorias com vistas a promover a vitalidade urbana.

O procedimento metodológico foi dividido em 6 etapas, sendo elas: revisão bibliográfica sobre os temas abordados, realização de visitas de campo, realização de entrevistas qualitativas, observações sistemáticas, análise de dados, diagnóstico e proposição de recomendações e diretrizes projetuais. Desse modo tem-se no presente trabalho uma estrutura dividida em 5 capítulos que serão descritos a seguir.

O primeiro capítulo aborda temas pertinentes sobre espaços livres públicos a partir de pesquisa bibliográfica e coleta de informações em meio eletrônico, em artigos, dissertações, legislações pertinentes, livros e notícias, assim como acerca dos elementos que compõe esses espaços, as praças e o ambiente da rua e da calçada.

O segundo capítulo trata da análise dos elementos compositivos presentes na praça do Viva, a partir das observações em campo e elaboração de matrizes temáticas tendo como critério os atributos físicos e de apropriação do espaço.

O terceiro capítulo dedica-se à avaliação do ambiente construído por meio do relato das entrevistas qualitativas e do diagnóstico feito a partir das sobreposições das matrizes temáticas e demais observações em campo.

O quarto capítulo consiste em um estudo das referências projetuais presentes no Brasil e no mundo a fim de buscar contribuições positivas e panoramas de espaços livres públicos que já existem. Por fim, o quinto capítulo apresenta diretrizes e recomendações projetuais baseados no diagnóstico finalizando com a proposta de *masterplan*.

A relevância da presente pesquisa está em contribuir à elaboração e ao entendimento das relações homem-ambiente que remetam ao grau de vitalidade urbana de modo que pretende atender ao seu principal objetivo que consiste em compreender os elementos de composição do espaço com vistas a promover a revitalização da praça do Viva.

2 ESPAÇOS LIVRES

Os espaços livres (EL) caracterizam-se principalmente por serem locais agregadores do coletivo, pois permitem o encontro, a troca e o convívio em sociedade pela população em geral, sem distinções. Mais do que equipamentos urbanos presentes no percurso cotidiano da população, estes também atuam como espaços de permanência e troca de experiências entre as pessoas.

Os espaços livres podem ser públicos ou privados, podendo ter diferentes configurações e a presença ou não de vegetação. Abrangem, portanto, o termo “áreas verdes”, mas não se restringem somente à essa característica. Estas, segundo o Art. 3º do Novo Código Florestal, podem caracterizar-se por:

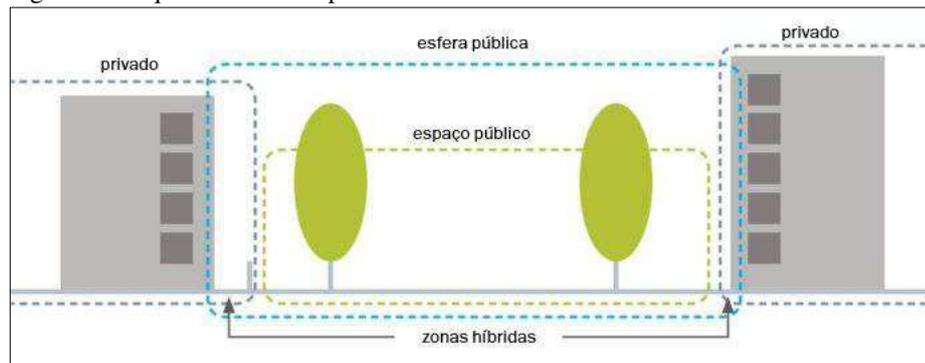
XX - Área verde urbana: espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais (LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012).

Dentre os elementos compositivos mais comuns em espaços livres no meio urbano estão: as calçadas, as praças, parques, jardins e quintais. Atuando como palco de acontecimentos da esfera pública e/ou privada.

“Pode-se entender como esfera pública todo espaço onde se dão as relações da sociedade, o convívio público; todo espaço onde as pessoas se encontram, onde acontecem as manifestações coletivas humanas. Tais acontecimentos independem do tipo de propriedade do espaço em que ocorrem, podendo acontecer em espaços públicos ou privados” (HANNES, 2016).

A esfera pública insere-se nos espaços livres, sejam eles públicos ou privados dependendo do uso e apropriação que a comunidade venha a fazer desses ambientes. As fachadas também adquirem importante significação como ambientes propícios à esfera pública uma vez que detém esse espaço de transição público-privado, como mostra o esquema a seguir:

Figura 1 - Esquema da esfera pública



Fonte: Karssenber, 2015, p. 28.

Por funcionarem em ambientes com livre entrada e circulação, os EL públicos constituem-se nos locais mais democráticos da cidade, não apenas por serem abertos à população, mas por promoverem a possibilidade de encontro e interação entre pessoas distintas e por abrigarem os mais diversos tipos de manifestações humanas sejam elas populares, religiosas, comerciais, artísticas e/ou políticas.

Gehl (2015) em seu livro, “Cidade para pessoas”, utiliza a expressão “a vida entre edifícios” para caracterizar essas dinâmicas que acontecem no meio urbano incluindo ações simples como o caminhar entre calçadas, o andar de bicicleta, o encontro das pessoas e a permanência em geral nesses espaços. Tudo isso, segundo ele, gerado pelo simples ato de caminhar, como ele afirma: “Em cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, o pré-requisito para a existência da vida urbana é oferecer boas oportunidades de caminhar”.

Mas, para que o caminhar pela cidade se torne algo agradável e seja uma atividade tão motivada pela necessidade quanto pelo prazer de desfrutar e vivenciar os espaços públicos de uma cidade, é necessário tornar a vida urbana interessante aos olhos de quem caminha e isso não se restringe apenas a boas possibilidades de mobilidade urbana, como a construção de calçadas e ciclovias por exemplo, mas também ao convite prazeroso que a rua pode proporcionar a todos que fazem dela o uso diário.

Esse interesse flui a partir do momento em que a vivência urbana proporciona atratividade, versatilidade, bem-estar, conforto e segurança aos que participam do processo da vida na cidade. O próprio homem também atua como um agregador de vida aos espaços livres urbanos, pois a presença deste estimula o contato e o interesse de outros, como Gehl (2015) afirma:

A vida na cidade é um processo de autoalimentação, de autorreforço. Algo acontece porque algo acontece porque algo acontece. Após iniciada, uma brincadeira de criança pode, rapidamente, atrair mais participantes. Processos similares ocorrem com atividades de adultos. As pessoas vão aonde o povo está (GEHL, 2015).

Os espaços livres urbanos formam um sistema, apresentando, sobretudo, relações de conectividade, complementaridade e hierarquia. Entre seus múltiplos papéis, por vezes sobrepostos, estão a circulação, a drenagem, atividades do ócio, convívio público, marcos referenciais, memória, conforto e conservação ambiental, etc. (QUEIROGA, 2007).

Logo, esses sistemas de espaços livres são fundamentais para a cidade por abrangerem importantes funções que refletem na cidade, na paisagem e na sociedade, como afirma Queiroga (2007):

“Esses sistemas por sua vez, estão em constante processo de transformação e adequação às novas demandas e pressões da sociedade (empresas, instituições, classes e grupos sociais). O seu melhor atendimento às demandas cotidianas da sociedade vai depender das disponibilidades de recursos, dos padrões culturais existentes e, sobretudo, das decisões políticas que podem levar a eventuais processos de qualificação ou desqualificação de tais sistemas” (QUEIROGA, 2007).

Destacam-se como elementos constituintes desses ambientes aqueles de origem natural ou cultural. Os de origem natural caracterizam-se pela fauna e pela flora, e os culturais pelos elementos construídos pelo homem ao longo do tempo, como edificações, mobiliário urbano, drenagem urbana, dentre outros. Dessa forma, estes se apresentam em constante movimento devido à ação dos vários agentes de transformação.

Gehl (2015) também afirma que “O corpo humano, seus sentidos e mobilidade são a chave do bom planejamento para todos”, ou seja, a vitalidade urbana gira em torno das motivações que destacam as relações homem-ambiente como premissas fundamentais ao planejamento urbano e levando em conta fatores físicos, psicológicos e emocionais que se conectam entre si, revelando cidades vivas que propiciam a qualidade de vida e a participação da população no ambiente urbano.

O termo vitalidade urbana, por sua vez, é definido por Saboya (2016) como:

Refere-se à vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos. Mais especificamente, dizemos que um lugar possui vitalidade quando há pessoas usando seus espaços: caminhando, indo e vindo de seus afazeres diários ou eventuais; interagindo, conversando, encontrando-se; olhando a paisagem e as outras pessoas; divertindo-se das mais variadas maneiras e nos mais diversos locais; brincando, especialmente em parques e praças, mas também na rua; e assistindo apresentações artísticas, especialmente as informais e improvisadas, entre outras manifestações. Inclui também toda uma gama de atividades relacionadas às trocas comerciais, tais como entrar e sair de lojas, perguntar e pesquisar preços, olhar vitrines, comprar, pechinchar, etc. Quando acontece informalmente no próprio espaço público, como é o caso de camelôs e barraquinhas de venda de comidas, a própria atividade comercial é parte da vitalidade urbana. Em suma, a vitalidade urbana pode ser entendida como a alta intensidade, frequência e riqueza de apropriação do espaço público, bem como à interação deste com as atividades que acontecem dentro das edificações (SABOYA, 2016).

Por ser um conceito então complexo e multifacetado, que acontece a partir da interação entre diversos padrões, sociais e econômicos como define Saboya (2016), alcançar a vitalidade urbana necessita do estudo de uma série de condições a serem promovidas na cidade, sendo algumas delas: fachadas ativas, densidade de usos e pessoas, escala humana, acessibilidade, dentre várias outras.

Os sentidos humanos (olfato, visão, tato, audição e paladar) são importantes elementos na experiência do vivenciar a cidade e precisam ser estimulados pelas rotas urbanas, através desses fatores acima citados, para que o espaço público agregue significado às pessoas e estas permaneçam e desfrutem desses locais. Os interesses que movem as pessoas pelas cidades é parte essencial para o bom planejamento urbano.

Além disso, os projetos de espaços livres, muitas vezes, não seguem parâmetros ou diretrizes projetuais adequadas que englobem um programa de necessidades proveniente dos anseios da própria população que irá utilizá-lo, em conformidade com as ideias propostas por profissionais da área. E a falta de manutenção adequada decorrente do uso também é um recorrente problema.

A falta de sensação de segurança é um problema que leva muitas pessoas a evitarem a vivência nos espaços públicos. Esta é gerada principalmente pela falta de movimentação nesses lugares devido à não atratividade que estes exercem gerando assim cidades impessoais e espaços livres desabitados como locais propícios à apropriação por indivíduos à margem da sociedade.

E, assim como Macedo (2012) relata, a sociedade com o passar do tempo influenciada por alguns outros fatores, dentre eles a falta de sensação de segurança nos espaços públicos, passou a utilizar mais os espaços de lazer em áreas privadas:

“Os novos projetos diferenciam-se daqueles típicos dos anos 1950 e 1960, tanto pelas suas características funcionais, como morfológicas. A fluidez entre os espaços intralote e a rua não é mais desejada, na medida em que os cercamentos e portarias tornam-se exigências dos consumidores, que estão em parte assustados com uma real falta de segurança e também influenciados por uma florescente indústria de equipamentos e serviços de segurança” (MACEDO, 2012).

Com isso, o mercado imobiliário trouxe consigo, além da verticalização extrema aos empreendimentos com o ideário da “moradia perfeita” contendo espaços livres equipados com inúmeros itens de lazer como opção de divertimento aos seus moradores, a ideia de que o morar deveria concentrar dentro de si, elementos pertencentes ao ambiente comunitário. Torna-se assim, cada vez mais comum, encontrar nas cidades, condomínios residenciais que

incluam esses espaços livres em seus projetos, recebendo alta valorização e tornando-se símbolo de *status* social para os seus detentores.

“O aumento do número de itens voltados ao lazer caracteriza uma tendência social da iniciativa privada, que passa a se apropriar de deveres antes concernentes ao Estado, que agora está praticamente omissa em relação à questão do lazer urbano, apresentando com investimentos muito aquém do necessário para a implementação de novos espaços coletivos de lazer, tais como parques e praças” (MACEDO, 2012).

Enxergar em cada espaço urbano uma oportunidade de convívio social e interação entre o homem e o ambiente construído deve ser, portanto um exercício de prática constante para se reestabelecer as boas sensações e o significado dos lugares às pessoas, gerando assim maior apropriação.

Segundo Souza e Braz (2015), conforme citado por Côrrea (2016), “Este passa a ter valores comerciais que contribuem para a segregação sócio territorial. Esse processo evidencia a valorização crescente do espaço privado nas cidades em detrimento do público, cada vez menos apropriado por uma população forçadamente cada vez mais homogênea”.

Por fim, Gehl (2015) define os 12 critérios de qualidade para a promoção de espaços livres baseados em três premissas consideradas fundamentais e complementares entre si: proteção, conforto e prazer.

Figura 2 - 12 critérios de qualidade com respeito à paisagem do pedestre

| | | | |
|----------|---|--|--|
| Proteção | <p>PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO E ACIDENTES – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</p>  <ul style="list-style-type: none"> Proteção aos pedestres Eliminar o medo do tráfego | <p>PROTEÇÃO CONTRA O CRIME E A VIOLÊNCIA – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</p>  <ul style="list-style-type: none"> Ambiente público cheio de vida Olhos da rua Sobreposição de funções de dia e à noite Boa iluminação | <p>PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESCONFORTÁVEIS</p>  <ul style="list-style-type: none"> Vento Chuva/ neve Frio/ calor Poluição Poeira, barulho, ofuscamento |
| Conforto | <p>OPORTUNIDADES PARA CAMINHAR</p>  <ul style="list-style-type: none"> Espaço para caminhar Ausência de obstáculos Boas superfícies Acessibilidade para todos Fachadas interessantes | <p>OPORTUNIDADES PARA PERMANECER EM PÉ</p>  <ul style="list-style-type: none"> Efeito de transição/zonas atraentes para permanecer em pé/ ficar Apoios para pessoas em pé | <p>OPORTUNIDADES PARA SENTAR-SE</p>  <ul style="list-style-type: none"> Zonas para sentar-se Tirar proveito das vantagens: vista, sol, pessoas Bons lugares para sentar-se Bancos para descanso |
| | <p>OPORTUNIDADES PARA VER</p>  <ul style="list-style-type: none"> Distâncias razoáveis para observação Linhas de visão desobstruídas Vistas interessantes Iluminação (quando escuro) | <p>OPORTUNIDADES PARA OUVIR E CONVERSAR</p>  <ul style="list-style-type: none"> Baixos níveis de ruído Mobiliário urbano com disposição para paisagens/ para conversas | <p>OPORTUNIDADES PARA BRINCAR E PRATICAR ATIVIDADE FÍSICA</p>  <ul style="list-style-type: none"> Convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos Durante o dia e à noite No verão e no inverno |
| Prazer | <p>ESCALA</p>  <ul style="list-style-type: none"> Edifícios e espaços projetados de acordo com a escala humana | <p>OPORTUNIDADES DE APROVEITAR OS ASPECTOS POSITIVOS DO CLIMA</p>  <ul style="list-style-type: none"> Sol/sombra Calor/frescor Brisa | <p>EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS POSITIVAS</p>  <ul style="list-style-type: none"> Bom projeto e detalhamento Bons materiais Ótimas vistas Árvores, plantas, água |

Fonte: GEHL, 2015, p. 239.

2.1 Função social dos espaços urbanos públicos

O processo acelerado de crescimento das cidades trouxe consigo uma maior necessidade de planejamento urbano, para o ordenamento e melhoria da qualidade de vida da população nas cidades. Segundo dados do IBGE (2010), no Brasil 84% da população se encontram em áreas urbanas. Já em São Luís, no ano de 2010, 94,45% (segundo o PNUD, Ipea e FJP) das pessoas viviam nas cidades, um número bastante significativo.

Atualmente, grande parte da população convive com as consequências dessa falta de planejamento, seja morando informalmente em áreas irregulares e/ou em áreas urbanas carentes de infraestrutura adequada. O direito à moradia, assegurado pela Constituição Federal, é uma questão de fundamental importância e passou a receber maior atenção após o advento do Estatuto da Cidade.

“Em que pese a abordagem holística composta por diferentes aspectos, o tema central do EC é a função social da propriedade. Em síntese, a lei pretende definir

como regular a propriedade urbana de modo que os negócios que a envolvem não constituam obstáculo ao direito à moradia para a maior parte da população, visando, com isso, combater a segregação, a exclusão territorial, a cidade desumana, desigual e ambientalmente predatória. O EC trata, portanto de uma utopia universal: o controle da propriedade fundiária urbana e a gestão democrática das cidades para que todos tenham o direito à moradia e à cidade” (ESTATUTO DA CIDADE COMENTADO, 2010).

O Estatuto da Cidade (EC) é a lei federal brasileira que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, ao regulamentar os preceitos constitucionais do artigo 182, o EC, coloca a política urbana como responsabilidade do município a fim de que sejam asseguradas as funções sociais da cidade, visando o bem coletivo. Ao Plano Diretor Municipal também é dado enfoque como instrumento básico para o ordenamento territorial urbano, de forma que este faça cumprir a função social dos imóveis e defina as características referentes ao uso e ocupação do solo de uma cidade, como é visto no artigo 2º e 4º do EC:

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; [...]

Art. 4º - O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Portanto, o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal nº 10.257/2001, tem como finalidade primordial, estabelecer normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, sendo estas áreas reservadas nos loteamentos para uso comum da população também protegidas pelo Plano Diretor de São Luís (1992).

Em São Luís, a Lei nº 3.252/1992 é o instrumento legal que institui o Plano diretor da cidade, que visa promover o ordenamento territorial e um ambiente saudável para a vida da população na cidade, o qual no artigo 6º da referida lei é entendido como: “Entende-se por ambiente saudável o convívio de todos os seres vivos, vegetais e animais e o meio físico que lhes serve de substrato, livres de qualquer tipo de poluição”.

Ao mesmo tempo, o Plano Diretor, possibilita ao governo local instituir uma política urbana que contemple os aspectos políticos, sociais, físico-ambientais e administrativos, prevendo instrumentos para a sua implantação e execução, conforme cita o artigo 1º.

Dentre as ações previstas nas diretrizes, destacam-se especificamente aquelas disciplinadas pelos artigos 14º e 15º do Plano Diretor, que preveem:

Art. 14º

XI - A elaboração e a manutenção de programas de atividades produtivas e de lazer, destinadas a cidadãos idosos;

XII - A provisão de equipamentos sociais e de mobiliário urbano, adequados aos deficientes físicos;

[...]

Art. 15º

V - A elaboração de política de criação e de implantação de parques e áreas verdes, de promoção de ajardinamento e de arborização de áreas públicas, bem como de seu incentivo nas áreas privadas;

XV - A implantação de praças de serviços, contendo equipamentos sociais e espaços livres, como meio de acelerar e reforçar a constituição de pólos de atração em bairros;

Portanto, os espaços livres inserem-se como peças fundamentais para se alcançar o objetivo de cidades mais sustentáveis e que promovam a qualidade de vida da população. Estes contribuem para a função social da cidade à medida que fomentam o acesso das pessoas à cidade, sem distinções, e são frutos dessa apropriação e participação popular, contribuindo também à gestão democrática da cidade.

O termo sustentabilidade, tão utilizado e almejado atualmente pela sociedade, dentre toda a amplitude que o tema possa oferecer, refere-se também ao social, na forma das cidades inclusivas, que possibilitam o ir e vir das pessoas a todos os lugares, como é descrito por Gehl (2015):

“Sustentabilidade social é um conceito amplo e desafiador. Parte do seu foco é dar aos vários grupos da sociedade oportunidades iguais de acesso ao espaço público e também de se movimentar na cidade. A igualdade é incentivada quando as pessoas caminham e andam de bicicleta, em combinação com o transporte público. Mesmo sem seus carros, as pessoas devem ter acesso ao que a cidade oferece e à oportunidade para uma vida cotidiana sem restrições impostas por opções ruins de transporte” (GEHL, 2011).

Um dos caminhos que possibilitam a sustentabilidade das cidades é a promoção da acessibilidade nos ambientes urbanos como um todo. Proporcionar esse acesso igualitário a bons espaços livres acarreta em várias consequências à população, dentre elas a qualidade de vida, a prática de exercícios e a interação social. Esse acesso precisa ser cada vez mais democratizado a fim de criar-se cidades mais inclusivas e que proporcionem oportunidades, experiências e vivências a todos.

2.2 Praças

As praças são espaços livres plurifuncionais propícios ao encontro, permanência e desenvolvimento da vida pública nas cidades. Ao longo do tempo e de acordo com o contexto cultural de cada época, as praças passaram por diversas significações e diferentes configurações até chegar ao modelo atual contemporâneo. Os primeiros registros que se têm da praça constam no período da Antiguidade, na ágora grega, começando a ganhar maior importância no período da Idade Medieval, como é citado por Lamas (1933):

“A praça é geralmente irregular e resulta mais de um vazio aberto na estrutura urbana do que de um desenho prévio. É na Idade Média que se começa a esboçar o conceito de praça europeia, que atingirá o apogeu a partir do Renascimento. A praça medieval é um largo de geometria irregular, mas com funções importantes de comércio e reunião social. Assim, as praças medievais dividem-se geralmente na praça do mercado e na praça de igreja (adro), ou o *parvis* medieval. As suas funções são diferentes e a sua localização na estrutura urbana, também” (LAMAS, 1933).

Foi na Idade Moderna, com o Renascimento, que a praça ganhou maior destaque como espaço de interação social, como descreve Lamas (1933) é a partir do Renascimento que a praça se inscreve em definitivo na estrutura urbana e adquire o seu estatuto até fazer parte obrigatória do desenho urbano nos séculos XVIII e XIX.

A praça passa então a ser vista de forma integrada com o seu entorno, constituído por edifícios, fachadas, dentre outros elementos e como espaço coletivo de integração social no qual ocorrem as mais diversas dinâmicas da cidade.

Parte desse histórico das praças é contado por Lamas (1933) nesse trecho citado por Hannes (2016):

“A praça originou-se da ágora grega, primeiro espaço de convívio público e cívico da sociedade – cercada por mercados, feiras livres, pelos edifícios públicos e governamentais mais importantes da época – onde se praticavam a democracia, os debates entre os cidadãos. (MACEDO; ROBBA, 2003). Na idade média, representa o principal espaço público, estando presente junto aos mercados, às prefeituras e igrejas, num momento em que seu desenho apresenta centro livre e conformado pelos edifícios do entorno. No renascimento, surgem as praças cívicas, rodeadas pelos principais edifícios públicos, adquirindo valores políticos e sociais (como na ágora grega), sendo adornadas com monumentos, obeliscos e estátuas. Nesse momento, têm-se as Piazzas Italianas como expoentes da expressão estética do espaço urbano; espaços secos, sem nenhuma vegetação e de intenso uso até hoje pelo público (figura 9). Em Londres, no século XVIII, surgem os Squares, jardins pequenos delimitados por edifícios residenciais que, com o passar do tempo, dão lugar a pequenas praças vegetadas e cercadas, de uso exclusivo da população local. No século XIX, algumas praças surgem como espaços decorrentes (residuais) de grandes intervenções no sistema viário, como as praças rotatórias de Paris, no Plano Haussmann, e as praças residuais das avenidas diagonais do Plano Cerdá em Barcelona” (LAMAS, 1993).

Ao longo do tempo, três linhas projetuais foram identificadas por alguns autores, dentre eles Macedo (1999) e seu grupo de pesquisa, a respeito da arquitetura paisagística, em especial as praças, objeto de estudo desse trabalho. São elas: eclética, moderna e contemporânea. No entanto, cabe destacar que não há fatores temporais que delimitem tais características, como o autor afirma:

Essas três linhas não estão, porém, atreladas a nenhum período exclusivo. Pode-se afirmar, certamente, que cada uma delas predomina durante certo tempo e convive com formas diferenciadas, híbridas, sendo substituídas pouco a pouco por uma forma de projeto específica (MACEDO, 1999).

O período eclético influenciou a concepção e a estética das praças brasileiras que por sua vez, priorizavam o passeio, a contemplação, a idealização de um cenário perfeito. Esta se dividiu em duas fases, a clássica e a romântica. A praça Paris (Figura 3) representa a fase clássica, devido à simetria, traçado e geometria e a praça Rio de Janeiro (Figura 4) é um exemplo da fase do romantismo que representa um cenário mais naturalista com traçados mais orgânicos e sinuosos.

Figura 3 e 4 – Praça Paris (Rio de Janeiro) e praça da República (Belém).



Fonte: Pinterest

Já as praças modernistas refletem as mudanças ocasionadas pelo período da Revolução industrial, como o grande crescimento urbano por exemplo, que resultou em diversas mudanças nos âmbitos social, econômico e cultural da época, e que englobavam também o campo da arquitetura e urbanismo, ressignificando as praças também como locais de lazer ativo.

O modernismo, em relação aos espaços livres, surge como uma quebra de paradigmas e negação de valores vigentes no período eclético. Como Macedo (1999) afirma:

Os novos princípios repudiam totalmente os velhos padrões pitorescos do Eclétismo: não são mais admitidos na nova praça gazebos, esculturas de deuses, fontes e

chafarizes importados, colunatas, arcadas e muradas neoclássicas, pontes de falsa madeira, grutas, estufas e todo o arsenal de traquitanas decorativas do período anterior. Nos espaços da nova praça são aceitos apenas uns poucos elementos decorativos como murais e esculturas, de preferência de artistas da época, e os tradicionais espelhos d'água e fontes, agora adaptados aos novos princípios projetuais (MACEDO, 1999).

No Brasil, essa fase ganhou grande destaque através de nomes como Roberto Burle Marx, um dos seus principais expoentes que a impulsionou através de inúmeros projetos no campo paisagístico. Algumas das características que mais se destacavam nas praças modernistas, segundo Macedo (1999), eram:

- Setorização de atividades;
- Utilização de formas orgânicas, geométricas e mistas, para pisos, caminhos, canteiros, espelhos d'água;
- Liberdade na composição formal, respeitando os dogmas modernistas;
- Grandes áreas de pisos processados;
- Criação de estares e recantos como elementos centrais de projeto;
- Circulações estruturadas por sequência de estares;
- Valorização de ícones e signos da cultura nacional e regional;
- Vegetação utilizada como elemento tridimensional de configuração de espaços;
- Plantio em maciços arbóreos e arbustivos, formando planos verticais;
- Plantio de forrações como grandes tapetes;
- Larga utilização e valorização da flora nativa e tropical;

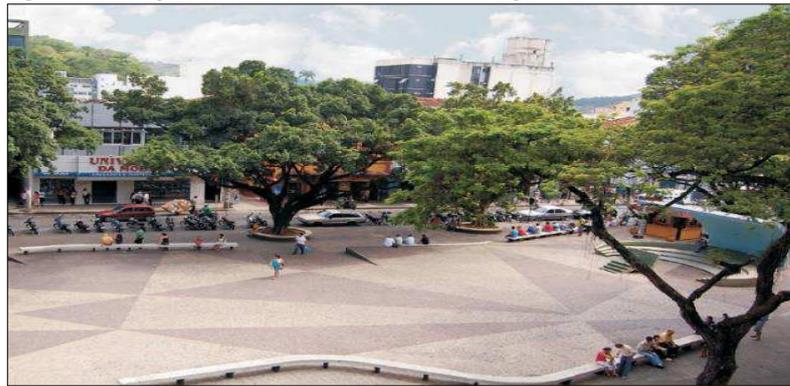
Em algumas praças brasileiras ainda se nota algumas dessas características modernas, como é o caso da praça Vinícius de Moraes, em São Paulo, que apresenta a vegetação disposta de forma a encaminhar o passeio e criar pequenos ambientes em um mesmo lugar, sendo contrária ao passeio fluído característico do Ecletismo. Assim também é a praça Rui Barbosa, em Porto Alegre, que apresenta o desenho do piso em ladrilho hidráulico e pedras portuguesas, bancos de concretos com formas orgânicas e espaços para usos múltiplos.

Figura 5 – Praça Vinícius de Moraes, São Paulo.



Fonte: Áreas verdes das cidades.

Figura 6 – Praça Vinícius de Moraes, Porto Alegre.



Fonte: Fábrica do Futuro.

Posteriormente ao modelo de praça moderna, alguns elementos passaram a fazer parte da composição dessa tipologia de espaços livres como os *playgrounds*, quadras esportivas, guaritas e piscinas a partir dos anos 1970, com as mudanças e hábitos que se observam no público usuário de tais espaços (MACEDO, 1999).

Assim, as praças modernas, em sua maioria, eram concebidas conforme um modelo pré-estabelecido, muitas vezes sem levar em conta os anseios, desejos e necessidades da população, não sendo muitas vezes apropriadas pela comunidade e trazendo à tona a necessidade por um novo modelo de espaço livre.

As praças contemporâneas então surgem com características variadas, referentes a todos os períodos anteriores demonstrando a liberdade de criação e o não enclausuramento de ideias, como afirma Macedo (1999):

O programa da praça contemporânea assemelha-se muito ao da praça moderna – reafirmando o uso contemplativo, a convivência e o lazer ativo, e retomando alguns usos há muito abandonados. A utilização comercial, que fora banida formalmente do espaço público durante o Eclétismo, constitui um item do programa que é vigorosamente retomado (MACEDO, 1999).

Com isso, percebe-se que a apropriação do espaço livre da praça se deve a uma série de fatores que propiciem à comunidade uma sensação de conforto, segurança, interatividade, diversidade de usos e pessoas, dentre outros. E que, os elementos de composição da paisagem de um espaço livre influenciam diretamente na sua apropriação pela população

Com relação ao projeto de arquitetura, Sun (2011) descreve que “A perda, aparentemente corriqueira, da simultaneidade escalar da praça como uma entidade “arquitetônica” ou “paisagística” detentora de formas, funções e estilos tem empobrecido o projeto e o ensino de paisagismo, acarretando uma tendência à homogeneização dos espaços livres e prejudicando não apenas a consolidação de uma unidade autêntica na paisagem urbana, mas, especialmente, a preservação do caráter público dos espaços livres”.

E não somente quanto à estética, é preciso também que a arquitetura das praças assegure conforto físico, através de mobiliários urbanos como bancos, escadas e corrimãos, por exemplo, que não apresentem características hostis ao uso diário da população, mas que atuem como elementos que promovam o uso, a permanência e sigam os parâmetros do desenho universal que proporcionem a equidade no meio urbano.

Praças que proporcionam uma permanência mais longa por serem agradáveis e confortáveis de se estar refletem em cidades mais vivas, pois o tempo gasto nos espaços livres reflete diretamente na condição da vida urbana.

2.3 O ambiente da rua e da calçada

As ruas e as calçadas são os espaços livres mais utilizados nas cidades, seja pela necessidade de ir e vir ou pela simples satisfação do passeio público. É através desses espaços que as conexões são geradas nas cidades entre os espaços públicos e privados e é aonde a multifacetada vida urbana se desenvolve.

“Entende-se, então, que a rua é o elemento estruturador do espaço urbano, com papel primário de circulação e orientação, que garante a ligação entre os demais espaços abertos da cidade, funcionando como articuladora de um sistema de espaços livres. É o principal palco da vida cotidiana, permitindo encontro, troca e diversas manifestações populares” (HANNES, 2016).

As calçadas são definidas pelo Código de Trânsito Brasileiro como sendo parte da via não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros.

E, diferentemente das ruas, a construção e manutenção das calçadas dos imóveis é de responsabilidade do proprietário do lote e esta deve seguir os critérios de acessibilidade,

conforme o artigo 5º da Constituição Federal que estabelece o direito de ir e vir de todos os cidadãos. Ou seja, é assegurado por lei o direito, a todos, de se locomover pela cidade a qualquer lugar, com a devida acessibilidade.

Por isso, a necessidade da atenção aos projetos urbanos que envolvam as ruas e calçadas para que estas não se tornem apenas um elemento de passagem nos espaços públicos, mas de permanência e promovam boas experiências a quem as utiliza e não apenas sensações relacionadas ao medo da violência urbana.

É comum perceber-se até mesmo nos projetos relacionados à mobilidade urbana uma tendência a direcionar as ideias e investimentos a soluções que colocam o transporte automobilístico como o principal protagonista do sistema de transporte das cidades, esquecendo-se assim da importância do tráfego de pedestres e ciclistas nas calçadas e ruas, como Queiroga (2011) afirma:

“O sistema viário é o único espaço livre que faz parte formalmente do status de infraestrutura urbana, porém, ao ser projetado, este continua privilegiando o transporte individual, deixando em segundo plano o transporte público e em terceiro plano o pedestre e o ciclista” (QUEIROGA, 2011).

Apesar de essa ser a realidade quase que absoluta no Brasil, já existem algumas iniciativas de ruas voltadas exclusivamente ao tráfego de pedestres, conhecidas popularmente como “calçadões”. Estas ruas fomentam o passeio público, o comércio e as mais diversas manifestações e interações sociais, como Hannes (2016) cita:

“O uso dessa tipologia de espaço está comumente associado aos núcleos de comércio dos centros urbanos, onde o fluxo de pessoas e as atividades comerciais são intensas e apresentam conflitos de fluxos entre automóveis e pedestres. Tornam-se, geralmente, importantes centros de compras e pontos turísticos – como a Stiklal Street (Istambul), que, devido à sua grande extensão (3 quilômetros), implantou um bonde que facilita a locomoção dos pedestres. Muitos projetos de calçadões fazem parte de operações de revitalização urbana que incluem renovação de fachadas, eliminação da poluição visual e melhoria na qualidade do espaço. São espaços que permitem a implantação de feiras de artesanato, a expressão de artistas de rua, o favorecimento de interação social, incentivando, também, o consumo e a diversificação de uso local. Devem prever o acesso de veículos de segurança e carga e descarga – como carros de polícia, ambulância e bombeiros. A presença de pessoas vivenciando esses espaços livres geram impactos positivos na vida das cidades pois através desses fluxos o meio urbano passa a ser vivenciado e a interação social acontece resultando em novas dinâmicas urbanas e na vida da cidade” (HANNES, 2016).

Figura 7 - Rua Stiklal Street, Istambul.



Fonte: Blog Me joguei no mundo.

Além da Rua Stiklal Street, em Istambul, outra rua que pode ser listada como exemplo de rua exclusiva ao uso de pedestres no Brasil é a rua XV de novembro, situada em Curitiba, esta foi o primeiro logradouro a ser criado no Brasil. Já a Avenida Paulista, em São Paulo, importante pólo econômico e cultural, aos domingos é fechada para circulação somente de pedestres.

Figura 8 - Rua XV de novembro, Curitiba.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul.

Figura 9 – Avenida Paulista, São Paulo.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Além destas, outras propostas semelhantes sugerem dar ao pedestre maior espaço no meio urbano como as orlas marítimas e os *woonerf*¹. A autora Jacobs (2011) utiliza a expressão “olhos da rua”, se referindo aos proprietários naturais das ruas – os próprios moradores - para dar ênfase à necessidade que as ruas têm pelo constante movimento de pessoas e diversidade por usos em diferentes horários a fim de proporcionar maior sensação segurança aos que transitam por elas.

“Se reforçarmos a vida na cidade de modo que mais pessoas caminhem e passem um tempo nos espaços comuns, em quase todas as situações, haverá um aumento na segurança, tanto da real quanto da percebida. A presença de “outros” indica que um lugar é considerado bom e seguro. Há “olhos nas ruas” e frequentemente, também “olhos sobre as ruas”, porque seguir e acompanhar o que acontece nas ruas acabou se tornando algo significativo e interessante para usuários dos edifícios do entorno. Quando as pessoas fazem suas rondas diárias no espaço urbano, tanto o espaço quanto as pessoas que o utilizam tornam-se mais significativas e assim, mais importantes para serem vistas e observadas. Uma cidade viva se torna uma cidade valorizada, e, assim, uma cidade também mais segura” (GEHL, 2015).

Da mesma forma, os pedestres que caminham nas ruas nos mais variados horários sentem-se mais protegidos a utilizarem espaço público quando há movimentação de pessoas, diversidade de usos e uma arquitetura que estimule a apropriação por parte da população.

Para haver então esse maior fluxo de pessoas diariamente pelas ruas é necessário que estes espaços livres promovam um passeio agradável e seguro. Dessa forma, as pessoas são atraídas a frequentarem esses locais e atraem outras pessoas, como em um ciclo, essas

¹ Segundo HANNES (2016), o termo *woonerf* é um conceito holandês surgido na década de 70 e significa rua viva ou quintal vivo. Ele designa ruas como áreas prioritárias aos pedestres que têm o piso nivelado e não se utilizam de sinalizações de trânsito.

ações ajudam a promover a vitalidade urbana do espaço público através das relações interpessoais que agregam vida ao lugar.

“O requisito básico da vigilância é um número substancial de elementos e outros locais públicos dispostos ao longo das calçadas do distrito; deve haver entre eles sobretudo estabelecimentos e espaços públicos que sejam utilizados de noite. Lojas, bares e restaurantes, os exemplos principais, atuam de forma bem variada e complexa para aumentar a segurança nas calçadas” (JACOBS, 2011).

Andar nas calçadas muitas vezes pode ser uma tarefa árdua e exige total atenção do pedestre devido aos obstáculos que se transpõe no caminho que, teoricamente, deveria ser dedicado ao passeio público.

Devido às incompatibilidades entre os mais diversos tipos de projetos na fase do planejamento, os resultados finais podem ser comprometidos. Como exemplo, tem-se a maneira como muitas vezes é feita a locação dos equipamentos urbanos nas calçadas como postes, lixeiras e telefones públicos dispostos em meio ao passeio público, atuando como obstáculos à livre circulação dos pedestres.

Figura 10 - Falta de acessibilidade em calçada na Rua Ibiapina, em Olaria.



Fonte: Jornal Extra, 2018.

Isso contrapõe ao conceito de “calçada ideal” que delimita os usos da calçada para cada tipo de necessidade e coloca a distância mínima de 1,90 metros, sem contar com a área

destinada a faixa de acesso, como o necessário para o desempenho de todas as funções relacionadas a área de serviço e passeio. Como é descrito no Projeto Calçada Acessível [guia para projetos de espaços públicos] (2012), disponibilizado pela prefeitura de Seropédica - RJ:

- Faixa livre - Área do passeio ou calçada destinada exclusivamente à circulação de pedestres.
- Faixa de serviço - Destinada à colocação de árvores, rampas de acesso para veículos ou portadores de deficiências, poste de iluminação, sinalização de trânsito e mobiliário urbano como bancos, floreiras, telefones, caixa de correio e lixeiras.
- Faixa de acesso - Área em frente a imóvel ou terreno, onde pode estar a vegetação, rampas, toldos, propaganda e mobiliário móvel como mesas de bar e floreiras, desde que não impeçam o acesso aos imóveis. É, portanto, uma faixa de apoio à sua propriedade.

Figura 11 – Modelo de calçada ideal.



Fonte: Guia prático para a construção de calçadas.

O caminhar nas ruas precede de boas condições no passeio. Este também pode ser motivado por alguns fatores externos que tornem a experiência mais prazerosa e convidativa, como as fachadas ativas que fogem a monotonia cotidiana e as próprias ruas com seus detalhes e nuances, como é citado por Gehl (2015):

“Os padrões das ruas, o projeto dos espaços, ricos em detalhes e experiências intensas, influem na qualidade dos percursos dos pedestres e no prazer de caminhar. Os ‘espaços de transição’ das cidades também têm seu papel. Temos bastante tempo para olhar enquanto caminhamos e a qualidade das fachadas térreas pelas quais passamos ao nível dos olhos é particularmente importante para a qualidade do passeio” (GEHL, 2015).

A qualidade dos percursos a pé resulta em maior tempo de permanência nos espaços livres assim como os pontos de atratividade espalhados pela cidade, fazem o passeio ficar mais interessante e mais prazeroso aos olhos de quem caminha.

2.4 Elementos de composição do espaço livre urbano

“O parcelamento do solo, as construções e o arruamento dão origem a inúmeras tipologias de espaços e diversas formas de apropriação das mesmas” assim como afirma Hannes (2016). Logo, cada espaço livre com uma função e forma diversificada contribui para a significância e a identidade do “público” em uma cidade, seja de forma positiva ou negativa.

Além disso, estes podem ser criados pelo homem ou desenhados pela própria natureza como é o caso de florestas, praias, campos, dentre outros. Sendo assim, alguns elementos compositivos da paisagem serão abordados nesse trabalho.

2.4.1 Mobiliário urbano

O mobiliário urbano é parte essencial da composição dos espaços livres pois servem de diversas funções dentro do ambiente urbano que vão desde a parte estética, criando uma identidade ao lugar, até a funções essenciais como iluminação pública, por exemplo, que promovem maior sensação de segurança pública aos indivíduos.

Os elementos urbanos podem ser classificados segundo as necessidades básicas que atendem, tais como: descanso, lazer, proteção, acessibilidade, comunicação, limpeza, entre outros, e a motivos comerciais, infraestruturas e decorativos, integrando-se à paisagem urbana (MASCARÓ, 2008).

Tais elementos, assim como Mascaró (2008) afirma, devem ser analisados a partir de uma série de critérios que influenciarão na qualidade do desenho urbano. Estes podem ser de ordem funcional, estrutural, plástica, econômica, histórica, ambiental, arquitetônica, urbanística e até mesmo legal.

Os equipamentos públicos precisam ser pensados para responderem às diversas necessidades, visto que os espaços livres públicos, abertos à população, devem atender aos mais diferentes públicos e atividades recorrentes. Portanto, o mobiliário deve atuar como facilitador da vida pública e não como barreira às atividades realizadas pela população.

Idosos, deficientes físicos e crianças necessitam de atenção especial nos espaços livres devido às dificuldades de mobilidade. A arquitetura então, deve ser pensada como uma forma de reintroduzi-los aos espaços públicos, promovendo estímulos e condições de

sociabilidade e interatividade. As academias públicas ao ar livre são exemplo disso, como cita Mascaró (2008):

Academias públicas representam uma forma de inclusão social e de acessibilidade das camadas mais populares ao exercício físico, assim como à sociabilidade, em qualquer nível socioeconômico. Elas podem ser implantadas em parques e orlas, conjugando às práticas esportivas o contato com a natureza (MASCARÓ, 2008).

Figura 12 - Academia da Terceira Idade no Parque do Ingá, Maringá/Paraná.



Fonte: Revista Época

Dessa forma, elementos como bancos, mesas, luminárias, lixeiras, equipamentos de ginástica, *playgrounds*, dentre muitos outros, devem estar dispostos nos locais adequados, aonde há maior fluxo de pessoas, mas posicionados de forma que não impeçam a passagem e sigam parâmetros do desenho universal a fim de que propiciem condições de acesso a todos.

O material a ser utilizado nesses ambientes, sobrepuja as questões estéticas pois deve apresentar especificações que atendam às condições de durabilidade e resistência por se tratarem de um bem público que se mantém exposto às intempéries, falta de manutenção constante, e à depredação pelos seus usuários.

Os fatores climático-ambientais também devem ser levados em conta, atendendo às características de cada lugar. Materiais como a madeira, pedras, concreto e ferro apresentam maior resistência, mas a utilização de cada um depende da localidade em que estão inseridos, visto que apresentam características e vulnerabilidades que atendem a diferentes necessidades.

O mobiliário urbano também é responsável por promover a permanência nos espaços públicos, de acordo com o nível de conforto que exercem aos seus usuários, somado à

atratividade que o ambiente e o entorno possam oferecer. Existem, por exemplo, diferentes tipos de bancos definidos por Gehl como primários ou secundários que atendem à diferentes públicos e necessidades:

Os primários consistem no mobiliário em si, com encostos e braços: bancos, cadeiras isoladas e cadeiras de cafés.

Além de assentos primários confortáveis e bem colocados, muitas opções secundárias são necessárias, locais onde as pessoas possam se sentar, descansar e olhar em volta de modo mais informal e espontâneo. Pode-se usar uma grande variedade de objetos: pedestais, degraus, pedras, frades, monumentos, fontes ou o próprio chão (GEHL, 2011).

O mobiliário urbano também precisa corresponder ao contexto e dinâmica urbana ao qual está inserido. Os abrigos para passageiros de ônibus, popularmente conhecidos como “paradas de ônibus” são um exemplo disso, pois funcionam como pólos de concentração de pessoas. Logo, estes pontos atraem pessoas, o comércio informal e a necessidade de uma infraestrutura que abrigue a todas essas necessidades, tais como: proteção e sombreamento aos fatores climáticos, bancos, lixeiras, etc.

Os abrigos marcam o espaço e aglutinam funções pelo seu poder de atração. Também chamados de microarquitetura, esses elementos representam espaço para o descanso, para o encontro, quando localizado em praças e parques, e um espaço de sombreamento, proteção contra chuvas e de referência para a espera do transporte coletivo, quando em vias urbanas. Muitas vezes fechados, através de vedações literais, podem também abrigar funções relacionadas ao comércio, à exposição e à prestação de serviços públicos (MASCARO, 2008).

A imagem a seguir ilustra um abrigo com certo número de pessoas à espera do transporte coletivo e o comércio informal instalado nas suas proximidades, assim como a falta de lixeiras para suprir as demandas de lixo existente. O pouco sombreamento causado pelo abrigo também seria um problema caso houvesse um número maior de pessoas aglomeradas.

Figura 13 – Abrigo para passageiros de ônibus na cidade de Imperatriz, MA.



Fonte: Blog AMarcosNoticias.

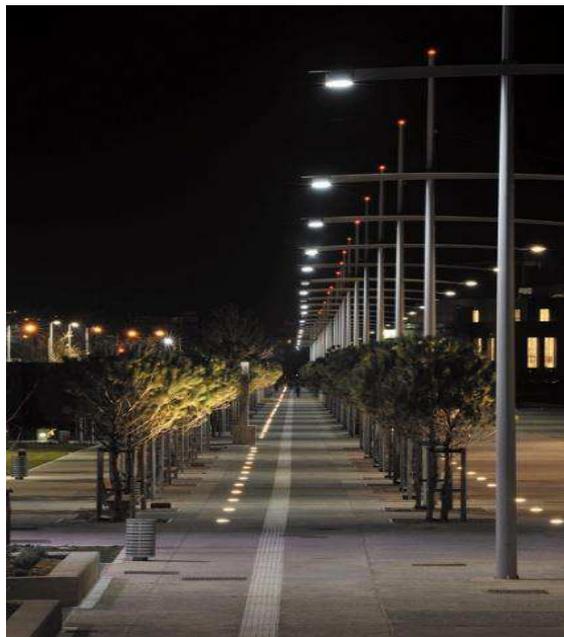
2.4.2 Iluminação pública

A iluminação é um dos componentes fundamentais em um bom projeto pois traz vida, conforto, estética, visibilidade e sensação de segurança ao ambiente. Nos espaços públicos não é diferente, pois faz parte do mobiliário urbano mas ganha destaque visto que ela desempenha diferentes funções, que refletem diretamente no modo de apropriação desses ambientes, ou até mesmo podendo causar o efeito reverso.

Dentre as várias funções da iluminação pode-se citar o embelezamento das áreas urbanas, destacando e valorizando monumentos, prédios e paisagens, a definição de hierarquia viária, a orientação de percursos e o melhor aproveitamento das áreas de lazer. Mas, principalmente deve-se destacar que a iluminação pública está diretamente ligada à segurança no trânsito e à prevenção da criminalidade (MASCARÓ, 2008).

Como exemplo, tem-se o projeto de Requalificação da Nova Orla de Thessaloniki que teve como objetivo preservar o passeio junto ao mar, em uma mistura de elementos naturais e construídos. Nesse caso, os postes trouxeram grande destaque à paisagem. A iluminação pública é capaz também de ressaltar a identidade ao lugar através de sua estética, como é o caso do bairro da Liberdade, em São Paulo, a qual remete à elementos de cultura japonesa.

Figura 14 – Iluminação pública no projeto de requalificação da nova orla de Thessaloniki.



Fonte: ArchDaily.

Figura 15 – Iluminação pública no bairro da Liberdade, São Paulo.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Quanto à iluminação urbana, utilizada principalmente no período noturno, deve-se tomar as devidas precauções pois esta deve atender às diferentes demandas presentes nos espaços urbanos. Pedestres, motoristas, ciclistas, e outros tipos de usuários apresentam diferentes necessidades de iluminação do espaço público, as quais devem ser atendidas de igual modo.

Assim também, a iluminação está estritamente relacionada com a questão da vegetação do espaço urbano. Como Mascaró (2006) ressalta:

A ausência ou deficiência na integração da iluminação com a vegetação incide como uma das principais causas de efeitos indesejáveis, tanto para motoristas e pedestres como para a aparência visual da cena urbana. As copas das árvores precisam ser adequadas às dimensões do sistema de iluminação para que não sejam projetadas sombras ao passeio no período noturno, que causem sensação de insegurança ao usuário.

Além do que, um dos efeitos da excessiva iluminação artificial é que o ciclo anual de crescimento e reprodução das árvores controladas pela luz diurna pode potencialmente ser alterado pela iluminação noturna.

Segundo Mascaró (2006), a iluminação urbana se define como eficiente quando reúne um conjunto de requisitos:

- Chega aonde se necessita;
- Responde às funções que se desenvolvem na cidade;
- A gente se sente confortável, satisfeita, estimulada, segura;
- Contribui para a beleza dos lugares, monumentos e edifícios;
- O impacto ambiental é controlado e limitado;
- A energia para seu funcionamento é a necessária, sem desperdícios nem excessos;
- O custo de provê-la é adequado, de acordo com as funções urbanas, necessidades e possibilidades do usuário;
- A tecnologia a utilizar incorpora conhecimentos, técnicas e produtos locais;

As luminárias (juntamente com as lâmpadas) atuam como os principais instrumentos utilizados na função de iluminar os espaços livres das cidades. Estas por sua vez, devem atender os requisitos estabelecidos pela norma ABNT NBR 15129 – Luminárias para iluminação pública (2004), que dispõe sobre o assunto.

As luminárias e suportes devem igualmente ser tidos em conta num sistema de iluminação. As luminárias influenciam a iluminação, na maneira como direcionam os ângulos do feixe de luz, determinando o nível de eficácia energética do aparelho. Os suportes têm um efeito mais estético sendo o que é mais notado do conjunto de dia, pelo que podem ter um papel fundamental na organização do espaço através da sua cadência. Embora o impacto visual seja importante, a facilidade de manutenção, segurança para as pessoas e a resistência ao vandalismo são também aspectos a ter em conta (BORRALHO, 2012).

As lâmpadas, fontes de luzes artificiais, atuam em conjunto com as luminárias e suportes a fim de proporcionar iluminação artificial aos espaços públicos. Atualmente, existem no mercado lâmpadas com as mais variadas características referentes à eficiência, economia, IRC (Índice de Reprodução de Cor) e luminosidade, dentre outras como mostra o quadro a seguir, com alguns exemplos. É importante a utilização de uma iluminação de qualidade, pois esta não só valoriza o espaço público, como é igualmente menos consumidora de energia e ecologicamente mais sustentável.

2.4.3 Pavimentação

A pavimentação é a camada que proporciona estabilidade ao passeio público e, por meio das diferentes cores, desenhos, materiais e texturas pode proporcionar uma estética diferenciada ao ambiente público. Logo, a pavimentação é um dos elementos fundamentais que compõe as áreas de circulação dos espaços livres pois determinam importantes características no passeio diário da população.

As áreas de circulação dos espaços públicos devem ser pensadas de modo a facilitar os deslocamentos dos usuários a fim de que estes tenham qualidade, segurança e conforto ao longo do trajeto. Abaixo alguns exemplos de pavimentações que contribuem para direcionar o passeio ao mesmo tempo que atuam na estética do ambiente:

Figuras 16 e 17– Pavimentação na Praça Osório, de mosaico português com desenhos de rosácea paranista e desenho modernista com motivos geométricos na esquina da Marechal Floriano com a Praça Tiradentes, respectivamente.



Fonte: Gazeta do Povo.

Figura 18 – Praça da Lagoa da Jansen com pavimentação que delimita caminhos.



Fonte: Governo do Maranhão.

Segundo Mascaró (2008), pavimentos nas vias das áreas verdes devem atender às seguintes exigências:

- Resistência às cargas verticais e horizontais e ao desgaste;
- Impermeabilidade para evitar deterioração na base ou permeabilidade para evitar o acúmulo de água;
- Baixa resistência ao rolamento de veículos, para diminuir o esforço;
- Facilidade de conservação;
- Alto coeficiente de atrito, para permitir boa frenagem;
- Baixa sonoridade;
- Cor adequada para que ciclistas e pedestres tenham uma boa visibilidade, mesmo a noite.

2.4.4 Acessibilidade

A acessibilidade traduz-se na possibilidade de se chegar a algum lugar ou fazer alguma atividade sem a imposição de barreiras que limitem o acesso. Nos espaços livres a acessibilidade se faz de fundamental importância uma vez que são palco da diversidade de usos e pessoas.

A isso se inclui o acesso dos espaços públicos por meio de rampas, o provimento de mobiliário urbano em dimensões e materiais adequados, dentre muitas outras medidas a serem tomadas.

A NBR 9050 (ABNT, 2004), que trata sobre o tema, define “acessibilidade” como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Já Ubierna (2006) apud Dorneles et al. (2013) conceitua acessibilidade como:

O conceito de acessibilidade integral vai um pouco mais além, significa dar condições iguais às pessoas em qualquer contexto, considerando o conjunto onde o indivíduo está inserido, desde condições de acesso das edificações, do transporte, do espaço urbano, como também dos aspectos técnicos referentes aos mobiliários, pisos etc. (UBIERNA, 2006).

A mobilidade urbana também se relaciona à acessibilidade uma vez que proporciona meios que facilitam o acesso, no entanto, nem sempre atende a todas as demandas existentes, como afirma Saboya (2016):

Uma maior mobilidade para um meio de transporte pode dificultar a acessibilidade para outro, como é o caso de grandes avenidas expressas que dificultam a transposição de pedestres. Além disso, uma parte importante da acessibilidade é justamente a desnecessidade de mobilidade, isto é, a diminuição das necessidades de deslocamento (SABOYA, 2016).

Logo, cidades compactas refletem também, em cidades mais acessíveis. Mas é importante destacar sobretudo a importância de um sistema eficiente de transporte coletivo, uma vez que democratizam o acesso à cidade.

Complementando o significado de acessibilidade nos espaços públicos, o autor Alex (2011) apud Carr (1995) classifica a acessibilidade do espaço público de três formas, sendo elas: física, visual e simbólica ou social.

“O acesso físico refere-se à ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas (construções, plantas, água, etc.) para entrar e sair de um lugar. No caso do espaço público, devem-se considerar também a localização das aberturas, as condições de travessia das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos. O acesso visual, ou visibilidade, define a qualidade do primeiro contato, mesmo a distância, do usuário com o lugar [...]. Acesso simbólico ou social refere-se à presença de sinais, sutis ou

ostensivos, que sugerem quem é e quem não é bem-vindo ao lugar [...]”. (ALEX, 2011 apud CARR, 1995).

O termo “desenho universal” desenvolvido por Ronaldo Mace desde 1985, trata justamente da concepção de questões primordiais relacionadas a proporcionar a igualdade de condições às pessoas em quaisquer ambientes em que se encontrem. A partir do projeto arquitetônico, direciona a criação de espaços inclusivos de acordo com as diferentes necessidades das pessoas.

Como cita Steinfeld (2012) apud Dorneles et al. (2013), o verdadeiro propósito do desenho universal consiste em melhorar o desempenho humano, a saúde e a participação social para a maior gama possível de pessoas (STEINFELD; MAISEL, 2012).

Dessa forma, o *Center of Universal Design* – CUD, nos Estados Unidos, dispõe sobre os sete princípios do desenho universal (1997):

- Uso equitativo – o desenho que integra todas as pessoas e as suas mais diversas necessidades.
- Flexibilidade no uso – possibilidade de escolha e uso dos elementos compositivos do espaço livre conforme a necessidade.
- Uso simples e intuitivo - Os espaços e equipamentos devem ser de fácil compreensão, independente da experiência, conhecimento, habilidades de linguagem ou nível de concentração dos usuários (CONNELL et al., 1997).
- Informação de fácil percepção – informações imprescindíveis às pessoas que utilizam o local, comunicada de forma inclusiva a fim de atender as diversas necessidades dos usuários.
- Tolerância ao erro - O desenho minimiza riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais (CONNELL et al., 1997).
- Baixo esforço físico – conforto e eficiência no espaço de forma que não promovam o cansaço do usuário.
- Dimensão e espaço para apropriação e uso – o espaço deve ter dimensões que levam em consideração a diversidade de usuários e as suas limitações.

Contudo, esses princípios não são regras, mas funcionam como norteadores para a elaboração de projetos visando a integração de pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, podendo ser aplicado também aos espaços públicos. Já a NBR 9050 estabelece critérios e parâmetros técnicos com vistas também às condições de acessibilidade, incluindo especificamente os equipamentos públicos e seus compositivos no meio urbano.

2.4.5 Vegetação

O crescimento das cidades de forma desordenada e contínua tem gerado, em muitas cidades brasileiras, espaços livres que não apresentam um planejamento adequado, o que inclui a não preocupação com a vegetação e às suas implicações na qualidade do espaço urbano.

A vegetação dos espaços públicos pode abarcar desde gramas, arbustos e espécies arbóreas de grande magnitude. Apresentam importantes funções nos espaços públicos e passaram ter maior significação e destaque ao longo do tempo como afirma Segawa (1956):

“O plantio das árvores em praças não era usual na Idade Média, como não o foi na prática no período imediatamente seguinte. Quando o espaço público começa a conviver com vegetação? A natureza organizada em forma de jardins comparecia em espaços privados, como claustros conventuais. Paul Zucker afirma que a aplicação imediata das ideias renascentistas de cidade teria suas primeiras manifestações concretas na arquitetura de jardins e parques privados do século 16 [...]. ” (SEGAWA, 1956).

De acordo com Melo Filho (1985) apud Shams (2009), o emprego da arborização nos espaços livres é importante, pois dentre outras, ele desempenha as seguintes funções:

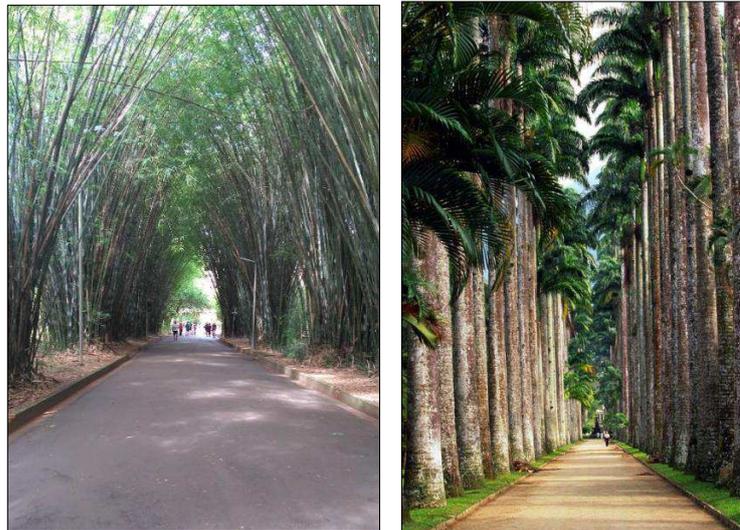
- Função química: absorção do gás carbônico e liberação do oxigênio, melhorando a qualidade do ar urbano;
- Função física: as copas das árvores oferecem sombra, proteção térmica e absorvem ruídos;
- Função paisagística: quebra da monotonia da paisagem pelos diferentes aspectos e texturas decorrentes de suas mudanças estacionais;
- Função ecológica: as árvores oferecem abrigo e alimento aos animais, protegem e melhoram os recursos naturais (solo, água, flora e fauna) e especificamente para árvores dispostas nos sistemas viários tem a função de atuarem como corredores que interligam as demais modalidades de áreas verdes (MILANO, 1987);
- Função psicológica: arborização é fator determinante da salubridade mental, por ter influência direta sobre o bem-estar do ser humano, além de proporcionar lazer e diversão.

No entanto, a locação de arborização no ambiente urbano requer cuidados especiais em relação às suas características biológicas (como diâmetro do tronco, porte, copa, dentre outras características) de forma que estas estejam dispostas em harmonia com a infraestrutura urbana do local em que serão inseridas, para não se dispor como barreira à circulação e a sensação de segurança.

A vegetação, juntamente com a rede viária, pode causar efeitos na paisagem e na estética da cidade que acarretam em maior vivência e utilização dos passeios pela população.

Como Mascaró (2008) descreve, a vegetação pode ser usada para enfatizar o efeito paisagístico das vias. Exemplo disso é visto no Parque Ibirapuera (São Paulo) e do Jardim Botânico (Rio de Janeiro), o qual apresentam um caminho de pedestres ornamentado por árvores que fornecem certo sombreamento e causam efeito estético, causando boa sensação a quem transita pelo lugar.

Figura 19 – Parque Ibirapuera (São Paulo) e Jardim Botânico (Rio de Janeiro).



Fonte: Arquivo pessoal, 2017; Pinterest, 2018.

A vegetação também pode servir para marcar uma direção onde há um monumento (MASCARÓ, 2008). Assim como é visto no Parque da Independência, em São Paulo. A vegetação ao mesmo tempo que direciona as pessoas ao monumento, delimita o passeio e embeleza a paisagem.

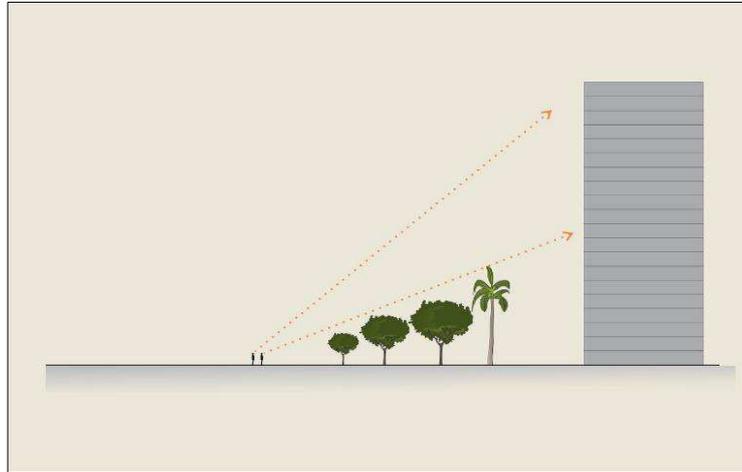
Figura 20 – Parque da Independência – São Paulo, Brasil.



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo.

Além disso, a vegetação pode atuar como elemento de transição para a escala urbana do espaço privado para o público, tornando o impacto visual menor dos altos edifícios para quem circula pelos espaços públicos. Nessa dinâmica, a arborização ocupa posição intermediária entre as edificações, os elementos urbanos e a rua.

Figura 21 – Vegetação e a escala humana.



Fonte: Matheus Pereira/ArchDaily

2.4.6 Sensação térmica

A questão climática é um fator primordial a ser levado em conta durante o processo de elaboração de espaços abertos ou fechados. Fatores como a ventilação, insolação, vegetação, topografia e clima local precisam ser cuidadosamente analisados para que os ambientes atuem de forma a proporcionar uma sensação térmica confortável a quem os utiliza.

Além disso, o clima urbano também pode ser influenciado pelos fatores relacionados à urbanização. A crescente ocupação das cidades trouxe consigo maiores áreas impermeáveis e ilhas de calor nas cidades. Por isso, a necessidade de se projetar espaços que priorizem a ventilação natural e a insolação agradável, para propiciar qualidade de vida e vivência dos espaços públicos das cidades.

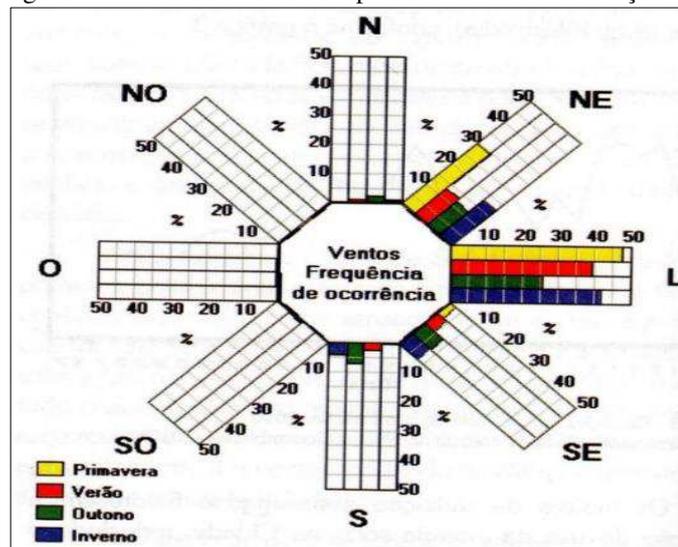
São Luís por sua vez, apresenta clima tropical úmido, com apenas duas estações predominantes durante o ano: inverno e verão. A alta umidade relativa na cidade - em torno dos 85% - soma-se a baixa latitude, o que significa a recepção de muita radiação solar, resultando em elevada temperatura, como afirma a arquiteta (SOUZA, 2012).

“Nesse contexto, a relevância da ventilação para esse tipo climático é de fundamental importância para atenuar os efeitos da radiação incidente, e, conseqüentemente, das altas temperaturas. Nesse viés, vale salientar que os ventos

na Ilha sopram, predominantemente, nas direções leste e nordeste, conforme mostra a Rosa dos Ventos e o Relatório de Dados Percentuais.” (SOUZA, 2012).

A rosa dos ventos (figura 22) e a tabela abaixo (quadro 1) apresentam a predominância de direção dos ventos na região nordeste, segundo estudo desenvolvido pelo Laboratório de Eficiência Energética em Edificações (Labee) da Universidade de Federal de Santa Catarina, em 2009, conforme dados apresentados por Souza (2012).

Figura 22 – Rosa dos Ventos e a predominância de ventilação no Nordeste.



Fonte: Souza, 2012.

Quadro 1 – Frequência de ocorrência dos ventos predominantes (%)

| ORIENTAÇÃO | PRIMAVERA | VERÃO | OUTONO | INVERNO |
|------------|-----------|-------|--------|---------|
| N | 0,4 | 1,0 | 2,2 | 1,2 |
| NE | 29,5 | 12,7 | 11,4 | 17,3 |
| L | 47,5 | 39,0 | 25,1 | 41,3 |
| SE | 2,3 | 3,8 | 7,8 | 7,5 |
| S | 0,4 | 2,2 | 6,9 | 4,1 |
| SO | 0,0 | 0,0 | 1,0 | 0,4 |
| O | 0,1 | 0,5 | 0,6 | 0,1 |
| NO | 0,1 | 0,1 | 0,4 | 0,4 |

Fonte: Souza (2012)

2.4.7 Fluxos

Os fluxos e a concentração de pessoas em determinado lugar são importantes pelas oportunidades de interações que promovem a partir de um maior número de pessoas circulando nas ruas. O uso e ocupação do solo estão intimamente ligados a essa questão uma vez que promovem os fluxos e a permanência nos espaços livres, gerando assim a apropriação

por meio dos polos geradores de tráfego como escolas, comércio hospitais e demais equipamentos urbanos. Como Saboya (2016) afirma:

Quanto maior a quantidade de residências, comércios, serviços, etc. maior tende a ser o número não apenas de moradores, mas também de empregados e clientes, assim como os fluxos gerados por eles. Além disso, as oportunidades para interações são ampliadas, visto que a oferta de mercadorias e serviços se torna mais numerosa e diversificada em comparação com áreas menos densas, aumentando os estímulos para deslocamentos e interações e funcionando como atrativos para novos fluxos. (SABOYA, 2016).

Além disso, as cidades compactas também influenciam no fluxo uma vez que as atividades ficam mais próximas umas das outras favorecendo assim a caminhada e a sensação de segurança que atrai as pessoas a frequentarem os espaços públicos.

Espaços muito grandes que não conseguem ser plenamente apropriados passam a impressão de estarem desertos (mesmo quando não estão) e, com frequência, são alvos de vandalismo. Com isso, afastam ainda mais possíveis usuários, em um círculo vicioso com efeitos nefastos para a vitalidade urbana (SABOYA, 2016).

2.4.8 Sensação de segurança

A sensação de segurança nos espaços públicos é motivada por uma série de fatores que acontecem a partir do fluxo e concentração de pessoas no ambiente urbano. Portanto, a necessidade de elementos que estimulem essa vivência das pessoas na cidade.

Cidades atrativas para a caminhada são parte de um conjunto de ações como bons espaços públicos, fachadas ativas, variedade de usos, boas condições de caminhabilidade, dentre outros fatores que somados contribuem para vitalidade urbana e assim geram maior sensação de segurança em transitar nas ruas, como (KARSSENBERG et. al, 2015) afirma:

Moradores urbanos experienciam as suas cidades no que chamamos de a 'esfera pública'. Tem um significado maior do que somente 'espaço público'; inclui fachadas de prédios e tudo que pode ser visto ao nível dos olhos. Em razão disso, *plinths* são uma parte importante de prédios: o andar térreo, a cidade ao nível dos olhos. Um prédio pode ser feio, porém, com um *plinth* vibrante, a experiência pode ser positiva. *Plinths* são cruciais para a experiência e atratividade do espaço urbano, seja em áreas residenciais ou comerciais (KARSSENBERG et. al, 2015).

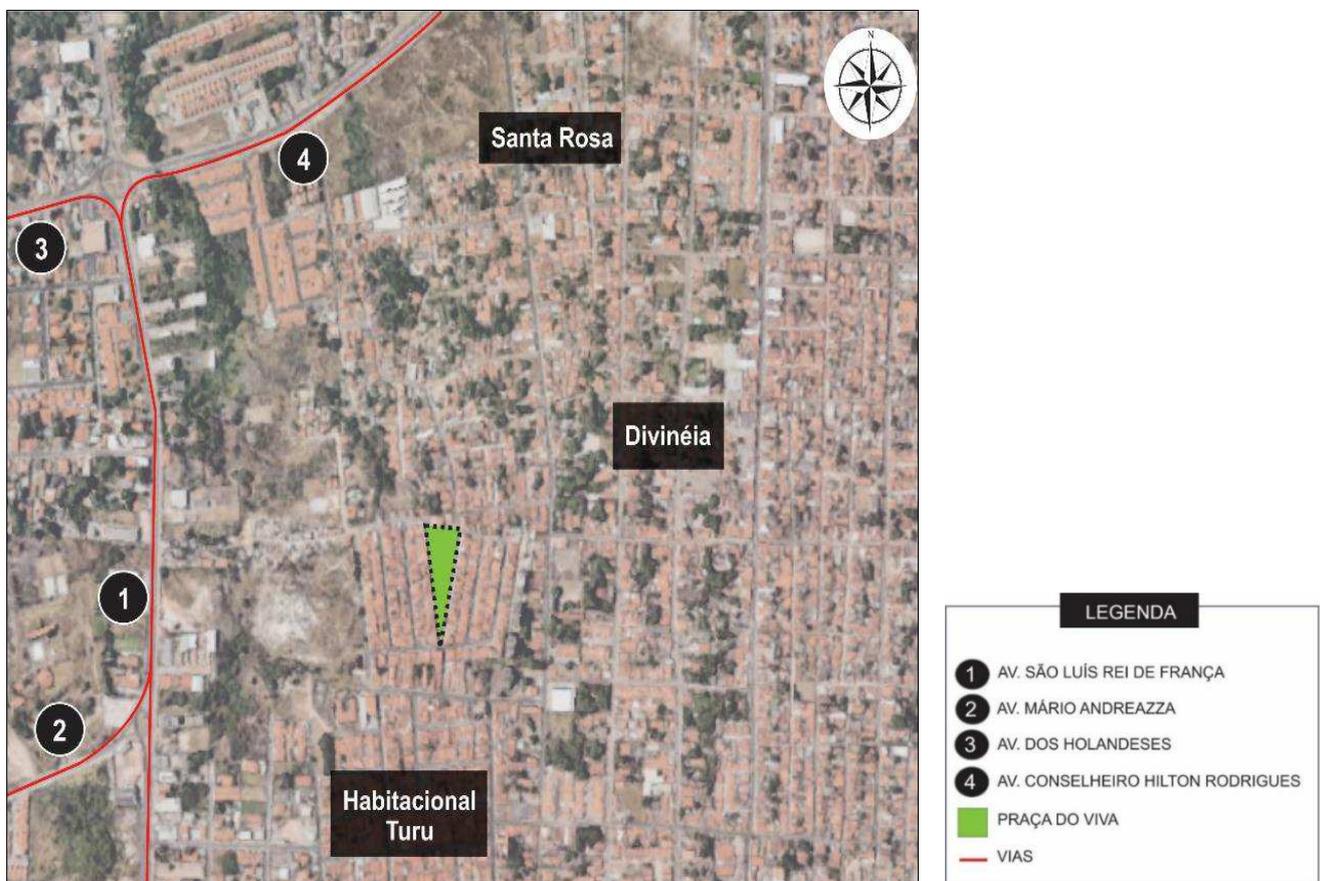
3 A PRAÇA DO VIVA

3.1 Delimitação e análise preliminar da área em estudo

3.1.1 Localização

Os principais bairros do entorno são: Divineia, Santa Rosa, e Turu. Próximo à praça, encontram-se algumas avenidas de grande importância por promoverem diferentes acessos ao bairro Habitacional Turu e a outros bairros, são elas: Avenida São Luís Rei de França, Avenida Mário Andrezza, Avenida dos Holandeses e Avenida Conselheiro Hilton Rodrigues. Sendo estas classificadas respectivamente como corredor primário (CP), corredor secundário (CS6), CP e CS.

Matriz temática 1 – Localização e bairros



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

Matriz temática 2 – Delimitação da área de estudo



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

3.2 Análise da área

Saboya (2016) afirma que a vitalidade urbana é um conceito complexo e multifacetado, que acontece a partir da interação entre diversos padrões sociais, espaciais e econômicos. Portanto, busca-se a partir do conhecimento dos atributos físicos e de apropriação do espaço público analisar as condições atuais da praça do Viva, em um recorte de espaço-tempo, com vistas a promover a sua vitalidade urbana.

Como forma de compreender as relações homem-ambiente existentes na área em estudo, que remetam ao grau de vitalidade urbana, utilizou-se o procedimento de elaboração de matrizes temáticas, como ferramenta de análise complementar, para auxiliar na compreensão das dinâmicas vivenciadas neste espaço urbano.

As matrizes temáticas são importantes pois auxiliam na organização das diversas informações, uma vez que subdividem os diversos temas abordados em campo, e os isola de forma a facilitar a análise do recorte espacial.

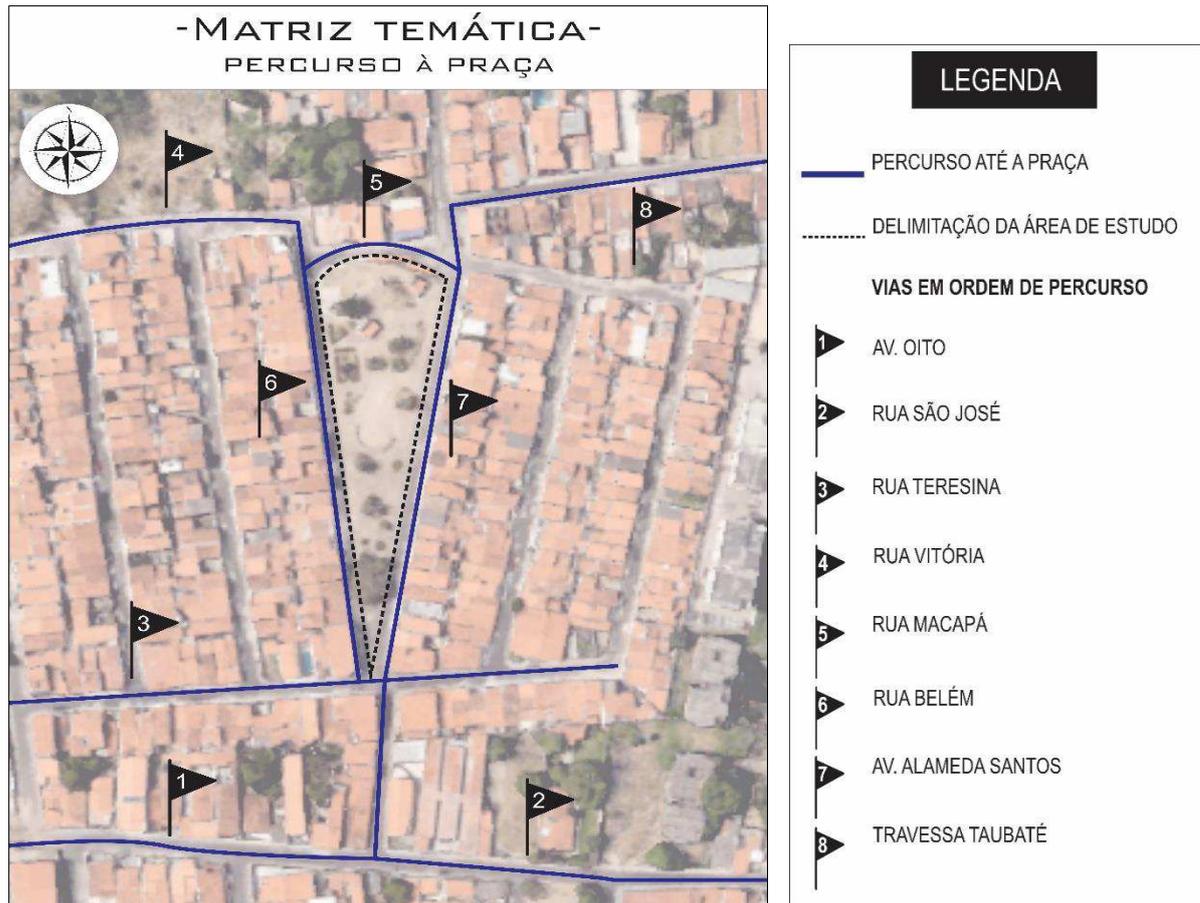
Após elaboradas, as matrizes temáticas serão então sobrepostas, a partir de diferentes combinações que estabeleçam relações entre si, gerando assim as primeiras análises para se chegar a um diagnóstico mais preciso que remeta às potencialidades e fragilidades da área em estudo.

No entanto, cabe destacar que as matrizes temáticas são apenas parte do processo para se chegar ao diagnóstico, atuando assim conjuntamente com as observações e registros do percurso exploratório e a percepção dos entrevistados acerca do ambiente construído. Dessa forma, é possível validar ou não hipóteses, sem que haja a influência de condicionantes na paisagem e a detecção de dinâmicas e suas possíveis causas no ambiente urbano.

A análise no recorte espaço-tempo se deu em dois horários diferentes: pela manhã (entre 7:00h - 8:00h) e à noite (18:00h - 19:00h). Foram escolhidos esses horários devido à maior concentração de pessoas e à ocorrência de atividades diversificadas entre ambos os horários, além destes apresentarem públicos diferentes. Dessa forma, as dinâmicas urbanas também apresentam mudanças. Não se optou por outros intervalos de tempo devido à pequena concentração de pessoas em outros horários.

As visitas de campo iniciaram-se no mês de abril de 2018, com percurso delimitado pelas principais vias do entorno que dão acesso à praça do Viva. Essa rota está representada através de matriz temática e numerada conforme a ordem seguida no percurso.

Matriz temática 3 – Percurso à praça.



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

A percepção que prevaleceu acerca do local, somada aos registros fotográficos de efeito cadastral e às entrevistas e por meio de relatos orais contribuíram para a construção de um banco de dados consistente para se realizar a avaliação do ambiente construído na praça do Viva com vistas a promover a sua vitalidade.

3.2.1 Atributos físicos

Esse estudo se faz importante para que se chegue com a maior precisão possível ao diagnóstico e para que as intervenções propostas sejam eficazes e atendam às necessidades da população. Os atributos físicos podem ser representados pela vegetação, topografia, insolação, ventilação, dentre outros elementos presentes no local estudado.

a) Vegetação

A predominância de arborização na praça se manifesta pela presença principalmente de palmeiras que geram pouco sombreamento, porém, bastante transmitância luminosa.

Figura 23 e 24 – Predominância de palmeiras na praça.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Além das palmeiras, a vegetação da praça se caracteriza por outras espécies como mangueira e cajueiro e espécies arbustivas como a *Ixora-japonesa*, por exemplo, típica de climas tropicais.

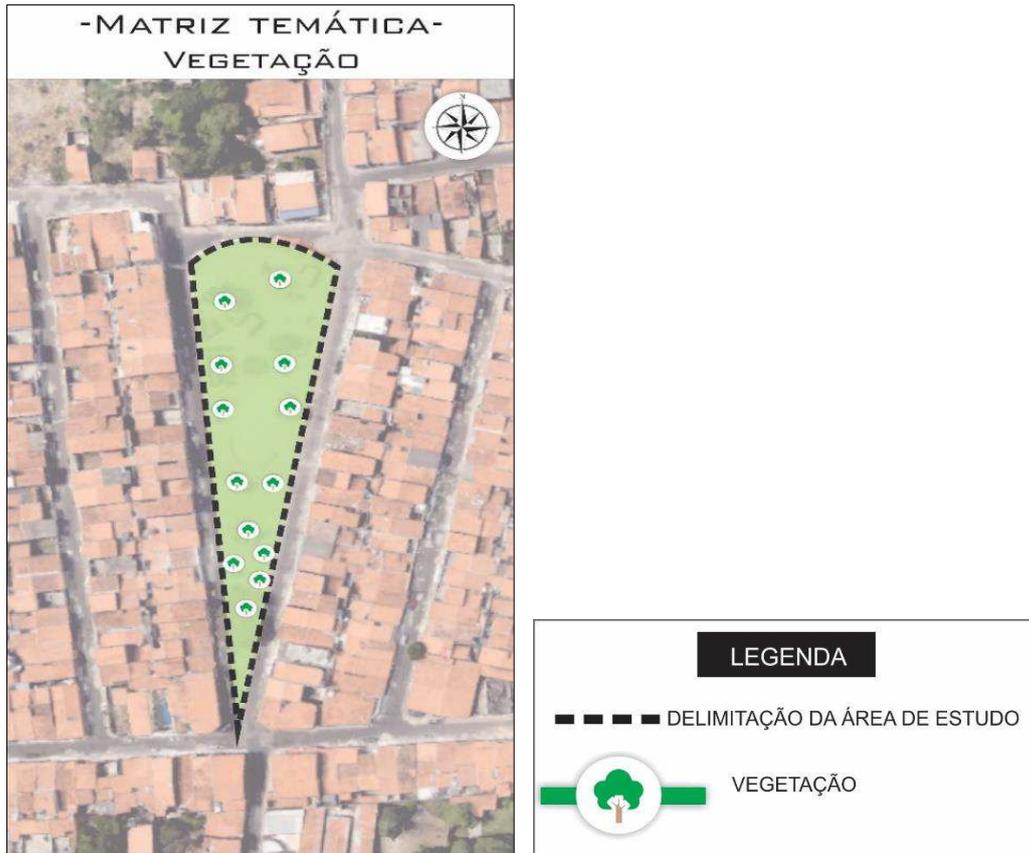
Figura 25 e 26 – Espécies encontradas em canteiros na praça.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A falta de manutenção da vegetação nos canteiros e poda das árvores, segundo relatos de moradores, é feita geralmente pela própria comunidade que até mesmo foi responsável por plantar muitas das espécies hoje existentes. No entanto, a mobilização da população ainda não tem sido suficiente pois em muitos pontos a vegetação tem invadido a pavimentação, soma-se a isso o descarte irregular de resíduos sólidos nos canteiros.

Matriz temática 4 – Delimitação da área de estudo

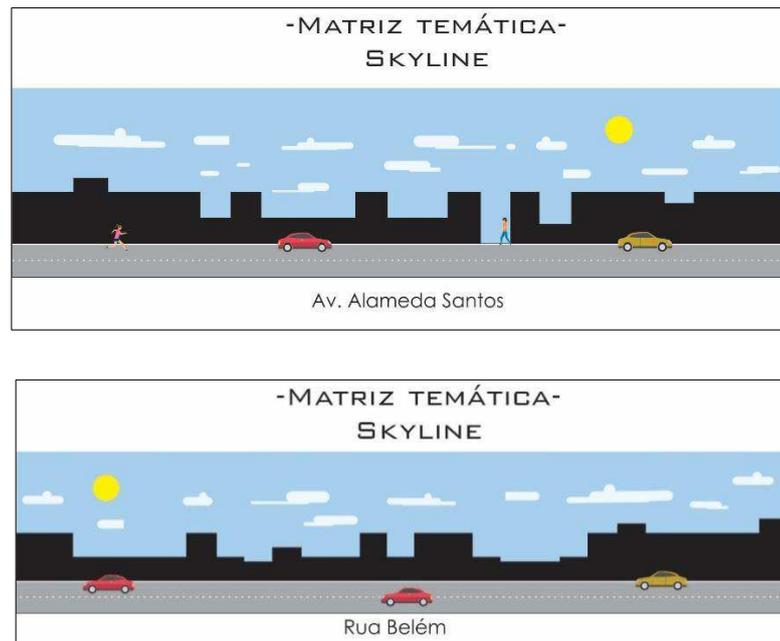


Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

b) Skyline

A partir desta matriz é possível perceber o horizonte e as elevações das edificações que habitam o entorno da praça do Viva. Através desta, foi possível perceber que a maior parte das edificações apresentavam dois pavimentos (térreo e primeiro pavimento), sendo algumas de uso misto com comércio/serviço no térreo e a residência no pavimento superior. A seguir o skyline das ruas de maior movimentação que circundam a praça:

Matriz temática 5 – Skyline



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

O estudo do skyline também possibilita visualizar a influência das edificações como elemento de sombreamento no espaço urbano e a questão da ventilação que resulta no maior conforto térmico.

c) Calçadas

A escolha do percurso se deu, através de observação, pelas vias de acesso normalmente mais utilizadas pelos pedestres para se ter acesso à praça, com enfoque nas condições físicas das rotas pedonais. Foram percorridas as Ruas São José, Teresina, Vitória, Macapá, Natal, João Pessoa, Belém e as Avenidas 3 e Alameda Santos, que circundam a área em estudo.

Durante o trajeto foram observados diversos elementos nas calçadas que dificultavam a passagem, tais como: rampas, desníveis e mobiliário urbano em locais inapropriados, vegetação, entulho, resíduos sólidos, dentre outros.

Além destes, as próprias calçadas da região da praça e entorno na maioria dos casos não apresentava condições de boa acessibilidade seja pelas dimensões irregulares, pela falta de rampas e sinalização tátil e direcional, ou pelas condições de uso em atual estado de depreciação.

Dessa forma, foi percebido que é comum a população andar pelas vias devido às dificuldades encontradas durante ao longo das rotas pedonais, como forma traçar um caminho com menos obstáculos e mais fluido.

Na calçada, situada na Rua São José, rua esta com fluxo de veículos e pessoas mais acentuado que as demais calçadas do percurso, as dimensões da calçada do lado direito (Figura 27) são totalmente desconfortáveis aos usuários que preferem se arriscar a caminhar pela via, e do lado esquerdo (Figura 28) o passeio encontra-se cheio de obstáculos como rampas e mobiliários impedindo a livre passagem.

Figura 27 e 28 – Calçadas da Rua São José, do lado direito e esquerdo, respectivamente.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Em alguns trechos, na Rua Vitória e Rua Macapá (Figura 29 e 30), foi constatada a inexistência de algumas calçadas, dando lugar a uma vegetação sem manutenção. Assim também, nas calçadas, além das rampas irregulares para acesso dos automóveis às residências, alguns obstáculos como vasos de plantas, mobiliários de iluminação pública, dentre outros se instalavam nos locais destinados à passagem de pedestres.

Figura 29 e 30 – Inexistência de calçadas e a vegetação.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 31 e 32 – Calçadas com obstáculos para a passagem de pedestres.

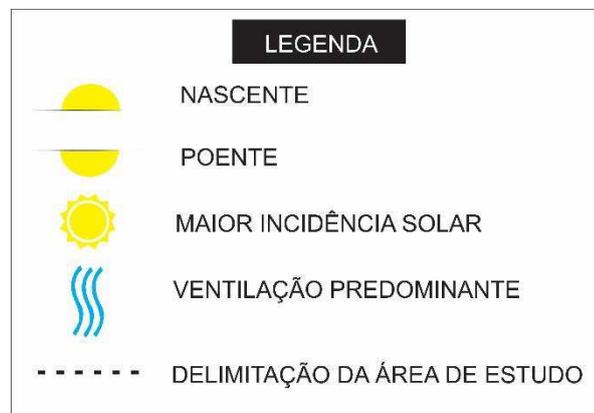
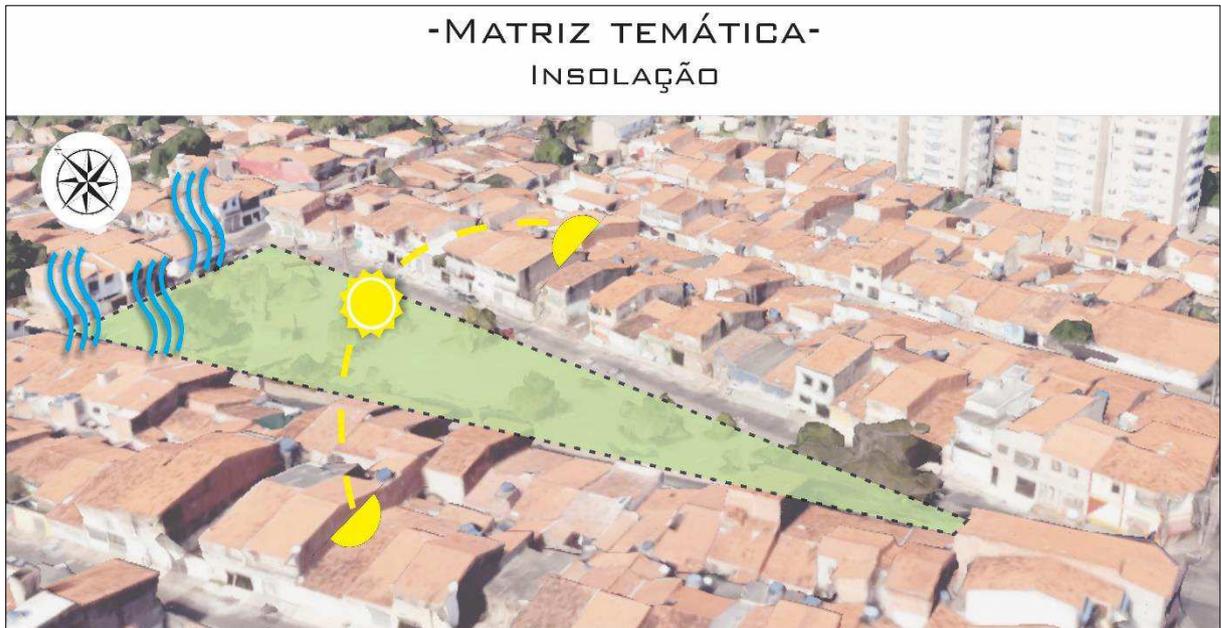


Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

d) Insolação

A insolação na praça é bastante forte, agravada pela ausência de áreas de sombreamento, o que inclui a ausência de arborização suficiente, que contribui para o maior desconforto térmico da população, sendo observado que em alguns horários com temperatura mais quente a praça torna-se pouca utilizada.

Matriz temática 6 - Insolação



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

e) Sombreamento

A partir das observações em campo, percebeu-se a preferência das pessoas por permanecerem, ainda que inconscientemente, em locais com sombreamento. Esse foi um dos fatores predominantes que influenciaram na apropriação de alguns pontos da praça como bancos e embaixo de árvores.

No período matutino, na direção leste da praça, na Avenida Alameda Santos, percebeu-se certo sombreamento, que com a influência do gabarito das residências e edificações comerciais, trouxe maior conforto térmico aos transeuntes. Também houve influência do mobiliário, vegetação, ponto de ônibus e banheiro da praça que criavam pontos de sombreamento através da projeção de suas sombras no sentido leste-oeste.

Figura 33 – Sombreamento na Avenida Alameda Santos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 34 – Vegetação que serve de abrigo ao sol.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

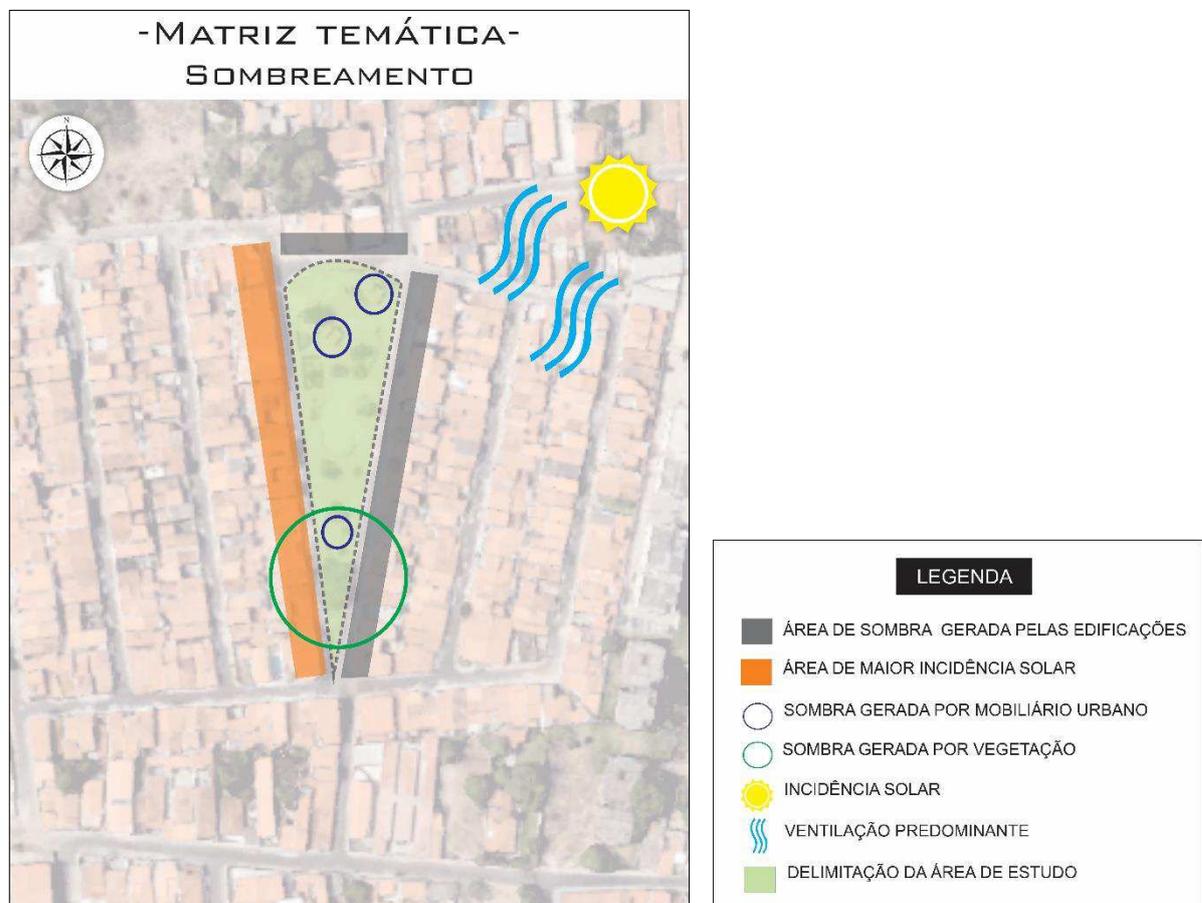
Já o lado oeste, na Rua Belém, ficou exposto ao sol, recebendo maior incidência dos raios solares o qual por sua vez, foi evitado pela população devido ao desconforto térmico no período matutino.

Figura 35 – Incidência de raios solares na Avenida Alameda Santos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Matriz temática 7 – Sombreamento.



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

f) Drenagem e salubridade

Foram contabilizadas apenas duas lixeiras públicas na praça, o que, devido à demanda de lixo que é produzida diariamente em um espaço público, sendo principalmente embalagens descartáveis, acarreta em resíduos descartados de forma irregular ao longo da praça. O modelo da lixeira pública também não contribui para a acessibilidade pois está a uma certa altura do chão e localiza-se dentro de canteiros na praça.

Figura 36 e 37 – Lixeira na praça e o descarte irregular de resíduos sólidos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Em alguns trechos, na Rua Vitória e Rua Macapá, foi observada a inexistência de calçadas, sendo estas apropriadas por vegetação sem manutenção. Assim também a pavimentação asfáltica apresentando buracos e alagamentos no período de chuva.

Figura 38 e 39 – Inexistência de calçadas e a vegetação tomando conta



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

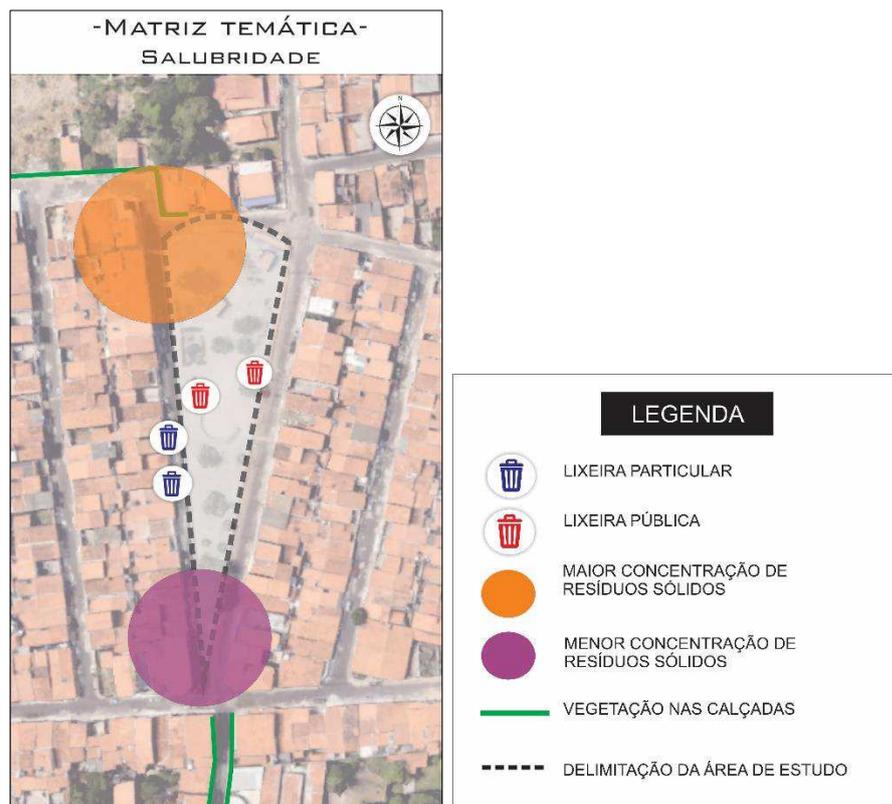
Figura 40 – Buracos e alagamentos na época de chuvas.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Com relação à drenagem, verificou a ausência de “bocas de lobo” ou outros elementos que auxiliem no destino das águas pluviais, ficando à cargo apenas da topografia local esse escoamento.

Matriz temática 8 - Salubridade

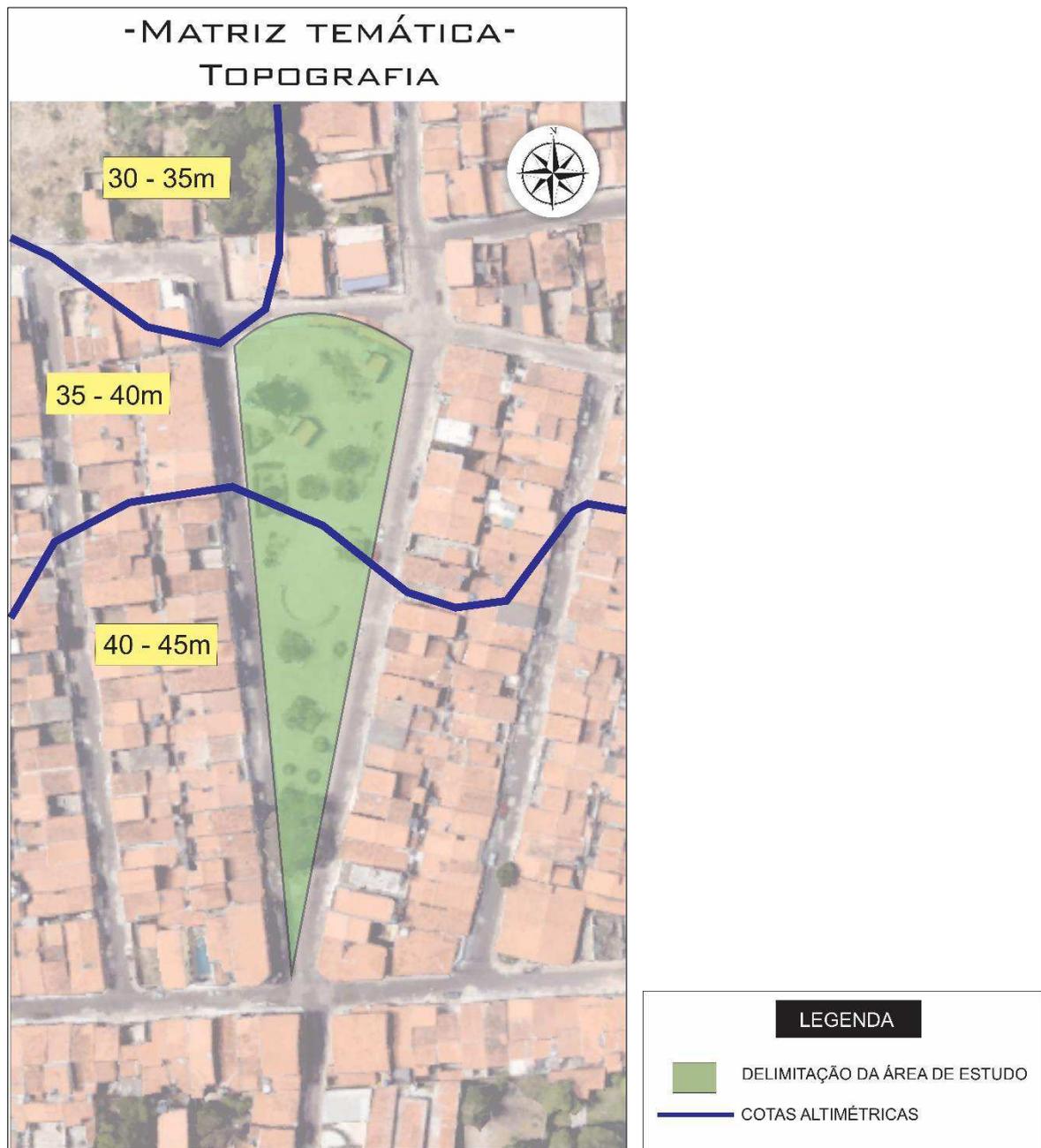


Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

g) Topografia

A partir das curvas de níveis pode-se ter uma compreensão do relevo e assim a melhor maneira de intervenção na paisagem urbana, assim como a direção do escoamento das águas pluviais. Dessa forma, é possível observar cotas altimétricas que variam entre 30 e 45 metros de altura em relação ao nível do mar.

Matriz temática 9 - Topografia



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

3.2.2 Apropriação do espaço

O entendimento de apropriação da população com a praça e seu entorno foi obtido a partir da análise de alguns fatores como: o uso e a ocupação do solo, as condições de acessibilidade, a mobilidade e a sensação de segurança no local, dentre outros. A partir do estudo desses fatores foi possível compreender algumas das dinâmicas atuais e identificar alguns pontos positivos e negativos no diagnóstico.

a) Uso e Ocupação do Solo

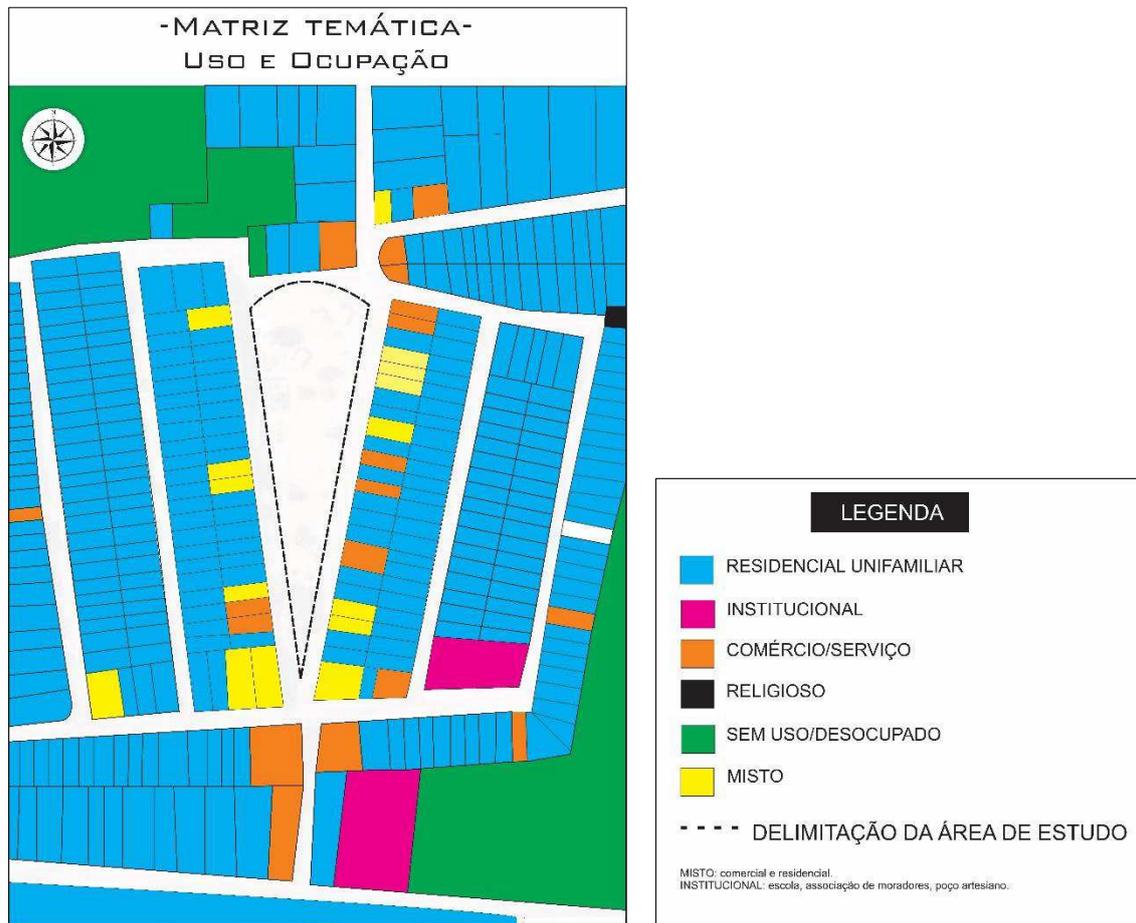
A praça do Viva está inserida atualmente na Zona Residencial 6 (ZR6) desde 1992, a partir da lei nº 3.253, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.

Quanto ao uso, baseado nas observações feitas durante o percurso, foram detectados no entorno da praça principalmente o residencial unifamiliar, comercial e de serviços. Com menor participação há também o uso institucional, representado pela escola (privada), associação de moradores e o uso religioso. Algumas áreas desocupadas ou sem uso também foram identificadas. Destas, a predominância foi de uso residencial unifamiliar, característico do bairro Habitacional Turu, tipicamente residencial.

Quanto às áreas comerciais e de serviço, apesar de não serem muitas, foi observado que estas posicionam-se principalmente no entorno da praça, ou áreas adjacentes. O comércio, como já mencionado, e a área institucional não atendem as necessidades dos moradores, pois é necessário que estes se desloquem para outros bairros para encontrar supermercados, escolas, postos de saúde e outros serviços. O comércio e serviços presentes na área atendem apenas a pequenas demandas.

Segundo a organização Cidade Ativa (2017), uma cidade compacta tem maior densidade populacional (mais moradores em uma mesma área) e maior mistura dos usos do solo, o que permite acesso a diversos equipamentos como escola, supermercados e áreas de lazer em um espaço reduzido. Portanto, a necessidade de diversidade de usos como meio de tornar as cidades mais vivas.

Matriz temática 10 – Uso e Ocupação do solo



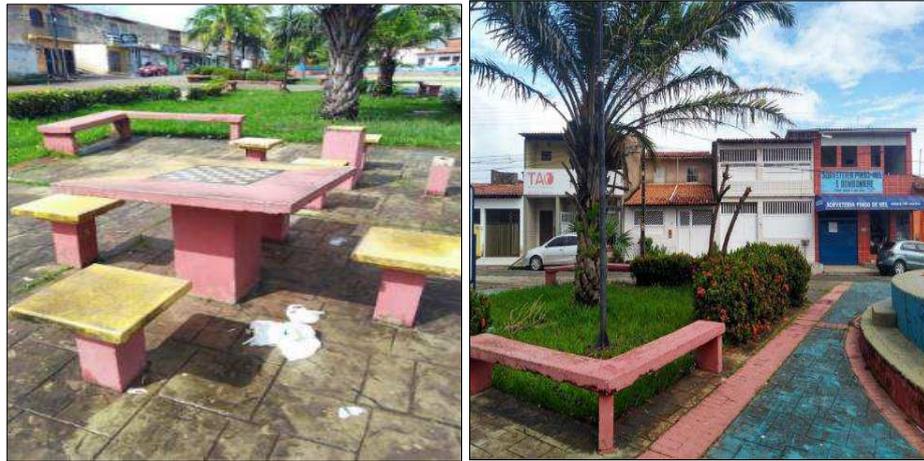
Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

b) Mobiliário urbano

A praça apresenta em sua estrutura vários elementos de mobiliário urbano que auxiliam na integração da comunidade com o ambiente urbano e com a própria população que dela se utiliza, dentre eles: os bancos, os equipamentos de ginástica ao ar livre, mesas, postes de iluminação pública, dentre outros.

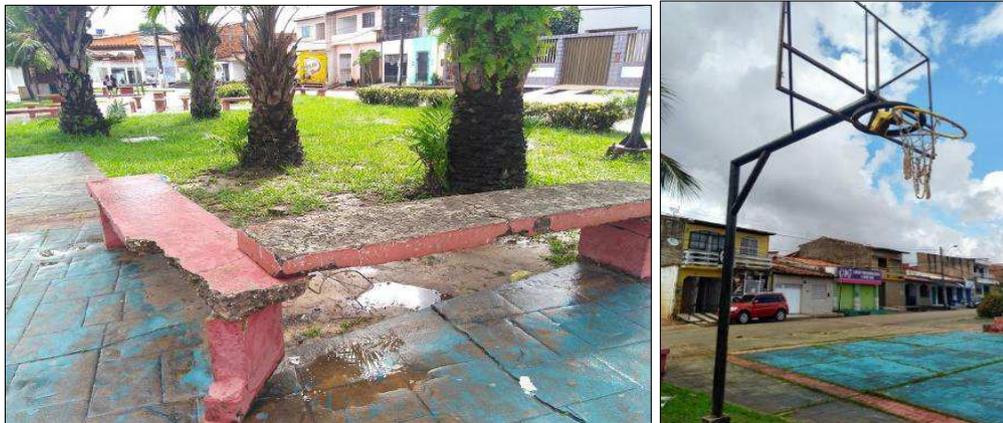
Alguns destes se encontram em estado de deterioração devido ao tempo e à falta de manutenção por parte dos gestores públicos, como é o caso de alguns bancos e equipamentos de esporte. Durante o percurso também se notou a ausência de sinalizações de trânsito no entorno da praça e de telefones públicos.

Figura 41 e 42 – Mesas e bancos que compõe a praça.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 43 e 44 - Alguns bancos e equipamentos de esporte em estado de deterioração.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

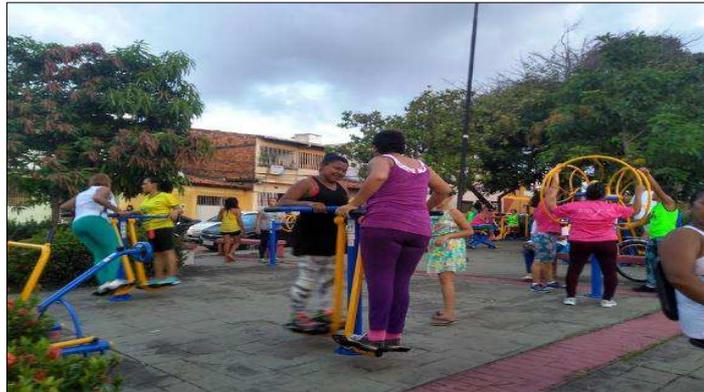
Figura 45 e 46 – Equipamentos de academia ao ar livre.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A área com o mobiliário de ginástica ao ar livre, nos horários entre o final da tarde e o começo da noite, foi tida como um dos locais de maior permanência da praça. É nessa parte em que se concentram também as edificações com usos comerciais da praça como padarias, lanchonetes, e pequenos mercados.

Figura 47 – Grupo de mulheres utilizando o mobiliário de academia.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Já o mobiliário de academia situado no outro extremo da praça (Figura 47), em todos os horários esteve sem movimento de pessoas devido, entre outros fatores, à depreciação em que este se encontra.

A praça apresenta também na área central um anfiteatro em formato meia-lua e um espaço que costuma ser utilizado para a prática esportiva no período noturno, contendo uma pintura retangular na pavimentação que delimita o espaço em formato de uma quadra esportiva. Além disso, esse espaço costuma ser utilizado para eventos e apresentações culturais em épocas festivas.

Figura 48 e 49 – Anfiteatro e área destinada a práticas esportivas, apresentações e eventos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 50 – Espaço apropriado para a prática de esportiva no período noturno.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Na praça foram observados a quantidade de 9 postes, mas nem todos estavam em funcionamento. O modelo segue o indicado na foto, contendo 2 ou 4 luminárias. E há também dois postes no modelo convencional utilizado em São Luís, próximo ao ponto de ônibus.

Figura 51 e 52 – Modelos de luminárias pública presente na praça.



Fonte: Arquivo pessoal e GOOGLE EARTH, 2018.

O ponto de ônibus localiza-se em uma das extremidades da praça, no encontro da Avenida Alameda Santos com a Rua Macapá, o qual antes funcionava como ponto final da linha de ônibus do bairro Habitacional Turu, e local de descanso para os motoristas e cobradores de ônibus, mas pela depreciação hoje está desabilitado.

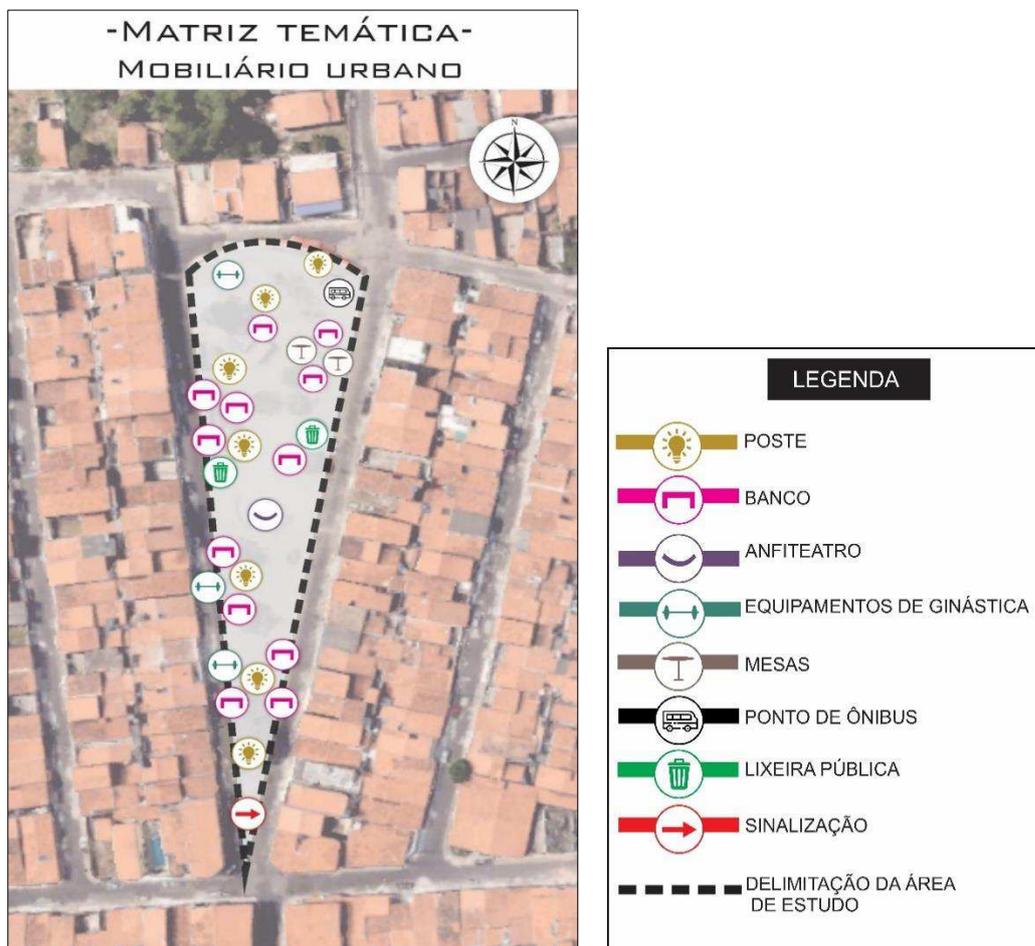
No período noturno não há iluminação adequada no ponto de ônibus, causando certa sensação de insegurança. Os dois postes que ficam próximos não funcionam, ficando à cargo de um holofote, preso à estrutura poste, a iluminação (e ofuscamento da visão dos transeuntes) dessa parte da praça.

Figura 53 – Ponto final do ônibus Habitacional Turu.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Matriz temática 11 – Mobiliário Urbano



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

c) Acessibilidade

Ao longo da praça do Viva não existem sinalizações no piso para deficientes visuais, sinalizações de trânsito (exceto próximo à escola), rebaixamento de calçadas adequado ou qualquer outro elemento que possa assegurar a mobilidade segundo parâmetros da norma NBR 9050:2015 ou do desenho universal que propiciem condições de deslocamento a todos os indivíduos.

Foram detectados apenas 3 rebaixamentos de calçadas, sinalizados na matriz temática abaixo, que dão acesso à praça contendo inclinações inadequadas, desníveis, vegetação, pavimentação desgastada e obstáculos que impedem a passagem de pessoas com deficiência, carrinhos de bebês, idosos e crianças.

Além disso, as calçadas das edificações geralmente apresentavam algum tipo de obstáculo à livre circulação, inclinações e desníveis que atuavam como barreiras, sendo assim classificadas como “Acessibilidade comprometida”. Já a classificação como “Falta de acessibilidade” diz respeito às áreas sem calçadas, com vegetação nas calçadas ou com a infraestrutura totalmente comprometida.

Figura 54 e 55 – Falta de acessibilidade na praça.



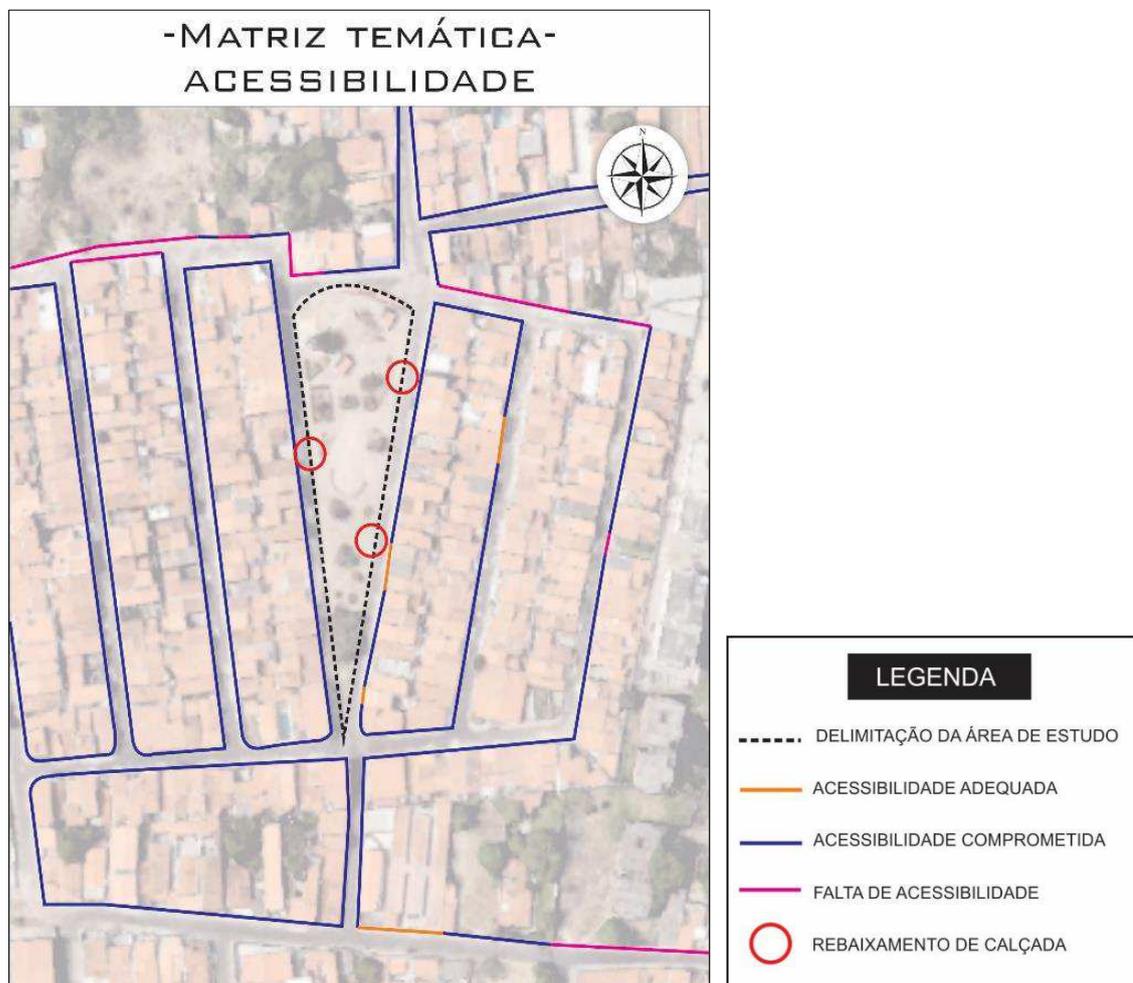
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 56 e 57 – Faixa de pedestres e sinalização de trânsito localizada em frente à escola.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Matriz temática 12 – Acessibilidade

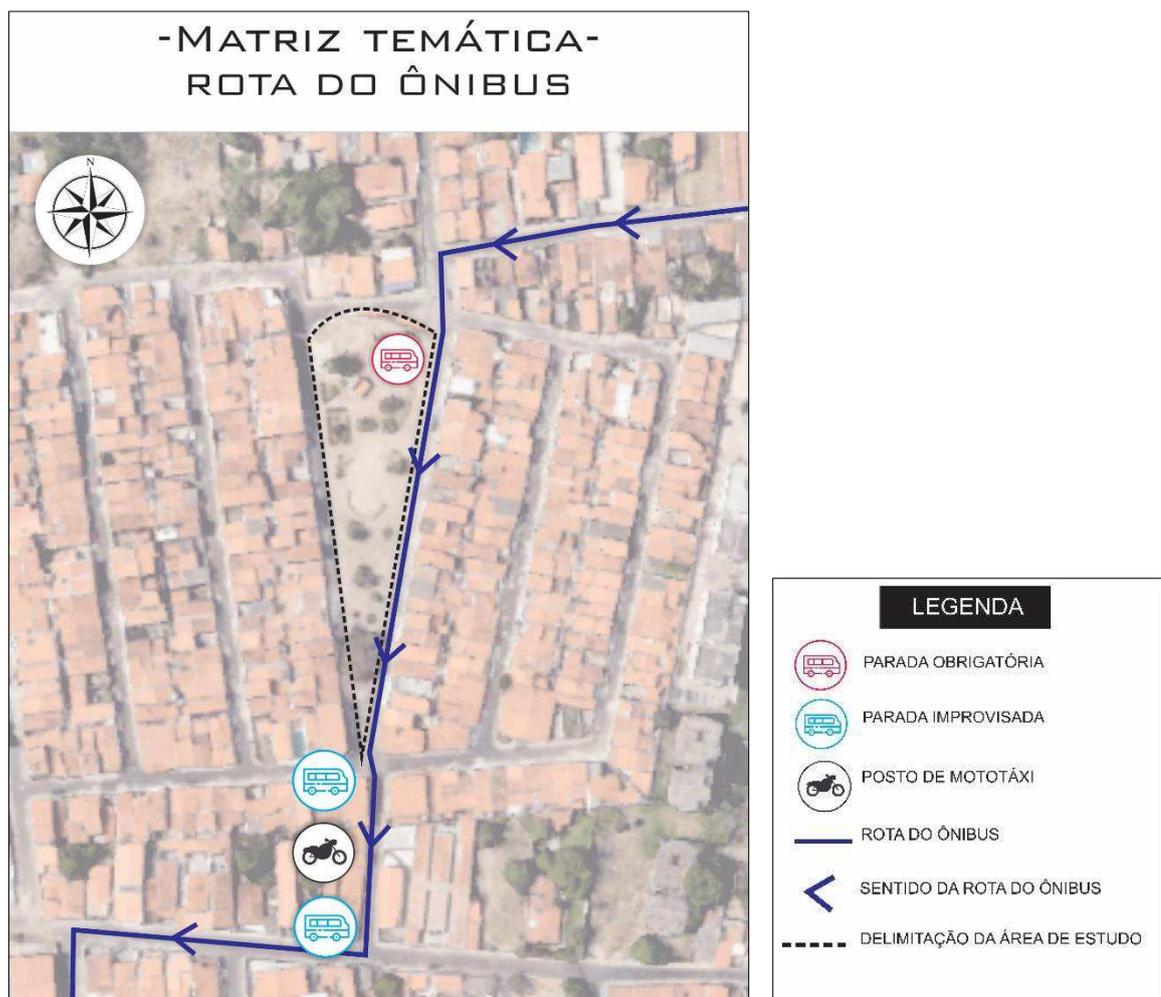


Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

d) Rota do ônibus

Apenas a linha de ônibus “Habitacional Turu” faz percurso pela praça. Dos três pontos de ônibus, dois são informais, sem nenhuma proteção ou conforto para o pedestre aguardar a chegada do ônibus e o único ponto de ônibus formal apresenta infraestrutura degradada. Há também um ponto de moto táxi na Rua São José, mas que não apresenta alto fluxo de pessoas diariamente. A seguir a matriz temática que pontua essas observações:

Matriz temática 13 – Rota do ônibus



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

e) Sensibilidade a odores

A praça apresenta em sua estrutura um banheiro que atualmente encontra-se desativado devido à depredação e à falta de manutenção, o que leva alguns de seus frequentadores a fazerem suas necessidades fisiológicas nas imediações da praça, geralmente próximo a postes ou áreas mais isoladas e sem iluminação.

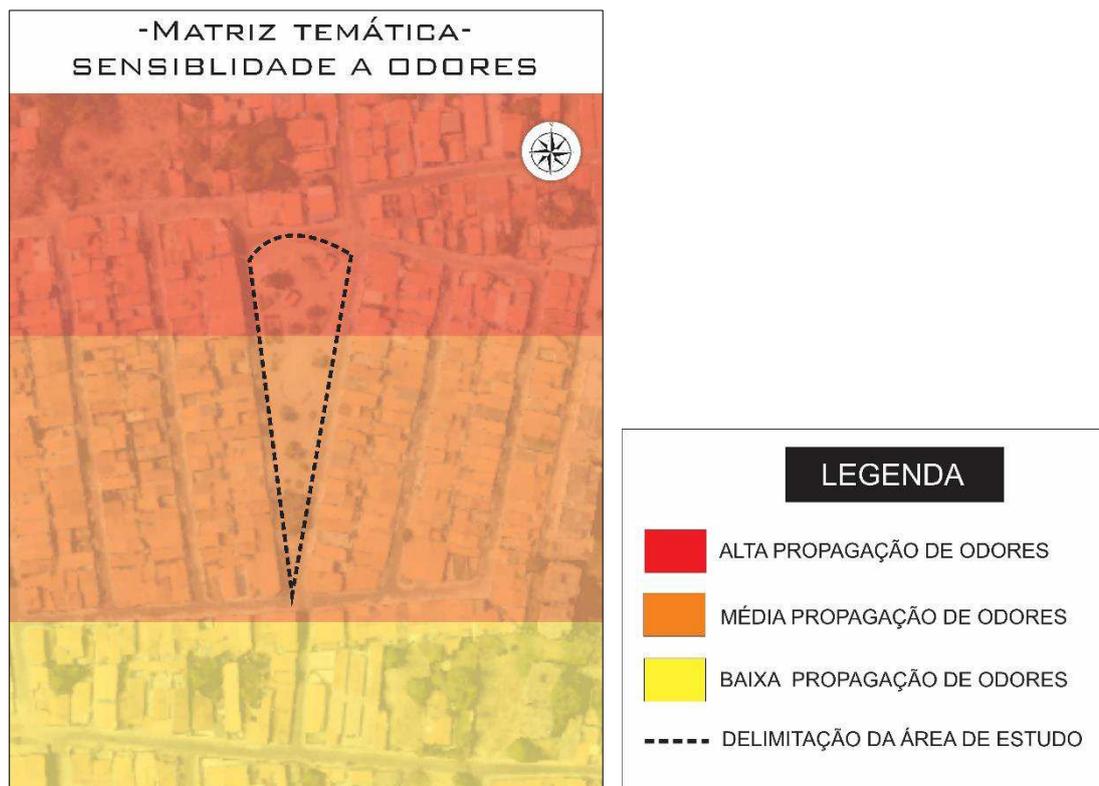
Anexado à estrutura do banheiro da praça tem-se uma lanchonete a qual é aberta esporadicamente. Segundo o presidente da associação dos moradores do bairro do Turu, o Sr. Alberto Moreira Sousa, a manutenção de ambos é feita pelo mesmo, o qual sem recursos públicos, não consegue mantê-los de maneira adequada para o uso.

Figura 58 e 59 – Lanchonete e banheiro desativados e em estado de depreciação.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Matriz temática 14 – Sensibilidade a odores



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

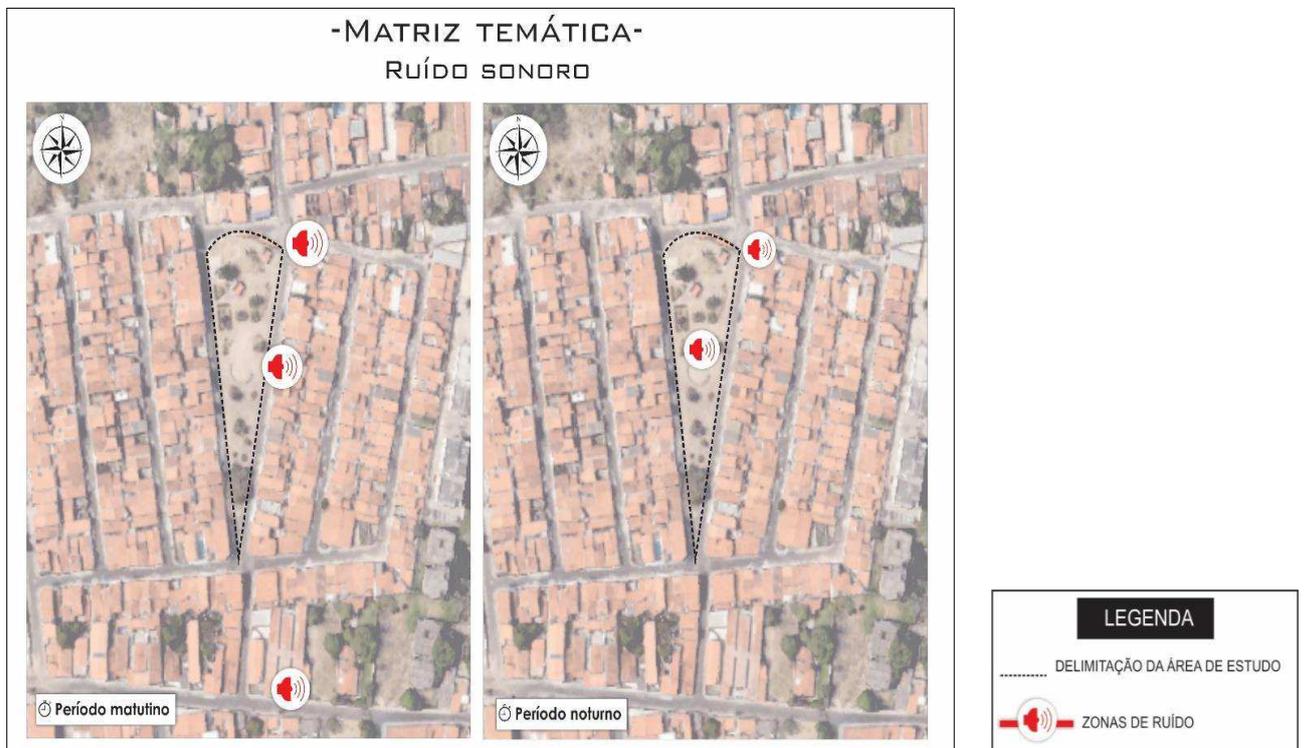
f) Sensibilidade a ruídos

A sensibilidade a ruídos estabeleceu-se conforme os horários e usos do local. Pela manhã percebeu-se maiores ruídos emitidos próximo à escola, que combina com o horário de chegada dos alunos com fluxo também maior de carros. No lava jato, situado na Avenida Alameda Santos também percebeu-se um ruído maior devido ao fluxo e aos instrumentos de lavagem dos carros.

Outro ponto de ruído comum aos dois horários foi a esquina da Rua Natal com a Avenida Alameda Santos devido à conversão que o ônibus faz para chegar até a praça. Não somente pelo barulho que é comum aos transportes públicos coletivos, mas também devido ao ponto de ônibus que atrai fluxo de pessoas durante o dia todo àquele local.

À noite também foi percebido certo ruído na área central da praça devido à prática esportiva. É importante lembrar que esse foi uma das questões levantadas por moradores da área durante as entrevistas qualitativas.

Matriz temática 15 – Sensibilidade a ruídos



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

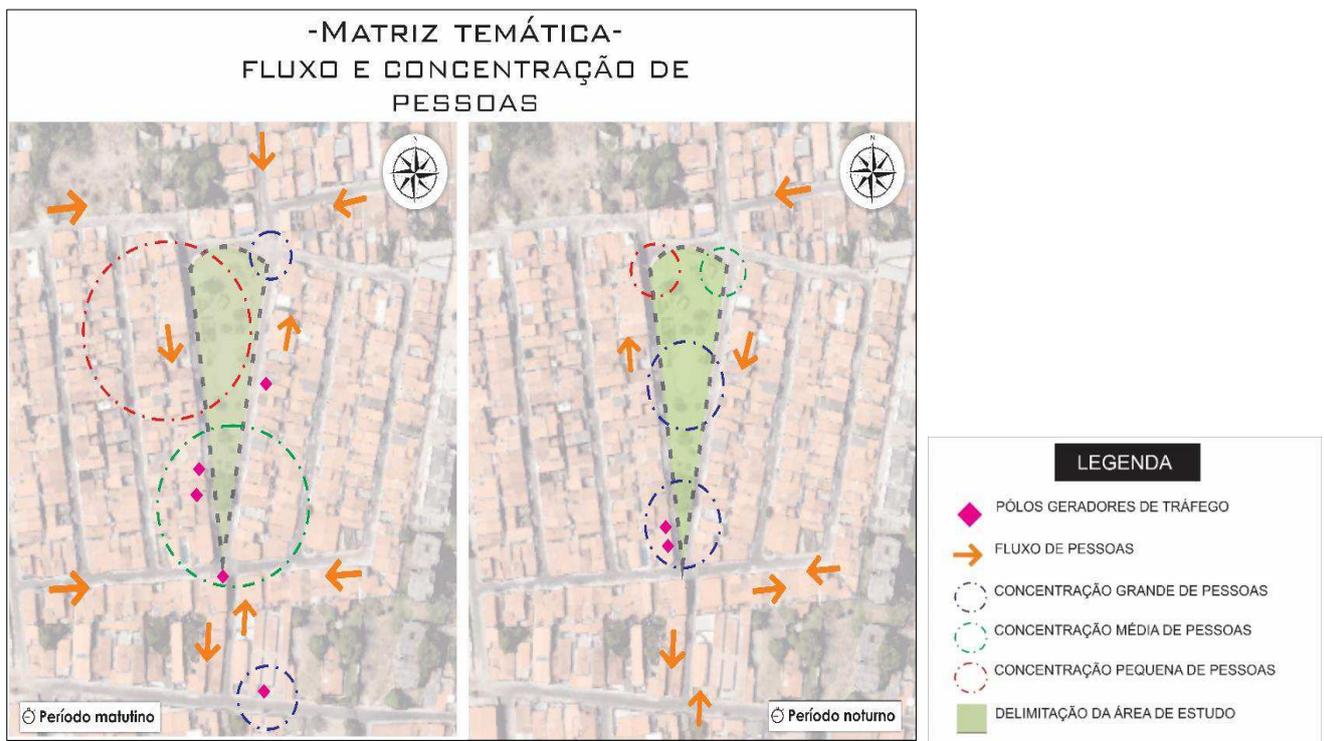
g) Fluxo e concentração de pessoas

A matriz temática de fluxo e concentração de pessoas mostra os locais da praça mais acessados pela população e a sua intensidade. Dado o fator de recorte espaço-tempo, foram elaboradas duas matrizes, condizentes com os períodos matutino e noturno.

Durante o período matutino, a concentração de pessoas se deu principalmente na parte com equipamentos de ginástica e nas áreas comerciais. A concentração a nível médio se deu no ponto de ônibus e na entrada da escola, pois ambos não apresentavam fluxo de pessoas o dia todo, mas sim em apenas alguns horários. À noite, a grande concentração de pessoas ocorre nos equipamentos de ginástica, na área central da praça, aonde ocorre a prática esportiva, e nas lanchonetes.

A pouca concentração de pessoas no período diurno ocorre nas áreas não sombreadas e sem atividades. Já a noite, acontece no local com pouca iluminação e pouca sensação de segurança.

Matriz temática 16 – Fluxo e concentração de pessoas

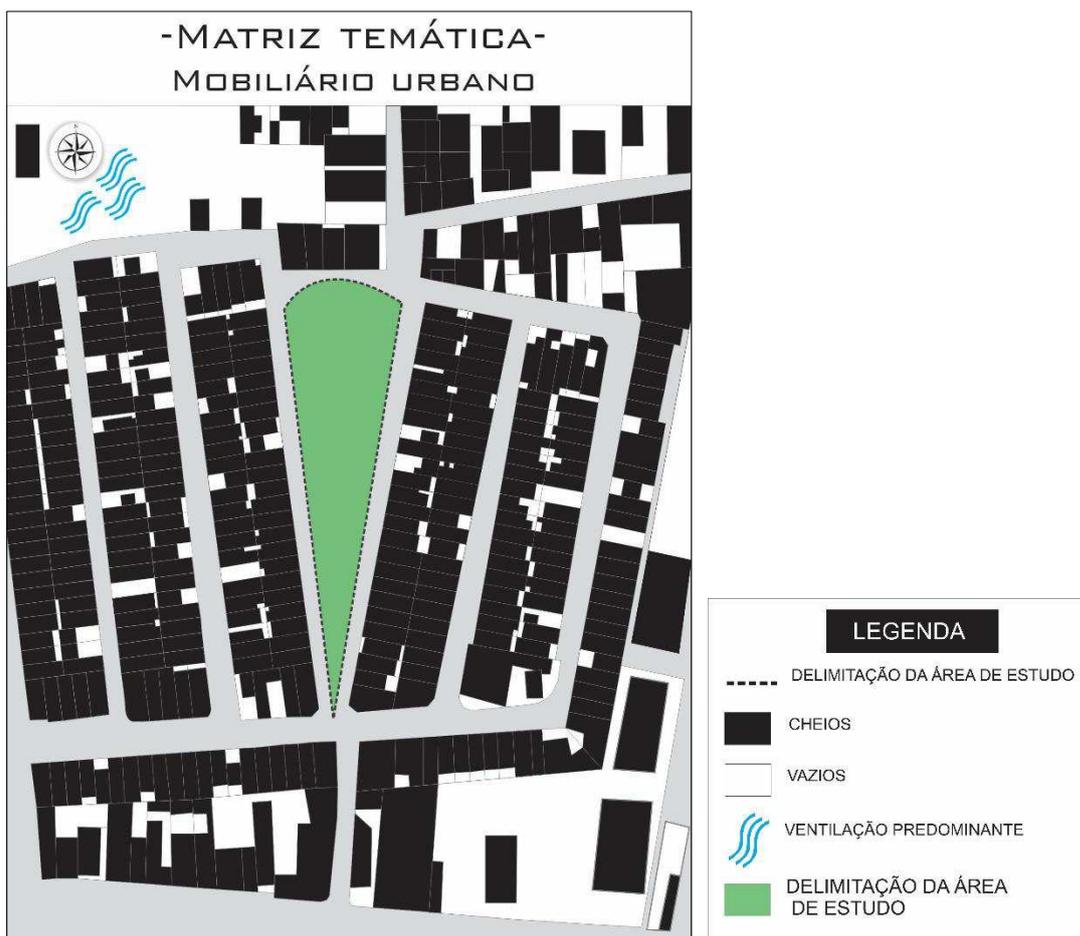


Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

h) Cheios e vazios

A matriz de cheios e vazios indica que no entorno da área delimitada de estudo há bastante ocupação, no entanto, há algumas áreas que estão sem uso e/ou abandonadas. Estas áreas são responsáveis por causar certa sensação de insegurança por abrigar espaços para a criminalidade. É importante também a observação da relação causada pela ventilação predominante entre os cheios e vazios da área em questão.

Matriz temática 17 – Cheios e vazios



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

i) Mapa comportamental

Segundo Rheingantz et al. (2009):

O mapa comportamental é um instrumento para registro das observações sobre o comportamento e as atividades dos usuários em um determinado ambiente. É muito útil para identificar os usos, os arranjos espaciais ou layouts, os fluxos e as relações espaciais observados, bem como indicar graficamente as interações, os movimentos e a distribuição das pessoas, sejam elas relativas ao espaço ou ao tempo que permanecem no ambiente considerado (RHEINGANTZ et al., 2009).

Segundo esse mesmo autor (RHEINGANTZ et al., 2009) os mapas comportamentais podem ser de dois tipos: mapas centrados nos indivíduos e mapas centrados nos lugares. Sendo os últimos os mais recomendados para ambientes abertos como uma praça, por exemplo. Dessa forma, os mapas mentais são ferramentas importantes para dar subsídio à etapa do diagnóstico.

O mapa comportamental representado através da matriz de comportamentos foi realizado com base em observações realizadas em dias e horários pré-determinados no intuito de identificar os ambientes de maior e menor permanência de acordo com as diferentes faixas etárias e atividades desempenhadas.

O mapa comportamental representado a seguir por meio de matriz temática focaliza as pessoas e seus movimentos. O público foi dividido conforme faixa etária em: crianças, adolescentes/jovens, adultos e idosos. Identificou-se desta forma, o espaço de predominância dos idosos como sendo o trecho de academia ao ar livre e o ponto de ônibus (em intensidade menor, em conformidade com os horários do transporte coletivo). Assim também são os adultos que costumam ficar na academia ao ar livre, praticando esportes e na parada de ônibus.

Já os jovens e adolescentes costumam ficar próximo ao anfiteatro em atividades relacionadas ao esporte, interagindo entre si nos bancos e em horários esporádicos frequentam o comércio (durante o dia) e as lanchonetes (no período noturno). As crianças por sua vez não apresentaram um lugar fixo, permanecendo em movimento próximo aos adultos, pela falta de atividades apropriadas à idade.

É importante destacar que, pelo fato de ser de certo modo um método intrusivo, pois o indivíduo pode mudar o seu comportamento enquanto observado, esse método carece de acompanhamento de outros métodos afim de que se possa confirmar ou não as hipóteses levantadas.

Matriz temática 18 – Mapa Comportamental



| LEGENDA | | |
|---------------------|------------------------|-------------------------------|
| PÚBLICO | ATIVIDADES | CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS |
| CRIANÇAS | MOVIMENTO | ALTA |
| ADOLESCENTES/JOVENS | ESPORTE | MÉDIA |
| ADULTOS | GINÁSTICA | BAIXA |
| IDOSOS | ESPERANDO ÔNIBUS | DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO |
| | INTERAÇÃO | |
| | COMÉRCIO E ALIMENTAÇÃO | |

Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

j) Estado de Conservação das fachadas

As condições do estado de conservação das fachadas é um fator importante para a apropriação da população com o espaço público pois agrega valor a este e atua promovendo também a sensação de segurança por quem transita nas ruas e calçadas, uma vez que é parte constituinte para se obter o estado de “fachadas ativas”.

Como Ling faz considerações acerca da teoria das Janelas Quebradas (2015) citado por Baldez (2018):

A teoria, de sucesso comprovado em uma série de experiências, presume que um ambiente degradado – com, por exemplo, janela quebrada – traz um ambiente de descaso e ausência de fiscalização que incentiva ainda mais degradação – mais janelas quebradas, ou algo ainda pior. [...] Assim, a experiência mostra que o próprio investimento em melhorar o espaço público [...] é capaz de aumentar a segurança do espaço. Isso pode ser traduzido em melhorar a iluminação; instalar mais (e melhores) lugares para sentar; melhorar as calçadas dentro e ao redor do parque; colocar latas de lixo; e realizar a manutenção e fiscalização constante do espaço contribuindo para que ele seja sempre visto como um ambiente organizado pela população que o frequenta (LING, 2015).

Dessa forma, manter o espaço público e seus componentes em bom estado de conservação gera vitalidade urbana. Nas imagens a seguir nota-se os diferentes casos de conservação de fachadas presentes no entorno da praça.

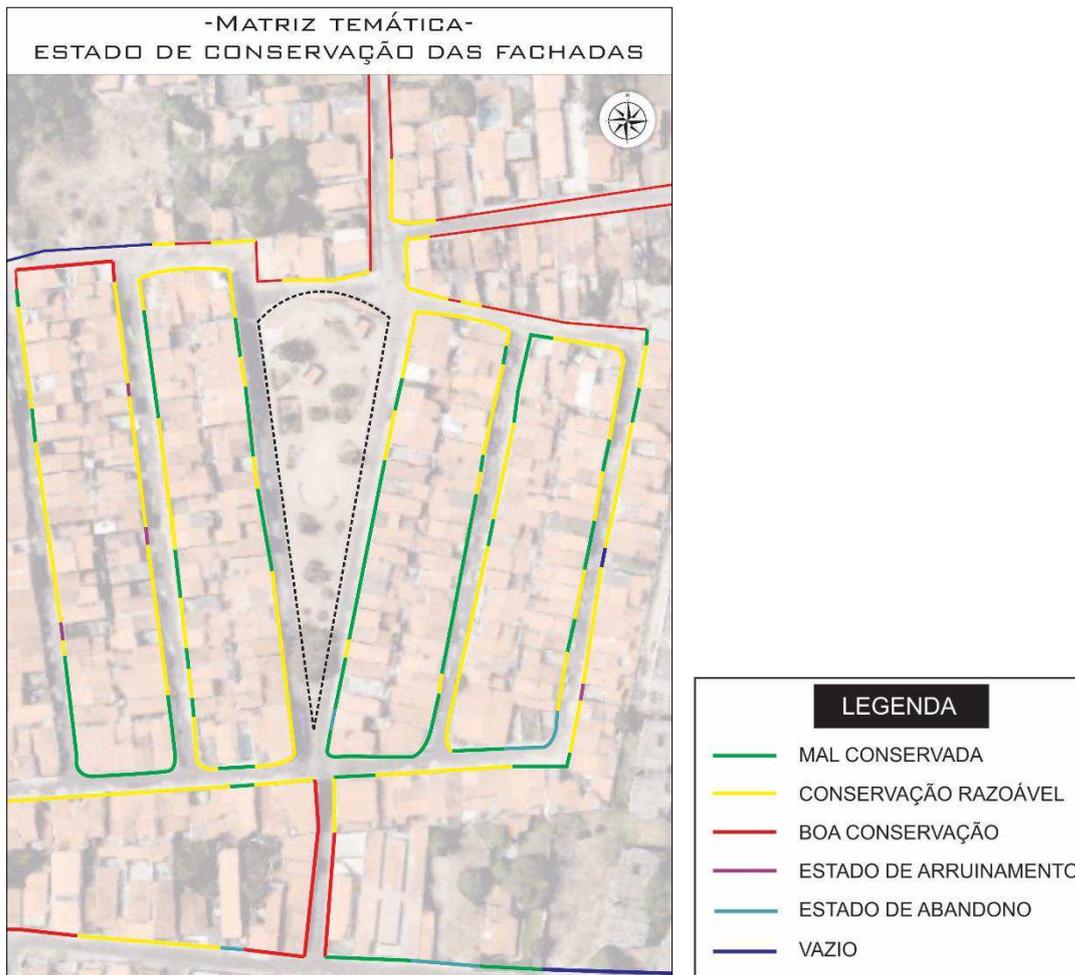
Figura 60 e 61 – Diferentes estados de conservação das fachadas



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A matriz temática a seguir, aponta sobre quatro tipos de estado de conservação das fachadas: mal conservada, conservação razoável, boa conservação, em estado de arruinamento, estado de abandono e vazio.

Matriz temática 19 – Estado de conservação das fachadas



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

k) Fachadas ativas e inativas

Foram classificadas como fachadas ativas aquelas que possuíam elementos como portões de grades, que possibilitavam o contato da área privada o exterior, as edificações que possuíam muros baixos que favoreciam o contato visual com a rua e aquelas que possuíam áreas de transição entre o público e o privado, por meio de terraços abertos e jardins e que estavam em boas condições de uso.

Com relação às residências, a praça do Viva foi detectada predominantemente com fachadas inativas, ou seja, fachadas que não despertam o interesse da população para permanecer no espaço livre, causam monotonia e contribuem para a não apropriação da cidade. Estas fachadas inativas caracterizaram-se principalmente pela falta de permeabilidade com o ambiente público, muros altos e com aparência que segue um padrão estético.

Quanto às edificações de uso comercial, algumas habilitavam-se como fachadas ativas durante o período diurno, mas fora do horário comercial estas apresentavam características aversas ao conforto e sensação de segurança no espaço público, por isso a necessidade de representação de duas matrizes temáticas nos dois horários diferentes em estudo: pela manhã e noite.

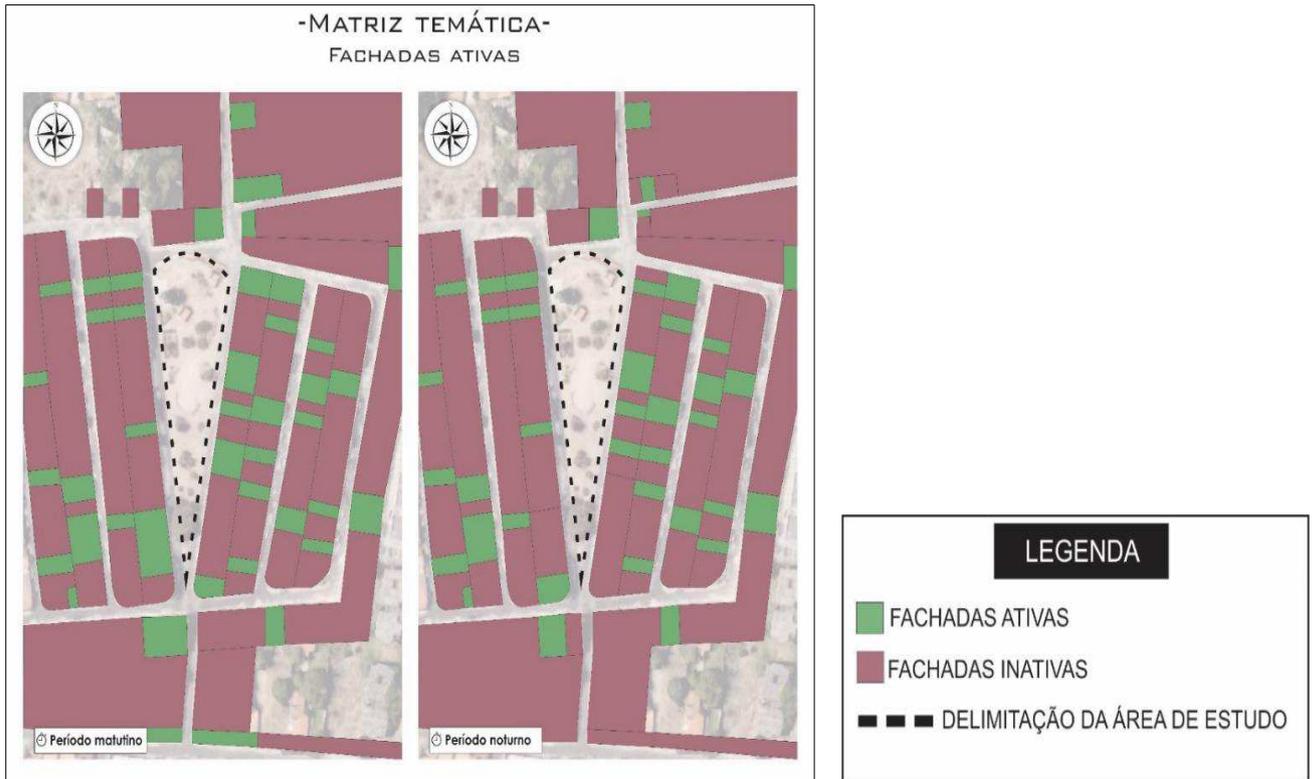
A vivência da comunidade nos espaços públicos também é dada pela forma como o ambiente se relaciona com a segurança pública. Assim, as fachadas ativas, em conjunto com outros elementos, contribuem para aumentar a sensação de segurança do pedestre e minimizar as diferenças existentes entre o espaço público e o privado.

Figura 62 e 63 – Fachadas inativas no entorno da praça.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Matriz temática 20 – Fachadas Ativas.



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

4 AVALIAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

4.1 Entrevistas qualitativas

As entrevistas realizadas neste trabalho possuem caráter qualitativo e não se limitam a uma quantidade de pessoas, mas às peculiaridades dos relatos, que são incentivados por meio de perguntas que dão margem às narrativas populares.

Como forma de obter um resultado satisfatório, foram selecionados relatos de pessoas de influência no bairro e, sobretudo, na praça em questão. Dessa forma, por meio das entrevistas buscou-se compreender mais acerca do sentimento de apropriação que a população tem do espaço público da praça e como este é vivenciado no cotidiano, com referência aos horários e às atividades realizadas.

Como Rheingantz et al. (2009) afirma:

Em geral, os objetivos de uma entrevista são: averiguar “fatos”, determinar opiniões sobre os “fatos”, determinar sentimentos, descobrir planos de ação, conhecer conduta atual ou do passado, reconhecer motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 196).

Com o objetivo de abranger todo o público frequentador da praça, a divisão de faixa etária dos entrevistados foi agrupada de forma congruente com os diferentes segmentos sociais: infantil, adolescente, adulto e idoso. Cada qual com a sua importância na dinâmica e funcionamento do espaço urbano e remetendo aos diferentes interesses da população.

As entrevistas também seguiram dias e horários estabelecidos no recorte espaço-tempo presente nesta pesquisa buscando compreender as diferentes rotinas concernentes à praça e a sua diversidade de frequentadores. As idas à praça também foram essenciais para observação do funcionamento do percurso das pessoas que diariamente passam por esse espaço livre.

As questões apresentadas na entrevista tiveram como objetivo pontuar as principais virtudes, problemas, potencialidades e oportunidades presentes na praça, sob a ótica dos seus frequentadores, como uma das ferramentas de diagnóstico do presente trabalho.

Foram totalizadas 25 entrevistas e, dentre os entrevistados, a maioria do público frequentador mora pelo entorno da praça. Os que moravam em outros bairros, geralmente eram em bairros próximos ao Habitacional Turu como Sol e Mar, Divinéia e Vila Luizão.

Sobre os dias de frequentar a praça, a maior parte respondeu que não havia um dia certo exceto o grupo de senhoras do programa “Saúde e vida” que se reúne todas as terças e quintas na praça no final da tarde para fazer exercícios físicos.

Dentre as atividades mais praticadas na praça estão aquelas relacionadas ao esporte, como caminhadas, prática de exercícios na academia ao ar livre, vôlei e futebol. Há também aqueles que vão à praça para encontrar amigos e conversar, essas interações sociais acontecem geralmente a noite.

O esporte, como já citado, é uma atividade cotidiana na praça e segundo relatos de entrevistados, há uma certa organização para este acontecer, dividindo-se entre as modalidades do vôlei e futebol, acontecendo no final da tarde e à noite, respectivamente.

A praça também já foi alvo de iniciativas de programas da prefeitura como o Projeto “Viva Bem Mais” que tinha como proposta principal levar saúde através da zumba para a população. Vários entrevistados, especificamente mulheres idosas, citaram esse programa e o desejo de mais iniciativas como essa para revitalizar os espaços públicos e integrar a população.

Figura 64 – Programa “Viva Bem Mais” na praça do Viva.



Fonte: Ferras, 2017.

A praça do Viva também é palco constante de manifestações culturais. Em entrevista com o Sr. Félix Oliveira Pereira, uma das figuras atuantes da praça e atual responsável pelo grupo de Bumba-meu-boi “Encanto do Olho D’Água”, que exerce suas atividades há mais de dez anos na praça, ele afirma que essa festividade já virou marco histórico no bairro e que o evento atrai diversas pessoas todos os anos para visitar a praça.

Figura 65 e 66 – Eventos culturais na praça do Viva



Fonte: Instagram Boi Encanto do Olho D'Água Oficial.

O espaço de preferência dos entrevistados em geral era no começo da praça, devido, segundo eles, aos equipamentos de academia ao ar livre, aos bancos e à vegetação que produz sombra. Sobre o questionamento acerca dos espaços desconfortáveis da praça a maioria afirma não ter receio de frequentar nenhum local, ainda que a atividades diárias sejam concentradas em um só lugar. Mas, houve também quem respondesse não andar muito pela parte do anfiteatro por medo de ser atingido durante as práticas esportivas.

Com relação aos desejos e necessidades da população por melhorias na praça várias pessoas declararam estarem satisfeitas com a atual condição em que esta se encontra. No entanto, houveram diferentes respostas referentes à necessidade por infraestrutura, serviços e manutenção do bem público.

Sobre a infraestrutura, muitos pediram pela reforma do banheiro e lanchonete, mais aparelhos de ginástica, espaço para apresentações culturais, troca de mobiliário danificado (bancos e mesas) e uma quadra que abrigasse as atividades esportivas que acontecem todos os dias.

Serviços como limpeza, poda das árvores e até mesmo de educadores físicos foram os mais citados. Já a necessidade apresentada pelo público infantil era com relação aos brinquedos. As crianças quando não estão praticando esportes ficam no ócio na praça ou ficam transitando pelos equipamentos de ginástica. Segundo relatos, há bastante crianças nas imediações da praça, porém estas não a frequentam devido à ausência de atividades.

Figura 67 – Entrevista com o presidente da associação dos moradores do Turu



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

4.2 Diagnóstico da área

Os diagnósticos a seguir descritos foram obtidos a partir da sobreposição de matrizes. Essa sobreposição, através da combinação de diversos elementos, possibilita a percepção da relação causa-consequência de vários fatores influenciadores das dinâmicas urbanas existentes. Além disso, foram agregados dados referentes à observação em campo e às entrevistas qualitativas.

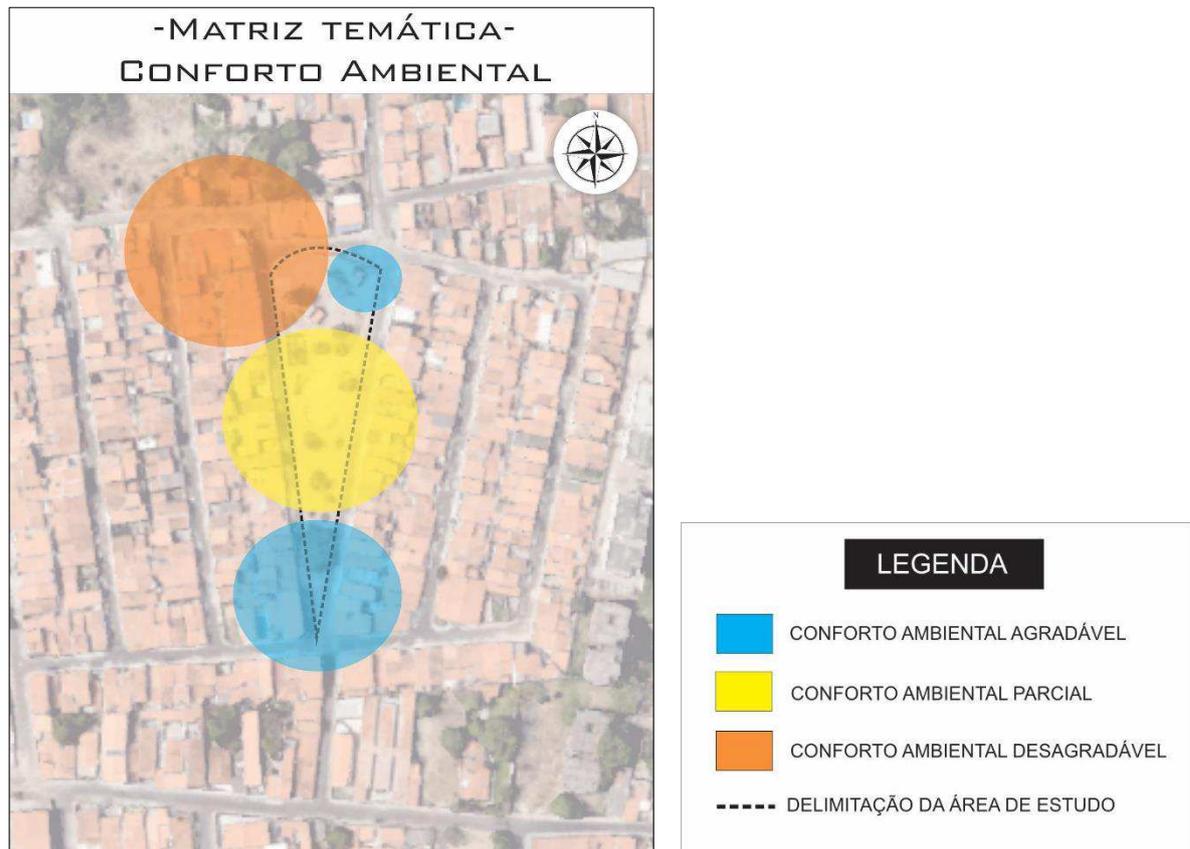
a) Conforto Ambiental

O conforto ambiental refere-se à qualidade de andar pelos espaços livres de forma que os elementos naturais e culturais assegurem maior bem-estar aos pedestres. Estes elementos combinados propiciam a permanência e a preservação do meio ambiente.

As classificações de conforto ambiental se deram em torno das sensações obtidas a partir dos atributos físicos presentes na praça e determinam características referentes aos horários de maior apropriação das pessoas.

Matrizes temáticas sobrepostas: vegetação, insolação e ventilação, sombreamento e salubridade.

Matriz temática 21 – Conforto Ambiental.



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

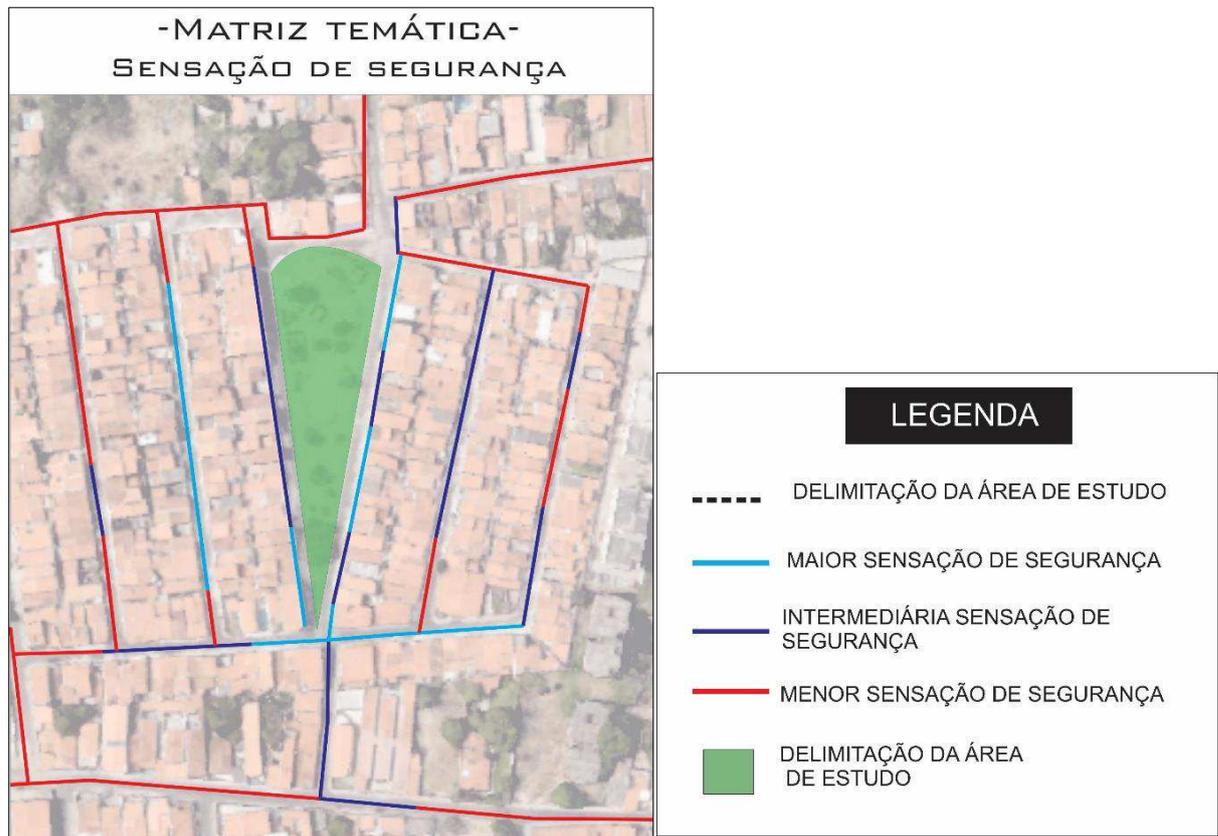
b) Sensação de segurança

A presença e combinação de equipamentos urbanos de iluminação pública e bancos contribuiu em vários pontos para tornar a praça mais utilizada, o que resulta em maior sensação de segurança. No entanto, a ausência de posteamento, combinada à presença de fachadas inativas, com péssimas condições de uso e vazios urbanos contribuem para a sensação de insegurança do pedestre.

Assim também o uso do solo determina quais os horários de maior fluxo e movimentação de pessoas ao longo do dia, o que contribui para tornar o ambiente mais convidativo à caminhada e permanência.

Matrizes temáticas sobrepostas: mobiliário urbano, topografia, condição de fachadas, fluxo e concentração de pessoas, fachadas ativas e inativas, uso e ocupação do solo.

Matriz temática 22 – Sensação de segurança



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

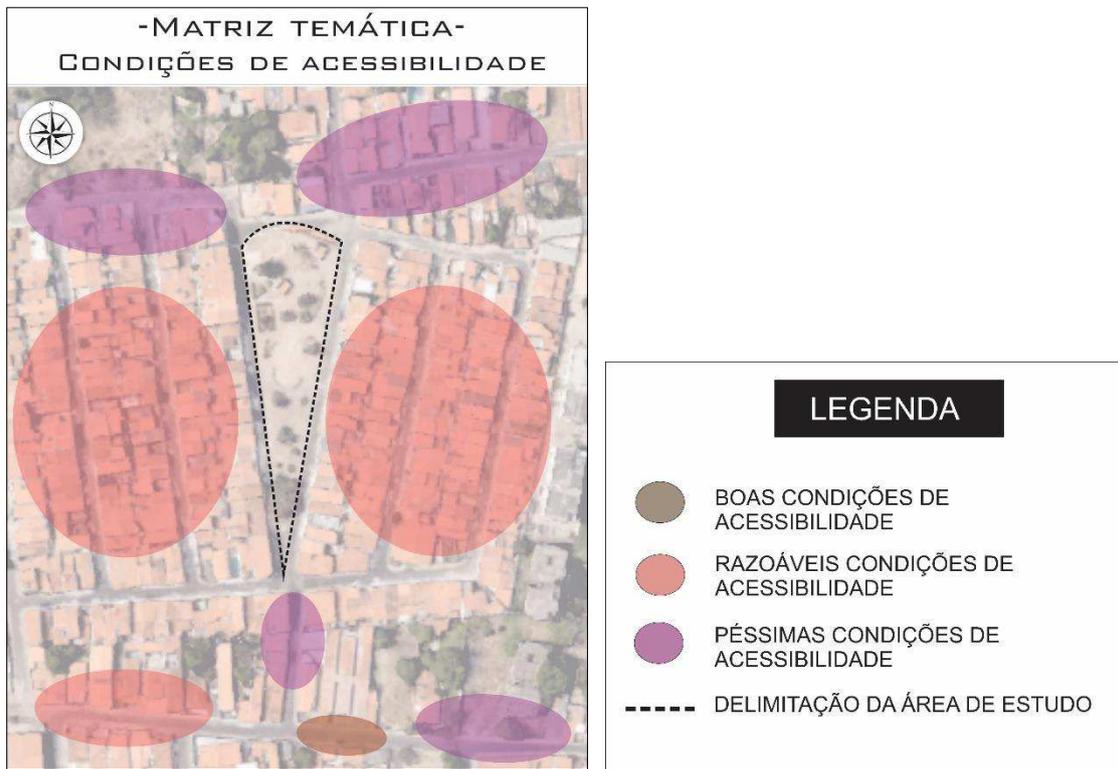
c) Condições de acessibilidade

As condições de acessibilidade foram consideradas de maneira geral razoáveis, mas não boas uma vez que no trajeto das calçadas para se chegar à praça os obstáculos se faziam presentes através do mobiliário urbano mal posicionado e muitas não apresentavam revestimento adequado à uma área pública ou bom estado de conservação.

A matriz de salubridade também mostrou a vegetação nas calçadas impossibilitando o trajeto pedonal em alguns trechos. Assim também a falta de acessibilidade na própria praça transpõe-se como barreira à livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Matrizes temáticas sobrepostas: equipamentos urbanos, acessibilidade, salubridade, mobiliário urbano, fluxo e concentração de pessoas.

Matriz temática 23 – Condições de acessibilidade



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

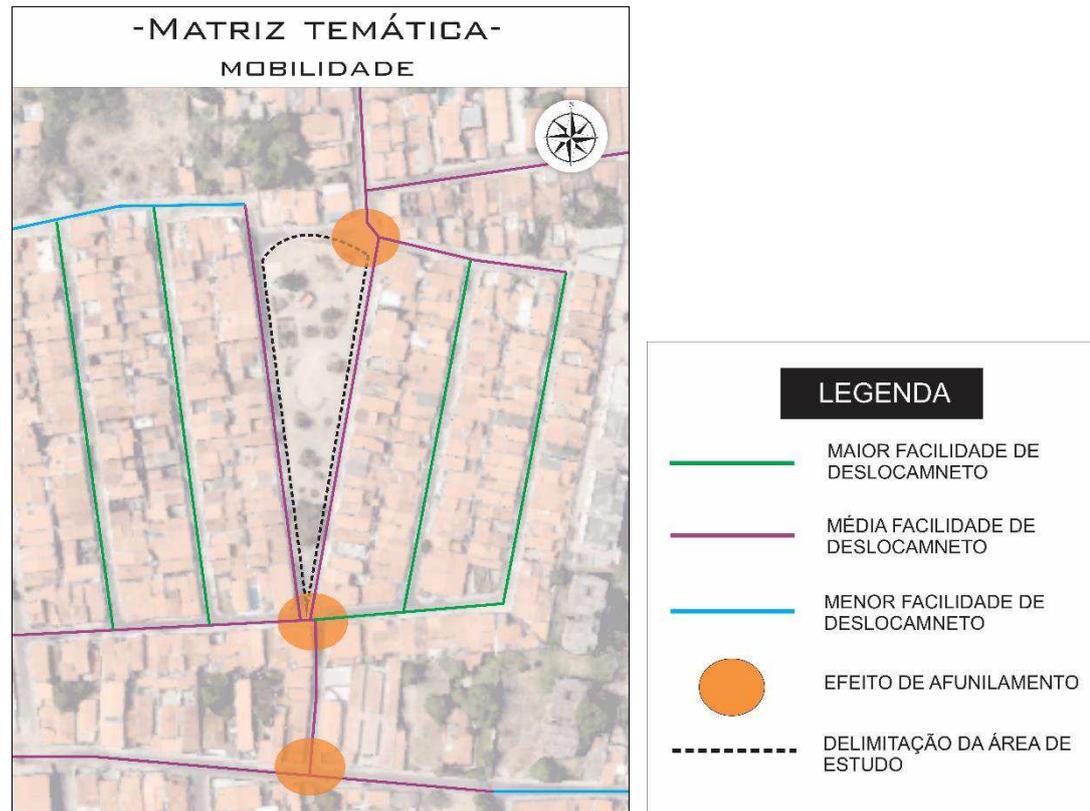
d) Mobilidade

As condições de fluxo na área em estudo são retratadas na matriz temática de mobilidade. Algumas zonas de afunilamento foram detectadas devido ao congestionamento ocasionado pelo fluxo entre carros e ônibus ao mesmo tempo pelas vias com largura insuficiente para tal fluxo. Além disso, as calçadas sem manutenção ou sem um dimensionamento adequado também trouxeram dificuldades ao deslocamento de pedestres.

Foi percebido também que os veículos, principalmente os transportes coletivos, são um dos responsáveis por causarem ruídos nas vias. Notou-se também a falta sinalização horizontal e vertical, o que gera certa sensação de insegurança e desorientação ao pedestre na praça.

Matrizes temáticas sobrepostas: hierarquia viária, fluxo viário, percurso das linhas de ônibus, mobiliário urbano (sinalização), sensibilidade ao ruído.

Matriz temática 24 – Mobilidade



Fonte: GOOGLE EARTH, com modificações da autora, 2018.

5 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Este capítulo trata de alguns estudos de caso de referências projetuais de praças existentes no Brasil e no mundo. O método aqui utilizado envolve pesquisas em meio eletrônico, através de textos e fotografias, de acordo com a disponibilidade de dados.

A análise de tópicos é referente à integração da praça com a paisagem construída e natural, com a população local e à forma como os elementos compositivos da paisagem são elaborados e dispostos no meio urbano. Dessa forma tentou-se assim buscar soluções que possam se aplicar ao projeto da praça do Viva.

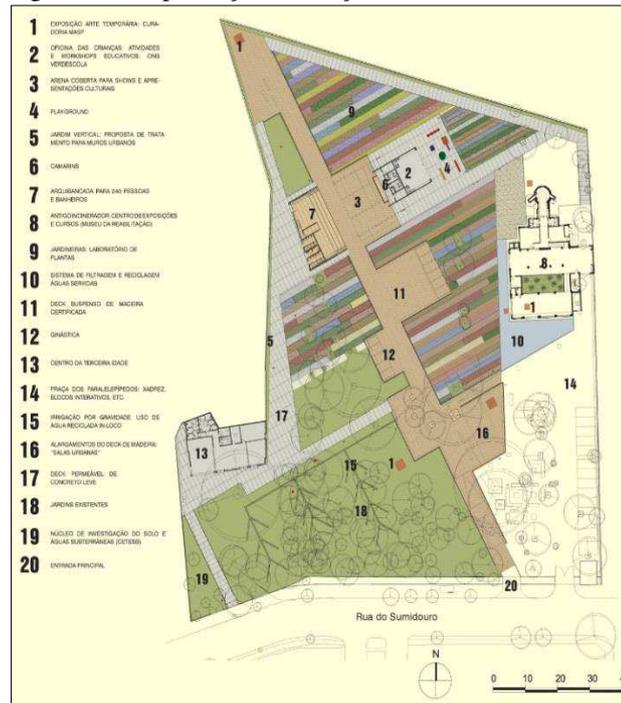
5.1 Praça Victor Civita

A praça Victor Civita localiza-se em uma área antes degradada e poluída da cidade de São Paulo, e foi construída no ano de 2007 pelo escritório Levisky Arquitetos Associados e a arquiteta Anna Dietzsch, com paisagismo de Benedito Abbud.

A praça desempenha atividades de cunho educativo com a proposta de ser um Museu Vivo no qual aborda sobre as tecnologias empregadas em sua construção e na despoluição de áreas degradadas. Além de desenvolver atividades culturais e comunitárias.

Um dos grandes destaques do projeto é o deck de madeira que acompanha todo o passeio da praça e é sustentado por estrutura metálica que é suspensa por cerca de 1,00 metro do solo contaminado. Além disso, abriga uma estrutura com laboratório de plantas, Centro da Terceira Idade, Museu de Reabilitação Ambiental, Praça de Paralelepípedos, arquibancada, sanitários, depósitos, jardins, bosques, alagados construídos e outros itens.

Figura 68 - Implantação da Praça Victor Civita.



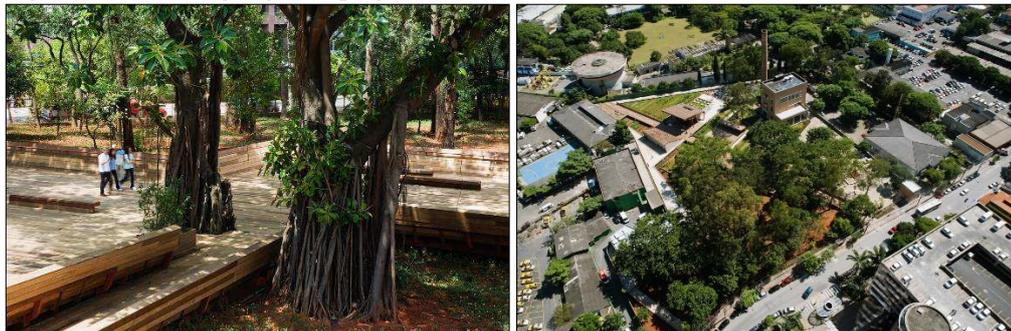
Fonte: ArchDaily

Figura 69 – Deck de madeira na praça Victor Civita.



Fonte: ArchDaily

Figura 70 e 71 – Vegetação na praça Victor Civita.



Fonte: Galeria da Arquitetura.

5.2 Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland

Está localizada na área central da zona sudoeste no distrito de Xin Zhanda, na China e foi construída no ano de 2017 pelo escritório Aspect Studios Xangai. A proposta da praça visava valorizar o design sem perder o foco na comunidade.

Dessa forma a sua arquitetura reflete características da cultura local na estética da praça através das cores, formas e desenhos de maneira que os moradores se sintam confortáveis em utilizar a praça e assim haja apropriação do espaço público. Utiliza-se também dos elementos compositivos da paisagem urbana como bancos, luminárias, vegetação, sombreamento, etc como elementos de destaque.

Figura 72 – Masterplan da praça Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland.



Fonte: ArchDaily.

Figura 73 e 74 - Praça Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland



Fonte: ArchDaily.

Figura 75 - Praça Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland.



Fonte: ArchDaily.

5.3 Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro

A praça Coronel Custódio Fernandes também é conhecida como “Praça do Pôr-do-sol” devido a esta ser um dos locais famosos para a contemplação do pôr-do-sol na zona oeste da cidade de São Paulo. Foi criada no ano de 1967 e teve como autora do projeto a arquiteta Miranda Martinelli Magnolli.

A topografia da praça, em grande declividade, dispõe de uma vista privilegiada em direção ao Pico do Jaraguá e é explorada como principal ponto no projeto da praça integrando a natureza com um diversificado público. Ademais, o espaço público conta com área *playground*, bancos, pistas de corrida e extensa área de gramado permitindo que seja apropriada de diversas maneiras por seus usuários

Figura 76 – Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro



Fonte: Cidade Paralela

Figura 77 e 78 - Áreas de contemplação e *playground* da praça.



Fonte: Áreas verdes das cidades.

6 PROPOSIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES PROJETUAIS

Este capítulo trata de algumas recomendações e diretrizes projetuais para o espaço livre da praça do Viva com base em estudo, análise e diagnóstico que não se limitam somente ao que será proposto aqui mas busca servir como referência para outros possíveis trabalhos. Os critérios apontados correspondem aos seguintes fatores: vegetação, mobiliário, iluminação, piso, salubridade, acessibilidade, mobilidade e lazer.

Quanto à vegetação propõe-se a execução de arborização, com espécies adequadas ao ambiente urbano, complementar às existentes na praça com vistas a promover maior conforto ambiental, envolvendo a comunidade no processo uma vez que existe uma relação de apropriação da população com os canteiros da praça, pois como levantando nas entrevistas qualitativas, a manutenção e o plantio de muitas espécies foram feitos pelos moradores locais. É necessário também a constante manutenção de canteiros e a poda regular das árvores.

Assim também a praça carece de novo mobiliário urbano e a manutenção dos já existentes como mesas, bancos, telefones públicos, lixeiras, iluminação pública, sinalização, ponto de ônibus, etc. Integrando estes com a identidade local de forma que cause apropriação. É importante também que os equipamentos de mobiliário público sejam instalados dentro dos limites da área de serviço das calçadas para não atuarem como obstáculos à livre circulação.

Para o piso, fazer a delimitação das áreas da praça a partir de diferentes paginações instaladas de acordo com a diversidade de materiais e necessidades da população. As recomendações a seguir, acerca da pavimentação seguem preceitos de cartilhas e normas sobre acessibilidade:

- *Playground* – utilização de piso de borracha que ameniza o impacto das quedas das crianças evitando assim acidentes, conforme Mascaró (2008) cita. Podendo ser placas de lajotas ou pavimentos construídos “in loco” feitos com pneu reciclado.

- Estacionamento – utilização de blocos de concregrama, que são resistentes e auxiliam na drenagem conforme indica o Manual de espaços públicos: diagnóstico e metodologia de projeto (2013).

- Demais áreas do espaço público – conforme recomenda o Guia de Acessibilidade: Espaço público e Edificações (2009) deverá se usar materiais que propiciem superfície contínua, regular, antiderrapante, resistente e durável. Exemplos: pavimentação em blocos intertravados, placa pré-moldada de concreto, ladrilho hidráulico, concreto moldado in loco, cimento desempenado (não queimado), observando-se, todavia, o adequado assentamento.

Segundo a NBR 9050 (2004):

Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Admite-se inclinação transversal da superfície até 2% para pisos internos e 3% para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%. Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas [...]. Recomenda-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança (por exemplo, estampas que pelo contraste de cores possam causar a impressão de tridimensionalidade).

E o plantio de árvores próximo às zonas de ruído como barreira à propagação do som, à exemplo da imagem a seguir:

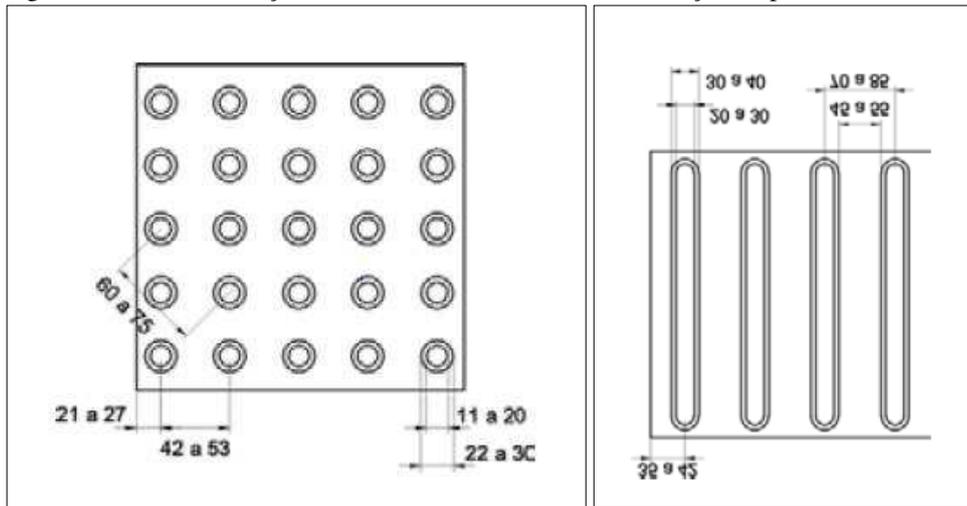
Figura 79 – Vegetação como barreira antirruído



Fonte: ArchDaily.

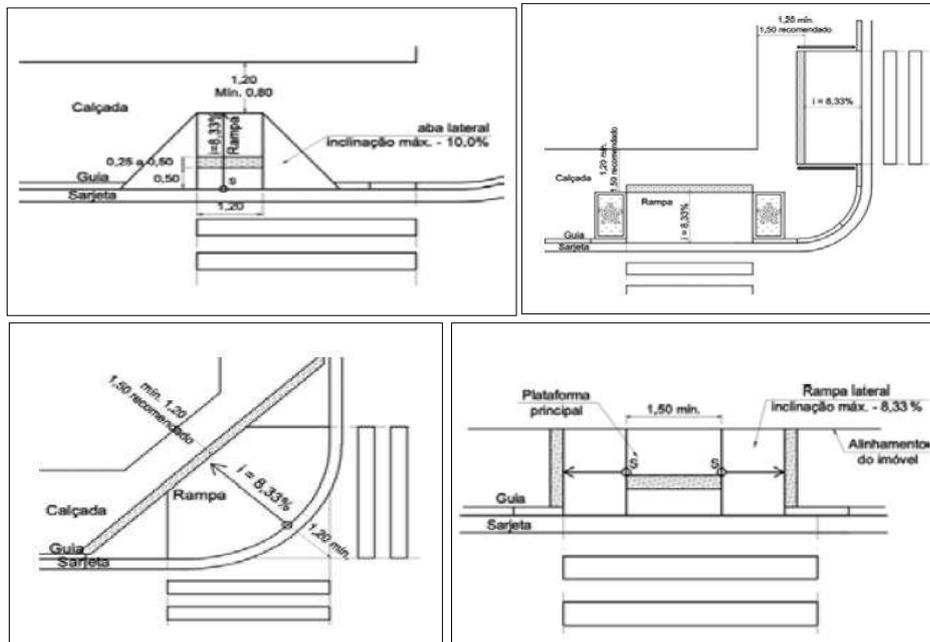
Assim também, promover a acessibilidade seguindo parâmetros estabelecidos pela norma NBR 9050 por meio de rebaixamento de calçadas acessíveis, piso tátil direcional e de alerta, nivelamento do piso da praça a fim de evitar desníveis e o uso de sinalizações com símbolos internacionais de forma a facilitar a compreensão de todos os usuários.

Figura 80 e 81 - Sinalização tátil de alerta e direcional – modulação do piso



Fonte: NBR 9050 (2004)

Figura 82, 83, 84 e 85 – Tipos de rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres



Fonte: NBR 9050 (2004).

A mobilidade com enfoque no pedestre com vistas promover maior integração deste com o ambiente urbano e uma maior sensação de segurança para que a comunidade transite pelas ruas, através destas recomendações:

- Intervenção no fluxo das vias que circundam a praça definindo-as como sentido único a fim de facilitar a mobilidade.
- Sinalização horizontal e vertical conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro, para orientação e maior segurança dos pedestres.

E por fim, nas questões relacionadas ao lazer da população, manter o espaço destinado à quadra esportiva. Além de área de *playground* destinada às crianças.

6.1 Programa de necessidades

O programa de necessidades teve como base a observação em campo e os resultados obtidos por meio das entrevistas qualitativas a fim de entender as necessidades da comunidade. Dessa forma, definiu-se o programa voltado para quatro aspectos: função de descanso, de apoio, de lazer e cultural.

Tabela 1 - Programa de necessidades da praça do Viva do bairro Habitacional Turu

| Função/Usos | Equipamentos |
|--------------------|---|
| Função de descanso | Bancos |
| Função de apoio | Banheiro Lanchonete Estacionamento Bicicletário |
| Função de lazer | Área da quadra Academia ao ar livre <i>Playground</i> |
| Função cultural | Anfiteatro Espaço para pequenos eventos ou reuniões |

Fonte: Gabriela Ramos, 2018.

6.2 Setorização

Busca-se através do projeto da praça do Viva oferecer usos diversificados que atendam a todos os públicos, através de mobiliário urbano apropriado que promova diferentes funções e usos que acarretem em sua apropriação. A praça foi então setorizada a partir de 4 espaços: esportivo, família, sociocultural e econômico e de convivência.

O espaço esportivo concentra-se quase todo na área central contendo área destinada à prática esportiva, comum ao cotidiano da praça, com a prática de esportes e academia ao ar livre. Importante lembrar que este abrange um público bastante diversificado.

O espaço família conta com a área destinada ao playground para a recreação infantil. Além de mobiliário como mesas e bancos para os adultos. Dele também fazem parte a edificação de apoio já existente na praça que abriga o banheiro e a lanchonete.

O espaço sociocultural e econômico, que também abarca parte do espaço esportivo, servirá de apoio aos eventos e possíveis reuniões de grupos culturais, de idosos,

dentre outros que porventura venham ocorrer na praça. E por fim, os espaços de vivência com bancos com o intuito de promover a permanência, o descanso e a interatividade por meio da troca de experiências na vida pública.

Tabela 2 - Setorização da praça do Viva do bairro Habitacional Turu

| Espaço | Equipamento | Função/uso |
|----------------------------------|--|---|
| Espaço esportivo | Quadra Academia ao ar livre | Recreação, exercício físico, lazer, interação |
| Espaço família | <i>Playground</i> Mesas Bancos Lanchonete | Convivência, lazer, entretenimento |
| Espaço sociocultural e econômico | Anfiteatro Lanchonete | Apresentações, eventos, atividades culturais e esportivas |
| Espaço de convivência | Bancos Anfiteatro | Interação, descanso, contemplação |

Fonte: Gabriela Ramos, 2018.

6.3 Masterplan da Praça do Viva

O desenvolvimento do presente *masterplan* buscou contemplar as diretrizes projetuais pontuadas neste trabalho conforme o estudo bibliográfico e das dinâmicas urbanas existentes na área. Apresentando a seguir o projeto da praça do Viva do bairro Habitacional Turu que envolve uma prancha contendo seu *masterplan*.

01/01 – MASTERPLAN DA PRAÇA DO VIVA DO BAIRRO HABITACIONAL TURU

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho objetivou compreender os elementos de composição dos espaços livres com vistas a promover a revitalização na praça do Viva situada no bairro Habitacional Turu. Dessa forma, para se chegar ao objetivo foi necessário conhecer o contexto de atividades e apropriação existentes na praça e assim entender como os moradores a utilizam e quais as necessidades existentes.

A pesquisa bibliográfica possibilitou o entendimento sobre como os espaços livres atuam como elementos propulsores da vitalidade nas cidades. Entender as dinâmicas espaciais que os envolvem são de extrema importância para entender o funcionamento e o estado de apropriação que a população faz de um lugar. Os elementos arquitetônicos, após construídos e estruturados só agregam valor à cidade quando se tornam vivenciados pela população.

E é a partir dessa interação homem-ambiente nos espaços públicos que a vitalidade é gerada na cidade. Por isso, o entendimento dos conceitos referentes ao tema de espaços livres e seus elementos compositivos é necessário para a compreensão da importância destes e como devem ser inseridos na cidade.

A partir das visitas em campo, da análise, das entrevistas e do diagnóstico pode-se perceber a deficiência em alguns pontos da qualidade do ambiente construído que corroboram em sua falta de apropriação. A falta de espaços livres na área também aumenta a necessidade por equipamentos urbanos de qualidade.

Assim, a revitalização da Praça do Viva consiste nos primeiros passos para uma melhoria na qualidade de vida da população que ali reside com influência também nos bairros adjacentes. Esta praça, ainda que careça de condições melhores de manutenção, tem sido apropriada por uma parte da população, que demonstra pertencimento por meio do cuidado e uso diário.

Dessa forma, para se melhorar a estrutura física de um espaço público é importante combinar as necessidades da população à sua funcionalidade como sendo uma das premissas fundamentais para um bom planejamento. Também é necessário a busca pela identidade local, a fim de que os elementos compositivos da paisagem agreguem as características de quem o possui.

A apropriação das pessoas garante o cuidado e a integridade de um lugar. Assim também como as pessoas atraem mais pessoas a frequentarem os espaços públicos pela maior sensação de segurança, o que gera integração e a troca entre as diferentes camadas da sociedade.

Isso tem valor fundamental, uma vez que assegura a função social dos espaços públicos, que devem promover a justa possibilidade de apropriação, sem distinção, a todas as pessoas.

Assim, buscou-se para a praça por meio deste trabalho, recomendações e diretrizes projetuais baseadas em normas de acessibilidade e desenho universal que promovam o acesso democrático de todas as pessoas aos espaços da cidade.

As contribuições à praça do Viva não se encerram neste trabalho, mas buscam agregar informações e conhecimentos sobre o ambiente construído a partir do estudo das dinâmicas existentes. Recomenda-se para futuros trabalhos a revitalização e conexão desta praça à outros espaços livres existentes próximos àquele a fim de fortalecer o sistema de espaços livres existente na cidade de São Luís.

REFERÊNCIAS

- ABNT (2004) NBR 9050 – **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 2ª ed. 97 p.
- AGUIAR, Fabíola de Oliveira. **Acessibilidade relativos dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALOMÁ, Patricia Rodríguez. "**O espaço público, esse protagonista da cidade**". 19 Dez 2013. ArchDaily Brasil. Acessado 9 Mar 2018. <<https://www.archdaily.com.br/162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>> Acesso: Março de 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15129**: Luminárias para iluminação pública – Requisitos particulares. Rio de Janeiro, 2004.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Código de Trânsito Brasileiro**. 5. ed. Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **O Estatuto da Cidade Comentado**. São Paulo, 2010.
- CIDADE ATIVA. "**Mobilidade é questão de desenho urbano**" 02 Mai 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 11 Jun 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/870410/mobilidade-e-questao-de-desenho-urbano>> Acesso: Abril de 2018.
- DORNELES, V. G.; AFONSO, S.; BINS ELY, V. H. M. O desenho universal em espaços abertos: uma reflexão sobre o processo de projeto. **Gestão e Tecnologia de Projetos**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 55-67, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/62203>>. Acesso em: Abril de 2018.
- DUARTE, Juliana de Souza. **Ambiente construído e vitalidade urbana**: Avaliação de três praças do bairro Manaíra. Dissertação (Dissertação em arquitetura e urbanismo) – UFPB. João Pessoa, 2014.
- FERRAS, Rubens. **Zumba Planalto Turu #Projeto Viva Bem Mais**. Youtube. 12 nov. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=102&v=-H1ZCOSJ6Ro> Acesso em: Junho de 2018.
- GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HANNES, E. Espaços abertos e espaços livres: em estudo de tipologias, 2016, Universidade de São Paulo. **Paisagens e ambientes: ensaios**, N. 37, São Paulo, P. 121-144, 2016. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/100413>>. Acesso: Março de 2018.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- LAMAS, José M. **Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

MASCARÓ, Juan Luis. **Infra-estrutura da paisagem**. Porto Alegre: Maquatro Editora, 2008.

MASCARÓ, Lucia. et al. **A iluminação pública do espaço urbano**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2006.

PACHECO, Priscila. "**Espaços Públicos: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua**" 21 Jun 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 30 Mar 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/873962/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-as-pessoas-e-a-rua>> ISSN 0719-8906.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esferas públicas em metrópoles brasileiras. **Revista Resgate**, São Paulo, v. XIX, n. 21, p. 25-35, jan./jun. 2011. Disponível: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/viewFile/8645703/13003>> Acesso em: Março de 2018.

QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. Sistemas de Espaços Livres Urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 24, p. 81-88, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/85699>>. Acesso em: Março de 2018.

RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimento para avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro, RJ: PROARQ/FAU-UFRJ, 2009. Disponível em: <http://www.gae.fau.ufrj.br/assets/obs_a_qua_lugar.pdf>. Acesso: Março de 2018.

ROBBA, Fábio; MACEDO Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. Edusp. Imprensa Oficial: São Paulo, 2003.

SABOYA, Renato T. "**Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas / Renato T. de Saboya**" 18 Nov 2016. ArchDaily Brasil. Acessado 24 Mai 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>> Acesso: Abril de 2018.

SABOYA, Renato T. "**Fatores morfológicos da Vitalidade Urbana – Parte 2: Acessibilidade / Renato T. de Saboya**" 14 Fev 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 1 Jul 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/805277/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-2-acessibilidade-renato-t-de-saboya>> Acesso: Abril de 2018.

SABOYA, Renato T. "**Fatores morfológicos da Vitalidade Urbana – Parte 3: Arquitetura da Rua / Renato T. de Saboya**" 04 Jul 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 1 Jul 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/875044/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-3-arquitetura-da-rua-renato-t-de-saboya>> Acesso: Abril de 2018.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SILVA, Caio Vinícius Baldez. **Estudo dos fatores determinantes para a vitalidade urbana no Complexo Habitacional do Bequimão**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo)- Universidade Estadual do Maranhão, São Luís – Maranhão.

SOUZA, S. F.; TIBÚRCIO, T. M. S. **O uso do mapa comportamental na identificação de problemas de acessibilidade de idosos**. In: IMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 4., 2015, Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <www.locus.ufv.br/handle/123456789/6043> Acesso: Abril de 2018.

SOUZA, Sanadja de Medeiros. **O clima de São Luís e as estratégias sustentáveis ambientais**. In: PFLUEGER, Grete Soares (Org.); NETO, José Bello Salgado Neto (Org.). Aspectos Urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar. São Luís: editora Uema, 2012.

SUN, Alex. **Projeto da praça – Convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, Helio; CARVALHO, Lea; MARTINS, Tathiane Agra de Lemos Martins. **Avaliação do desempenho do Ambiente construído**: estudo de caso em creche. Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Arquitetura – UFRJ. Relatório final. Rio de Janeiro, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ENTREVISTA DO TCC DE GABRIELA RAMOS 2018.1

1. Nome:

2. Faixa etária:

menor de 14 14-17 anos 18-25anos 26-34anos 35-49anos

50- 65 anos Mais de 70 anos

3. Sexo:

Feminino Masculino Outro

4. É morador da área? Se não, onde você mora?

5. Como você avalia essa praça em relação às atividades de lazer?

6. Quais são os dias e horários que você costuma visitar a praça?

7. Há algum espaço que você goste mais de ficar na praça? Se sim, qual atividade você costuma praticar nele?

8. Há algum espaço na praça que você evita frequentar ou não se sinta confortável?

9. O que você acha que poderia ser feito para melhorar a praça?

Proposta de Masterplan para praça do Viva do bairro Habitacional Turu



Masterplan com árvores



Masterplan sem árvores

| | | |
|---|-----------------------------------|---------------------|
| | UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO | |
| | CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO | |
| TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | | MASTERPLAN 01/01 |
| ORIENTANDA: GABRIELA RAMOS FERREIRA | | |
| ORIENTADORA: PROF MSC. ANDREIA DUAILIBE | | |